



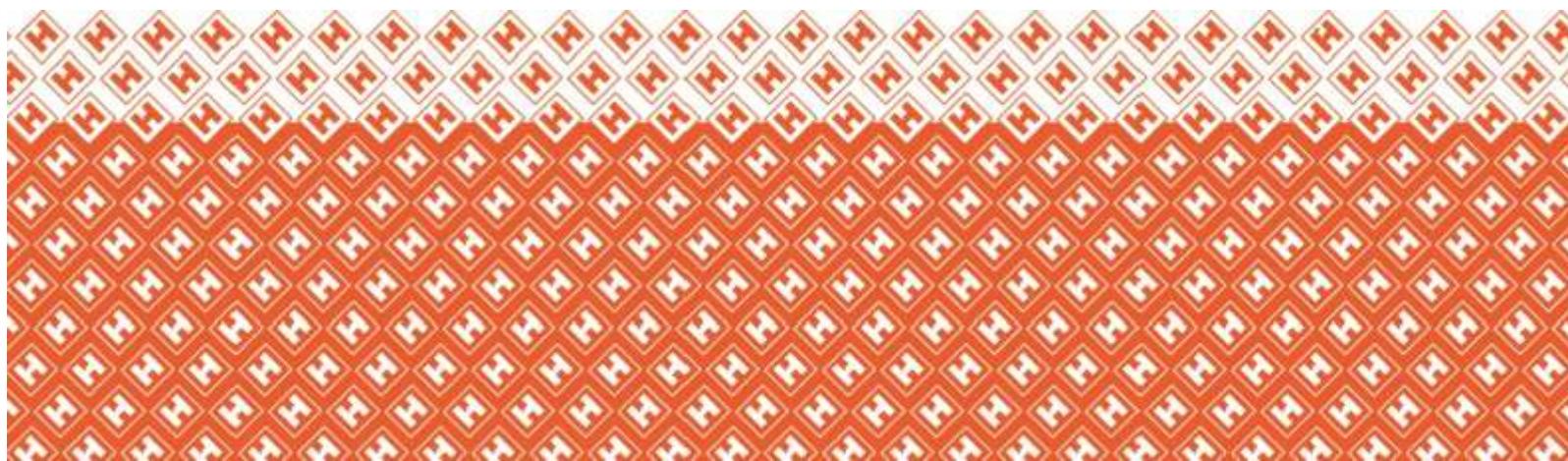
PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ODILÉA DOS SANTOS CUNHA

HISTÓRIA E MEMÓRIA EM DISPUTA:

O Monumento Público em Homenagem às Mulheres de Parauapebas-PA –
2020/2021 – uma perspectiva para o Ensino de História Local

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA
INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRÓPICO ÚMIDO – IETU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA – MESTRADO
PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

ODILÉA DOS SANTOS CUNHA

HISTÓRIA E MEMÓRIA EM DISPUTA:

O Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas-PA – 2020/2021: uma perspectiva para o Ensino da História Local

Saberes Históricos no Espaço Escolar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória – da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Ensino de história, sob orientação do professor Daniel Brasil Justi.

XINGUARA- PA

2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Campus de Xinguara**

C972h Cunha, Odiléa dos Santos
História e memória em disputa: o monumento público em homenagem às mulheres de Parauapebas-PA – 2020-2021 – uma perspectiva para o ensino de história local / Odiléa dos Santos Cunha. — 2024.
179 f.: il.

Orientador(a): Daniel Brasil Justi.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ensino de História, Xinguara, 2024.

1. Monumentos. 2. Mulheres - História. 3. História local. 4. História - Estudo e ensino. 5. Educação - Patrimônio cultural - Proteção - (Parauapebas, PA). I. Justi, Daniel Brasil, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 907.2

Elaborado por Maria José Pereira da Silva - CRB-2/1707

ODILÉA DOS SANTOS CUNHA

HISTÓRIA E MEMÓRIA EM DISPUTA:

O Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas-PA – 2020/2021: uma perspectiva para o Ensino da História Local

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória – da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Ensino de história, sob orientação do professor Daniel Brasil Justi.

Data de aprovação: Xinguara (PA), ____ de ____ de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel Brasil Justi – UNIFESSPA

Orientador

Profa. Dra. Jacqueline Ahlert – UPF

Examinador Externo

Profa. Dra. Anna Carolina de Abreu Coelho – UNIFESSPA

Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me oportunizou ingressar no Mestrado em Ensino de História no Programa de pós-graduação PROFHISTÓRIA da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, dando-me vida, saúde e inteligência para cumprir todas as etapas do curso com êxito.

Agradeço aos meus familiares que me apoiaram incondicionalmente nessa empreitada desafiadora pela ampliação dos saberes necessários ao meu aperfeiçoamento profissional, bem como para aquisição do título de Mestre em Ensino de História, compreendendo os momentos das minhas ausências em família quando precisei viajar à Xinguara-Pa, campus da UNIFESSPA onde o mestrado foi realizado.

Agradeço aos meus professores da Unifesspa que não mediram esforços para ministrar aulas dinâmicas com explicações claras dos textos propostos e obras de autores das áreas da história e do ensino de história, conhecimentos esses que contribuíram significativamente para o meu crescimento intelectual e, portanto, humano.

Agradeço aos colegas do curso de mestrado do ano de 2022 por terem compartilhado experiências docentes exitosas e suas histórias de vidas que expressam exemplos que podem ser seguidos, bem como das amizades construídas num vínculo afetivo que nos trouxeram boas reflexões, uma delas é a constatação de que os seres humanos, ao conviverem em grupo, podem despertar interações sociais e de solidariedade que ficam registradas na memória para sempre.

No processo ensino aprendizagem, principalmente no que se refere à aprendizagem histórica, todas as atenções devem estar direcionadas para a construção da consciência histórica do aluno, através da aplicação de princípios didáticos adequados ao campo da História, do ensino de História e da transmissão de conteúdos que possibilitem ao aluno a atuação consciente na realidade da qual faz parte através da problematização do seu tempo e da formação de um sentimento de pertença, fundamental para a construção de um sentido histórico que oriente na vida prática, fundamentando a sua expectativa de futuro.

(Gatti Júnior, 2022, p. 13)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo historicizar a trama gerada no entorno do monumento em homenagem às mulheres de Parauapebas-PA, inaugurado em 2020, em comemoração aos 30 anos da participação feminina na construção da cidade. O monumento foi destruído por um grupo de populares no mesmo dia em que foi fixado em uma praça no bairro Rio Verde. Em 2021, ergueu-se outra versão do monumento. Os motivos que nos levaram a esta pesquisa partiram da necessidade de contribuir com a produção de uma história local, uma vez que a escassez de fontes e de material didático sobre os temas da história local são enormes, o que inviabiliza o trabalho docente partindo da realidade dos estudantes. Buscou-se ainda fazer conexões sobre a temática com o ensino de história à educação patrimonial. O debate traçado girou em torno de uma revisão bibliográfica de alguns autores que discutem temas relacionados aos monumentos enquanto documentos históricos, conceitos de lugar, de memória, de identidade, de memória coletiva e individual, além de traçar debates sobre o ensino de história, educação e educação patrimonial, a exemplos de Le Goff (2013), Nora (1993); Halbwachs (1990); Candau (2021); Riegl (2014); Bittencourt (2009), Freire (2019); Franco (2019) etc. As fontes que subsidiaram este trabalho foram os documentos oficiais que tratam do monumento e pesquisas nos principais sites locais que publicaram matérias sobre a fixação do monumento e a sua destruição no mesmo dia da inauguração. A proposta do produto deste trabalho visou a construção de uma sequência didática com o conteúdo sobre o objeto de pesquisa para ser aplicada aos alunos do 6º ano, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Milton Martins. Nesse sentido, a dissertação está organizada em três capítulos: no primeiro, intitulado “O *Locus* da pesquisa: Parauapebas “Capital do minério” vislumbra-se nuances do município; no segundo, nominado de “Monumento, memória e identidade, debatemos sobre esses conceitos; e, finalizamos com o terceiro intitulado de “Nas trilhas do ensino de história com foco na educação patrimonial” no qual tratamos da questão do ensino e da produção do produto.

Palavras-chave: monumento; mulheres; história local; ensino de história e educação patrimonial.

ABSTRACT

This research aimed to historicize the plot generated around the monument in honor of the women of Parauapebas-PA, inaugurated in 2020, in celebration of 30 years of women's participation in the construction of the city. The monument was destroyed by a group of locals on the same day that it was placed in a square in the Rio Verde neighborhood. In 2021, another version of the monument was erected. The reasons that brought us to this research came from the need to contribute to the production of local history, since the scarcity of sources and teaching material on local history themes is enormous, which makes teaching work impracticable based on reality of students. We also sought to make connections on the topic with the teaching of history and heritage education. The debate evolved around a bibliographical review of some authors who discuss themes related to monuments as historical documents, concepts of place, memory, identity, collective and individual memory, in addition to outlining debates on the teaching of history, education and heritage education, following examples from Le Goff (2013), Nora (1993); Halbwachs (1990); Candau (2021); Riegl (2014); Bittencourt (2009), Freire (2019); Franco (2019) etc. The sources that supported this work were official documents dealing with the monument and research on the main local websites that published articles about the establishment of the monument and its destruction on the same day as the inauguration. The proposed product of this work aimed to construct a didactic sequence with content about the research object to be applied to 6th year students at the Milton Martins Municipal Elementary School. In this sense, the dissertation is organized into three chapters: in the first, entitled "The Locus from the research: Parauapebas "Capital of ore" nuances of the municipality can be seen; in the second, called "Monument, memory and identity, we debated these concepts; and, we end with the third entitled "On the trails of history teaching with a focus on heritage education" in which we deal with the issue of teaching and product production.

Keywords: monument; women; local history; teaching history and heritage education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Mapa do Brasil	36
Imagem 2 - Mapa da Microrregião do Sudeste do Pará – 019	39
Imagem 3 – Prédio do Centro de Mulheres de Barro	51
Imagem 4 - Área de exposição de cerâmicas	52
Imagem 5 - Artesanato cerâmico: colar Bitoca com bolinhas	53
Imagem 6 - Artesanato cerâmico: jarro tambor pele de cobra	54
Imagem 7 - Cacique Kôkôti Xikrin, mulher indígena	59
Imagem 8 - Mapa da Terra Indígena Xikrin do Cateté	64
Imagem 9 - Croqui da aldeia Cateté	67
Imagem 10 - Vista aérea da Aldeia Xikrin do Cateté	68
Imagem 11 - Pintura corporal da cultura Xikrin do Cateté	70
Imagem 12 - Geólogo Breno dos Santos e sua equipe no primeiro levantamento aéreo magnético da Serra dos Carajás	72
Imagem 13 - Breno Augusto Santos na Serra dos Carajás	73
Imagem 14 - Mapa das Company Towns na Amazônia	78
Imagem 15 - Núcleo Urbano de Carajás, 1985	79
Imagem 16 - Núcleo Urbano de Carajás atual	80
Imagem 17 - Casas do Núcleo urbano de Carajás	81
Imagem 18 - Monumento da Renascença Africana, em Dacar, Senegal	107
Imagem 19 - Memorial Nelson Mandela, Howick, África do Sul	108
Imagem 20 – Monumento Desenkadená - Willemstad, Curaçao	110
Imagem 21 – Monumento Os Pioneiros de Borborema – Campina Grande – Paraíba	112
Imagem 22 - Memorial da Cabanagem	113
Imagem 23 - Monumento das Castanheiras Queimadas de Eldorado de Carajás-PA	115
Imagem 24 - A Coluna da Infâmia no Brasil	118
Imagem 25 - Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas/2021 ..	128
Imagem 26 - Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas/2020	130
Imagem 27 - Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas/2020 ...	135
Imagem 28 -Parte do monumento em homenagem às mulheres de Parauapebas/2020 que foi quebrado	137

Imagem 29 – Parte do monumento em homenagem às mulheres de Parauapebas/
2020 que foi quebrado 137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Microrregião de Parauapebas	40
Quadro 2 - Company Towns na Amazônia	78
Quadro 3 - Demonstrativo da carga horária – 2024	144
Quadro 4 - Demonstrativo das turmas do 3º e 4º ciclos	156

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA.....	13
INTRODUÇÃO.....	28
CAPÍTULO 1 – O <i>LOCUS</i> DA PESQUISA: PARAUAPEBAS, “CAPITAL DO MINÉRIO”	35
1.1 Situando a região de Carajás	35
1.2 A contribuição da Arqueologia para a história indígena de Carajás	43
1.3 Povos originários: os Xikrin do Cateté	56
1.4 A Serra dos Carajás: um núcleo urbano no topo da Serra	71
1.5 Parauapebas: Rio de águas rasas	83
CAPÍTULO 2 - MONUMENTO, MEMÓRIA E IDENTIDADE	90
2.1 Uma breve discussão teórica	90
2.2 Monumentos na concepção decolonial	100
2.3 Os monumentos brasileiros na perspectiva decolonial	112
2.4 O Monumento em homenagem às mulheres de Parauapebas: uma disputa entre História e memória	124
CAPÍTULO 3 – NAS TRILHAS DO ENSINO DE HISTÓRIA COM FOCO NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	142
3.1 Ensino de história e sua trajetória: uma breve análise	142
3.2 O ensino de história na perspectiva da educação patrimonial	149
3.3 Sequência Didática: O processo educativo em ação	154
3.4 O Perfil da Instituição Escolar	156
3.5 A Sequência Didática: Aulas ordenadas	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS	172

APRESENTAÇÃO: NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.

Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.

(Cora Coralina)¹

Com este poema de Cora Coralina, reflito sobre minha trajetória de vida dos altos dos meus 60 anos, completados no dia 13/05/2023 e percebo que sou uma sobrevivente numa sociedade excludente que se estruturou socialmente de forma desigual em que poucos acumulam riquezas incontáveis e muitos não têm nenhuma perspectiva de fazer pelo menos uma refeição digna por dia.

Minha admiração pela referida autora se apoia na medida em que ela, tendo uma vida de superação, fazedora de doces para sustentar sua família e sobreviver, nunca deixou de sonhar com uma vida melhor e, para isso, mitigava o trabalho doméstico com a produção dos seus poemas, os quais impactam e inspiram muitas mulheres pelo Brasil afora.

Não foi por acaso que Cora Coralina publicou seu primeiro livro com 75 anos, em tempos difíceis, principalmente num período da história brasileira no qual as mulheres eram invisibilizadas e consideradas como “recatadas” e apenas para o cuidar do lar, tendência que não a impediu de transpor as dificuldades impostas pela sociedade forjada no patriarcalismo. Contudo, mesmo com esses entraves, ela destacou-se, entre outros talentos, como ícone da poesia brasileira.

Reportando a minha trajetória acadêmica, não posso deixar de lembrar fatos que me ocorreram nessas seis décadas da minha vida, pois preciso lançar esse olhar para o meu passado e perceber as dificuldades enfrentadas e as conquistas alcançadas nesse percurso da minha existência.

É nessa perspectiva que reverbera o passado de uma sociedade e ou de um indivíduo. Do mesmo modo, vislumbro a minha trajetória. Nesse sentido, para compreendermos melhor a relação dos sujeitos com o tempo passado, recorreremos aos estudos de Eric Hobsbawm (2013, p. 43.), quando ele discorre em seu texto intitulado “O sentido do passado” e afirma que “Nadamos no passado como o peixe

¹ Cora Coralina (1889-1985) foi uma poetisa e contista brasileira. Publicou seu primeiro livro quando tinha 75 anos e tornou-se uma das vozes femininas mais relevantes da literatura nacional. Disponível em: https://www.ebiografia.com/cora_coralina/.

na água, e não podemos fugir disso. Mas nossas maneiras de viver e de nos mover nesse meio requer análise e discussão”.

Gostaria de nadar como peixe no meu passado e relembrar cada maré que passei, avistar as águas menos tranquilas e as mais agitadas que inundaram meu caminho, porém, como é uma trajetória longínqua, serei sucinta dada a natureza deste texto, embora seja difícil, pois não existem páginas arrancadas do livro da nossa vida, mas devemos seguir as exigências acadêmicas para enquadrar este texto, de acordo com as orientações institucionais.

Nesse processo do construto da minha história, percebi que posso dialogar com o pressuposto de Hobsbawm (2013), o qual é uma perspectiva importante para se pensar meu passado, haja vista que nenhum indivíduo deveria fechar os olhos para ele, seja para despertar sentimentos de nostalgia, seja para provocar saudades, ou para refletirmos sobre as nossas ações no tempo vivido.

Hobsbawm (2013) enfatiza que devemos lançar olhares para o passado coletivo ou individual. Fazendo esse exercício, geralmente ofício do historiador, poderemos vislumbrar as nossas ações no tempo, sobretudo tentar enxergar os erros cometidos e encará-los como aprendizagem e nos alegrar com os acertos, por termos tomado decisões corretas que trouxeram bons frutos.

Quero pensar meu passado a partir do presente, pois o contexto atual da minha existência reflete minha persistência, meu esforço e minha dedicação, resistindo sempre às intempéries vivenciadas ao longo da minha trajetória. Por isso, começo pelo meu ingresso no ProfHistória, no curso de Mestrado em Ensino de História, pois foi um sonho regado desde que entrei no serviço público, na educação básica, como docente no Ensino de História; este trabalho foi conquistado através de concurso público em 2014², na Prefeitura Municipal de Parauapebas, muito concorrido, mas que conquistei uma vaga com a graça de Deus e com meus esforços.

Após passar a fase do meu estágio probatório, que por sinal foi exitoso, iniciei outra batalha para entrar neste Programa de Pós-graduação no qual participei de três seleções. A primeira foi em 2019, quando enfrentei 12 horas de estrada para fazer a

² Minha convocação ocorreu em janeiro de 2015, ano em que mudei de Belém para Parauapebas. Ao chegar na escola e assumir minhas turmas, umas colegas me perguntaram por que eu, morando em Belém e tendo um emprego efetivo lá, optei por morar no referido município e trabalhar como professora que é uma tarefa tão difícil atualmente. A minha resposta foi que eu não me empenhei nos estudos para me formar e depois pendurar meu diploma na parede, queria desenvolver um bom trabalho docente, obviamente recebendo um salário melhor e, conseqüentemente, pelo menos, avançar na minha condição social.

prova no polo da Universidade Federal do Pará, em Ananindeua, onde fui eliminada com a nota 6,5. Em 2020, desloquei-me de Parauapebas para Xinguara, distância percorrida, aproximadamente, de 188,4 km e quase 4h30min de viagem, a depender das condições da estrada, para realizar a prova e novamente fui eliminada com a mesma nota.

Já em 2021, em decorrência da Pandemia de Covid-19, o exame pode ser realizado na modalidade online, com fiscais à distância, o que representou um avanço mediado pela tecnologia educacional, com toda a segurança e lisura que o processo requer, bem como um alívio para mim, dados o sacrifício e os gastos financeiros e físicos para a realização das provas anteriores.

Minha nota em 2021 foi 7,50, o que não me permitiu entrar na primeira listagem dos classificados, uma vez que havia vagas para candidatos cotistas, que por sinal são muito justas, se levamos em consideração a luta dos negros a terem acesso aos espaços acadêmicos, por isso, caí para a décima nona colocação e, por serem apenas 18 vagas, eu já me considerava fora do mestrado, supondo que ninguém desistiria de um curso tão disputado.

Contudo, a vida nos oferece surpresas que nem mesmo acreditamos, a minha, foi receber uma ligação do Coordenador do ProfHistória da Unifesspa/Xinguara, professor Bruno Silva³, convocando-me para assumir a vaga, pois houve o improvável, um impedimento de um candidato que não pode assumir o mestrado, e como eu era a primeira da lista de espera, fui convocada.

Com essa convocação, fiquei muito surpresa, jamais imaginava que eu pudesse entrar na turma de 2022, pois já estava me preparando, pelo menos psicologicamente, para a submissão ao exame de acesso da turma de 2023; eu tinha certeza de que uma hora minha oportunidade, que constantemente é escassa, chegaria, mesmo que fosse pelas “beiradas”⁴.

³ Não costumo atender ligações de quem não está na minha lista de contato, mas quando recebi a ligação do Prof. Dr. Bruno Silva da Unifesspa, fiquei em dúvida se atenderia ou não; como reconheci o código do Discagem Direta à Distância 94, acreditava que seria alguém de Parauapebas que queria falar comigo e, por isso, atendi. Eu senti uma satisfação imensa quando ele me chamou para fazer parte da turma de 2022 que não tenho nem palavras para expressar.

⁴ Sempre uso essa expressão para explicar que eu estou furando o sistema rígido de seleção capitalista, excludente de acesso de concurso, de exames e de oportunidades, quando do concurso, tinham 20 vagas e eu fiquei em 29º e fui convocada em 2015, no ProfHistória, eram 18 vagas e eu fui aprovada sendo a primeira da lista de espera.

É interessante destacar que no momento da convocação, quando o professor Bruno Silva finalizou a ligação, eu simplesmente soltei um brado de alegria, de vitória, no ápice da minha emoção, pois eu estava sozinha em casa e não tinha com quem compartilhar tamanha felicidade, em decorrência do meu ingresso no mestrado, tanto que acredito que quem passava na rua não entendeu absolutamente nada, mas sabia que aquele grito expressava muita euforia.

Elenco aqui também minha formação acadêmica para fins de registro e conhecimento dos meus leitores. Sou formada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-CE, com extensão para Belém do Pará – ano 2007, meu Trabalho de Conclusão de Curso -TCC trouxe como título: “Investigando a História do Brega Paraense: uma experiência de Ensino de História e Cultura Popular”⁵.

Na ocasião da graduação, tive a oportunidade de ser orientada pela professora Antônia Maria Rodrigues Brioso⁶. No TCC, tracei discussões sobre a cultura musical brega do Estado do Pará, em especial a de Belém, como possibilidade de inserção nas aulas de história, uma vez que, na perspectiva pedagógica freiriana, o docente precisa reconhecer os saberes dos educandos e problematizá-los ao conteúdo ensinado; grande parte desses estudantes, geralmente oriundos das camadas populares da periferia de Belém, tem o estilo musical brega como prática cultural.

Nesse sentido, a História por sua vez, enquanto área científica, a partir da segunda década do século XX, com o advento da escola dos Annales, revolucionou as pesquisas e ampliou os objetos de estudos e de outros sujeitos históricos, dialogando com outras áreas do conhecimento, possibilitando a interdisciplinaridade. Esse fato oportunizou alinhamento de conceitos de outras ciências para subsidiar os estudos sobre temas que até então eram considerados marginais à historiografia tradicional positivista.

A pesquisa sobre a História do Brega paraense, que foge totalmente da cultura clássica, bem como daquilo que é considerado Música Popular Brasileira – MPB,

⁵ A Monografia encontra-se na biblioteca do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Pará que funciona em Belém-Pa., na travessa Humaitá, nº 777, bairro da Pedreira.

⁶ É professora de História da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA) desde 1996, onde coordena o projeto Cartografia da Cultura Afro-brasileira e Indígena (2011-atual). Atualmente, trabalha na construção e implantação do Laboratório de Práticas Pedagógicas (LAPPEER), resultado do projeto Cartografia, esse que tem afirmado e corroborado as ações na produção de tecnologias pedagógicas na linha da educação antirracista.

encontrou amparo nesse novo modo do fazer historiográfico, sendo uma possibilidade metodológica para o Ensino de História.

Após a conclusão da graduação, logo me matriculei na Pós-graduação para estudar a Especialização em Ensino de História do Brasil, no ano de 2008, na Faculdade Ipiranga, em Belém do Pará, pois para além de ampliar e atualizar meus conhecimentos em História, tal formação era necessária para quem pensava em fazer concurso público como eu, afinal, a graduação não seria o suficiente para ser aprovada e classificada, pois em todos os certames temos que nos submeter a prova de títulos, e o meu perfil era o de uma aluna que nunca poderia passar em um concurso apenas com a graduação, dada a natureza do meu contexto histórico — como acontece com muitos jovens ao saírem da universidade — e, ao me especializar em uma área, teria a chance de somar alguma pontuação nos concursos para professores.

Nessa especialização, optei por continuar discutindo a temática proposta na graduação, pois já tinha muito repertório de leituras que me auxiliariam na construção da monografia, o que foi definido juntamente com meu orientador Prof. Agenor Sarraf Pacheco⁷. O tema sugerido foi “O Brega, uma filosofia de vida? Trajetórias e histórias da música no Pará (1980-2008)”⁸; a pesquisa foi subsidiada por uma revisão bibliográfica sobre a música brasileira, analisando como o estilo musical brega, enquanto produto cultural musical foi colocado à margem das discussões acadêmicas, porém admitido como prática cultural musical e dançante, não somente das classes populares, como adentrou no gosto da classe média.

Dessa forma, para construir a monografia, pautamo-nos nos clássicos para fundamentar teoricamente esse estudo, como Napolitano (2001), Tinhorão (1997), Mariz (2000), Costa (2007), entre outros que se debruçam nos estudos sobre a música brasileira. Tratamos também com literaturas que discutem a questão da cultura e da identidade, como Thompson (1998), Burke (2005), Canclini (1997), Stuart Hall (2005).

⁷ Professor Associado I da Universidade Federal do Pará (UFPA), lotado no Instituto de Ciências Humanas (IFCH), vinculado à Faculdade de História (FAHIS) e aos Programas de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) e Antropologia (PPGA). Atualmente é Vice-Coordenador do PPHIST (Gestão 2021-2023). Foi Diretor do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) no período de 09/2012 a 07/2016. Atua especialmente nos temas Cidade-Floresta, Amazônia Marajoara, Afroindigenismo, Religião/Religiosidade, Patrimônio, Memória, História Oral, Cartografia, Etnobiografia, Etnofotografia.

⁸ A monografia faz parte do acervo documental da Faculdade Ipiranga situada em Belém do Pará, endereço: Avenida Almirante Barroso, esquina com a travessa Humaitá.

Dialoguei ainda com alguns autores que debatem questão inerentes à educação e às problemáticas do Ensino de História, a exemplo de Bittencourt (2003), Freire (1996) e Abreu (2003).

Depois de traçar debates sobre esses temas tão relevantes para minha formação acadêmica, no capítulo três, sob o título “DAS SEDES PARA A ESCOLA: a música brega na sala de aula”, lançamos uma proposta pedagógica, dialogando com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que dispõem que o estudante deve “conhecer e respeitar o modo de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo as diferenças entre eles” (p. 277), propusemos três músicas do brega paraense como método para o ensino de história. São elas: “Afrodite”, da cantora Aninha Soares; “Odalisca”, da mesma cantora e do compositor Edilson Moreno; e “Batida da Amazônia”, na interpretação de Gaby Amaranto, vocalista da banda Tecno Show.

Nessa busca pela minha formação acadêmica, cursei outra Pós-graduação, dessa vez, caminhei para o campo da gestão. Estudei a Especialização em Gestão Escolar, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, em 2014, na modalidade semipresencial, em Belém do Pará, aprendizagem importante e que todo professor deveria conhecer, pois é muito fácil criticar uma gestora educacional, entretanto, não temos noção do quanto é um trabalho árduo, considerando que administrar uma instituição educativa é uma tarefa sério e requer muita responsabilidade.

Ao longo do curso, além de adquirir saberes sobre a organização de uma escola, pude contribuir de modo mais eficaz para a instituição, posicionando-me quando realmente era necessário e me disponibilizando para participar, quando possível, para que o ambiente escolar fosse salutar para todos os sujeitos envolvidos nesse processo educativo e, assim, sempre vislumbrar perspectiva de uma gestão escolar fundamentada na coletividade, para produzirmos um processo educacional exitoso.

Nesse curso, tracei discussões com alguns autores da área da gestão escolar, um deles foi Libânio (2001). Suas ideias sinalizam para o gestor uma importante característica do planejamento que é percebê-lo como um processo, haja vista que esse profissional lida com um eixo com seis temas: pedagógico, administrativo, eficiência, financeiro, comunicação, gestão de pessoas. Baseei-me, ainda, em Paro

(2006) discute a organização da estrutura escolar; em Luck (2010) para discutir a gestão participativa; em Saviani (1994) que estuda a Pedagogia Histórica-Crítica, entre outros autores que me trouxeram uma visão ampla do que é ser um gestor escolar.

Destaco que o trabalho final dessa especialização foi a produção de um Projeto Integrador que teve como tema “A ESCOLA COMUNITÁRIA: uma possibilidade de aprender”⁹. Na construção dessa monografia, fui orientada pela Prof.^a. Janaina da Costa Cichovski. No projeto, tomei como pesquisa a Escola Comunitária de Miramar, na periferia do bairro do Telégrafo, em Belém do Pará, pois durante muito tempo as escolas comunitárias eram a única oportunidade dos filhos dos trabalhadores pobres da grande Belém estudarem. Dessa forma, a referida escola, em 2014, resistia e continuava ofertando o ensino do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I.

Na sequência da minha formação, participei de um processo seletivo pela Universidade Estadual do Pará, em meados de 2018, já morando em Parauapebas, e conquistei uma vaga no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia¹⁰. Foram quatro anos de muito estudo e ampliação dos meus conhecimentos sobre a educação e sobre o papel do docente.

Foi interessante perceber que, ao longo do período de formação, pelo fato de já ter estudado autores da educação nos outros cursos, não tive muita dificuldade de assimilação dos conteúdos, da participação nas discussões, e de desenvolver os trabalhos solicitados.

Nesse sentido, como já era do conhecimento dos tutores e dos colegas de turma que eu era professora de história, quando qualquer disciplina que trouxesse o contexto histórico nos era ofertada, não passava cinco minutos para que alguém indicasse ao professor regente para eu explicar a questão. Assim, o curso finalizou com êxito em junho de 2022, o que representou uma experiência única na minha vida acadêmica, bem como na minha trajetória de vida, pois como pode ser observado,

⁹ O Projeto Integrador faz parte do acervo da biblioteca do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial situado em Belém do Pará, endereço: Avenida Serzedelo Corrêa, nº 279 – bairro de Nazaré.

¹⁰ Ao ingressar no curso, mais uma vez fui questionada por fazer outra licenciatura, já tinha uma formação, era concursada e não precisava utilizar o tempo que eu tinha de folga para estudar novamente, já que eu poderia fazer outras coisas. Eu respondi que, enquanto professora, preciso sempre buscar novos conhecimentos para complementar o que já aprendi, pois o conhecimento nunca é demais para alguém, principalmente para nós, docentes, que sempre estamos em contato com novas gerações que esperam que tenhamos respostas aos seus questionamentos, atualizadas e coerentes.

quase toda a minha formação até naquele momento fora realizada em instituições privadas.

Quando eu saí do Magistério em nível médio, cursado no Instituto de Educação Estadual do Pará, no ano de 1990, tentei o primeiro vestibular para pedagogia, porém não obtive êxito e, em meados de 2018, já morando em Parauapebas, pude participar de um processo seletivo e fui aprovada para cursar Pedagogia.

Para a conclusão, a UEPA nos permitiu escrever um artigo com mais duas colegas de curso, Cleidimar Vieira Barbosa e Gilvanice Estácio Ribeiro, cujo título foi “Impactos causados pela Pandemia de Covid-19 no processo educacional campesino no sexto ano da Escola João Evangelista no município de Parauapebas-PA”¹¹. Fomos orientadas pelo Prof. Me. Fernando Octavio Barbosa de Almeida¹².

Assim, procuramos problematizar no artigo as dificuldades encontradas pelos professores de Língua Portuguesa e de Matemática durante suas aulas remotas, em decorrência da Pandemia de Covid-19, pois, como sabemos, o mundo todo vivenciou esse momento difícil em que a maioria das famílias perderam seus entes queridos, perdemos amigos e ainda tivemos que lidar com uma extrema direita se erguendo com discurso negacionista e terraplanista.

O processo educativo sofreu abalo, haja vista que a proliferação da referida enfermidade que é transmitida por meio da aglomeração de grupos de pessoas impossibilitou que a escola desenvolvesse o seu trabalho coletivo, devido ao forte risco de contaminação do coronavírus.

Nesse período, a falta de políticas públicas não permitia uma educação de qualidade para os estudantes da escola pública que, na sua grande maioria, são oriundos de famílias socialmente vulneráveis. Assim sendo, na pesquisa, buscou-se visualizar essas questões e identificar quais foram as ações pedagógicas dos professores das duas disciplinas com maior carga horária no currículo do 6º ano do Ensino Fundamental II, estando a escola pesquisada situada na zona rural de Parauapebas.

¹¹ O artigo está depositado no acervo da Universidade Estadual do Pará que funciona no Centro Universitário de Parauapebas, situado na rua A, esquina com a rua 8, no bairro Cidade Nova.

¹² Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Licenciado Pleno em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Assistente - Departamento de Educação Geral (DEDG)/ Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE/UEPA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagogia em Movimento (GEPPEM). Atua, principalmente, nos seguintes temas: Formação de Professores, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Gestão Educacional e Currículo e Relações Raciais.

Com essa trajetória acadêmica, percebo que, apesar de as oportunidades serem escassas para mim, uma mulher negra, pobre, periférica, todas as vezes que eu me deparei com uma possibilidade de aprender, abracei-a com “unhas e dentes”, principalmente quando se trata da busca pelo conhecimento e pela formação acadêmica, pois sempre admirei quem se forma bem jovem e consegue chegar à maturidade com essa base de formação consolidada e, obviamente, distanciar-se da grande multidão de mão de obra desqualificada e, no meu caso, a formação aconteceu lenta e de modo fragmentada.

Eu me considero uma lutadora, uma guerreira, sobrevivente de uma sociedade excludente, como citei no início desta narrativa biográfica. Todavia, pude superar os percalços da vida por meio da minha fé, da busca pela educação e da minha formação acadêmica, pois tive uma educação formal fragmentada, porém tenho certeza de que minha história de vida representa parte da história das mulheres brasileiras que não medem esforços para superar as dificuldades e conquistar seu espaço na sociedade.

Vale lembrar que aprendi a ler aos 10 anos, sou filha de uma marajoara de Cachoeira do Arari/Marajó-PA e de um nordestino da cidade de Camocim-CE. Meu pai era semianalfabeto, tiveram 8 filhos dos quais eu sou a terceira e a primeira menina. Minha mãe é analfabeta, ainda vive nos campos de Cachoeira, como descreveu Jurandir (1995)¹³. Como meus pais não tiveram instrução escolar e nós éramos paupérrimos, minha mãe saiu para trabalhar em uma fábrica de quebrar castanha, em Belém do Pará¹⁴; meu pai era sapateiro, uma profissão que quase não se vê mais.

Por motivos de desestrutura financeira, veio o colapso do casal que culminou com separação. Minha mãe, não tendo condições de nos sustentar, colocou-me para trabalhar em casa de família, fui babá, limpei casa, cozinhei, executava todas essas tarefas em troca de um prato de comida e roupas usadas dos filhos das patroas e/ou um vestido do tecido mais barato, somente para dizer que tinham comprado algo para mim.

¹³ O autor é natural de Cachoeira do Arari-Marajó- Pará e tem várias obras que retratam o cotidiano do caboco marajoara, como assim é chamada parte da população da região do Arquipélago do Marajó.

¹⁴ Para saber mais sobre o tema, acessar a dissertação de mestrado de José Jonas Almeida (2015), do programa de Pós-graduação em História Econômica, da Universidade de São Paulo. Com o tema “Do extrativismo à domesticação: As possibilidades da castanha-do-pará”, abordou a dinâmica do trabalho das quebradeiras da castanha, no norte do país, e Belém aparece com algumas fábricas dessa atividade econômica, o que me lembra a realidade da minha mãe que foi operária da Usina Progresso e Romariz, nas décadas de 60 e 70.

Naquela época, décadas de 70 e 80, ninguém se importava com o trabalho infantil, afinal, o Estatuto da Criança e do Adolescente¹⁵ não existia (e quem ligaria para os maus-tratos que eu e minhas irmãs sofremos nas casas alheias?). Recordo-me que, muito cedo, já fazia mingau de farinha sem leite para os meus irmãos mais novos e carregava lata de água na cabeça para encher os vasilhames das casas dos vizinhos, em troca de algumas moedas para comprar pão e saciar nossa fome.

Nas casas onde eu trabalhava, apesar das opressões, não aceitava tudo o que queiram fazer comigo, chamavam-me de moleca rebelde porque eu respondia mesmo e revidava as pancadas que queriam me dar, seja por palavras agressivas, violência física e tentativa de agressão sexuais, eu, apesar de inocente, desnutrida e desprotegida, sempre reagi a tais ataques, aprendendo sempre a me defender para sobreviver em meio àquele caos. Não é à toa que eu gosto da frase da música da cantora Ana Carolina¹⁶: *“vim parar nesta cidade por força das circunstâncias, sou assim desde criança, me criei meio sem lar...”*. É isso mesmo, criei-me, como dizia minha avó materna Teresa Mendes, “à torto e à direito”, mas sobrevivi.

Nosso bairro era o Barreiro, área periférica de Belém que, naquela época, era chamada de baixada, por ocorrer frequentemente alagamento no período chuvoso, o local não tinha ruas, o que existiam eram pontes construídas de madeiras, que geralmente quebravam e os moradores viviam com as “canelas” cheias de hematomas e de ferimentos.

Lembro-me que cursei até meus 14 anos a 4ª série do antigo primário, pois nesse percurso, a maioria das vezes, as patroas não se importavam com minha educação formal, nem com minha saúde, pois quando eu sentia dor de dente, elas mandavam logo arrancar, enquanto os filhos delas tinham todo o tratamento possível para permanecerem com os dentes, enquanto os meus tinham que ser extraídos por uma simples dor de dente, isso me gerou um déficit na arcada dentária que hoje tento corrigir.

Minha trajetória retrata um mundo de exclusão, sem orientação, acabei com uma gravidez na adolescência, o que agravou mais minha situação, pobre, preta

¹⁵ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído no dia 13 de julho de 1990 pela Lei nº 8069/1990 e considera criança a pessoa até doze anos incompletos e adolescente aquela entre 12 a 18 anos.

¹⁶ A cantora é um ícone da Música Popular Brasileira com diversos sucessos que cai no gosto da população. O trecho da música citada tem como título “Garganta”.

periférica e sem estudo, só me restou me apegar à minha cria que nasceu quando eu tinha apenas 17 anos¹⁷.

Diante dessa situação, até os meus 23 anos, minha trajetória não teria sido muito diferente da trajetória da minha mãe, parecia um ciclo familiar que se repetia, a exemplo de minha genitora que também foi mãe na adolescência, porém eu acreditava que esse ciclo não chegaria até mim, para isso, apesar das dificuldades, me empenhei bastante para que minha história de vida fosse diferente e o caminho escolhido foi, mesmo que tardiamente, a educação.

Aos 23 anos, tive a oportunidade de ser contatada para trabalhar como servente em uma escola de Ensino de segundo grau¹⁸, no ano de 1986¹⁹, eu nem

¹⁷ Minha filha Helen Patrícia Cunha Gomes nasceu no dia 16/01/81, tem hoje 41 anos, casada com dois filhos, formou-se em Administração de Empresas pela universidade de Brasília e hoje é executiva na área de gestão financeira da Empresa Vale; é referência nesse assunto e atualmente responde pelo corredor do minério Norte e Nordeste. Residiu 17 anos no Núcleo Urbano de Carajás e foi transferida, em 2018, para São Luís do Maranhão, onde permanece até o momento. Sua filha Giovanna Liz Cunha Gomes tem 18 anos e está cursando o primeiro semestre do curso de Psicologia da Faculdade Dom Bosco, em São Luís – MA; meu neto, Gustavo Beni Cunha Gomes, tem 13 anos, estuda o Ensino Fundamental e integra o time de futebol sub 13, ligado à Associação Maranhense de Futebol, pois seu maior sonho é se tornar um jogador conhecido nacional e internacionalmente, mas sempre o oriento a focar nos seus estudos, pois sempre temos que ter uma segunda opção de trabalho na vida.

¹⁸ A Escola Estadual Magalhães Barata foi fundada em 1967, funcionava com uma escola de segundo grau, na década de 1980, já foi transformada em Escola Técnica em fusão com o Centro Interescolar Maria da Silva Nunes e hoje oferece apenas o Ensino Médio. O prédio da escola situa-se na Travessa José Pio, S/N, entre a Trav. Municipalidade e Rua do Una, no bairro do Telégrafo, na cidade de Belém, Estado do Pará. Nessa escola, iniciei minhas atividades como servente no dia 16 de abril de 1986 e lá trabalhei 4 anos com trabalho de limpeza. A diretora Professora Arinalda Gomes da Costa, percebendo um potencial de aprendizagem em mim e o meu interesse pelo conhecimento, deslocou-me dessa atividade para auxiliar a senhora Antônia Seabra, servidora do arquivo, já idosa. Daí eu permaneci 12 anos desenvolvendo atividades administrativas nesse espaço, quando fui transferida, em 1998, para labutar na secretaria do interior do Instituto de Educação Estadual do Pará. Nessa escola, foram 10 anos de trabalho administrativo, quando fui novamente transferida para outro espaço, a sede da Secretaria de Estado de Educação onde permaneci até 2014, quando da minha aprovação como professora na Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas onde permaneço até o momento. Apesar de eu ter tido toda essa trajetória no mundo do trabalho, sendo a maior parte na Seduc/PA, eu nunca fui reconhecida como uma intelectual, pois a promoção no Estado somente pode ocorrer por meio de concurso público, já que não existe uma política de ascensão profissional para os servidores que estão na casa. Depois que me formei, fiz três concursos e não fui classificada nas vagas, por isso, todas as vezes que os meus superiores me viam, sabiam que eu tinha um grande potencial e conhecimento para ensinar a todos os que chegavam para assumir cargo de assessoria, porém nunca se esqueciam da minha referência do contracheque: Servente Ref. I. Terminei meu vínculo com a Seduc com 33 anos de serviços prestados e, já na fase de aposentadoria, a qual não pude concluir por cair na malha de acúmulo de cargo, e fui obrigada a pedir exoneração sem ter trazer nenhum direito trabalhista desse período trabalhado, apenas o conhecimento que adquiri nesse longo tempo de trabalho e dos amigos que fiz, pois meu crescimento intelectual só foi possível porque eu tive muitos anos na minha vida que me apoiaram, a exemplo da professora Maria Ferreira do IEEP, da disciplina Estatística, aposentada desde quando cheguei na escola e lá prestava serviço voluntário.

¹⁹ Em 1986, o então Governador Jader Barbalho abriu oportunidade de contratação para várias pessoas. Como minha mãe, em momento fora da safra do trabalho operário nas fábricas de castanha-do-pará, foi trabalhar de doméstica na casa da senhora Magnólia Zahluth, cunhada do governador, e por meio da indicação dela, fui contratada. Aliás, ela era madrinha de fogueira da minha mãe e foi uma das pessoas de posse que sempre nos auxiliava com cestas básicas.

sabia como seria esse tipo de serviço, porém esperava que poderia ser melhor do que labutar quase como escrava, em casa de família. Nessa época, vivenciei a dinâmica de uma escola, vi professores da minha idade, alunos e alunas com 14, 15 e 16 anos estudando o científico; eu fiquei impressionada, pois via aqueles adolescentes e jovens em pleno processo de aprendizagem formal e eu estava totalmente fora desse processo.

Diante desse choque de realidade, perguntei-me o que eu tinha feito, ou melhor, o que fizeram da minha vida que eu não estudei. Comecei a pensar nessa possibilidade de estudar e, aos 27 anos, já com dois filhos²⁰, retornei ao banco da escola para cursar o Supletivo; concluída essa etapa, parti para fazer o segundo grau, fiz o teste de seleção para estudar o magistério no Instituto Estadual de Educação do Pará, pois me ocorreu que talvez eu fosse uma boa professora e, já que eu trabalhava na escola, eu poderia ter uma oportunidade de mudança profissional. Formei em 1990, mas infelizmente nada aconteceu de diferente em nível de mobilidade profissional.

Depois desse período, não foi mais possível estudar, pois o que eu aprendi no magistério não me credenciava para enfrentar um vestibular, eu bem que tentei, porém sem sucesso. Naquela época, era preciso fazer um bom cursinho para ingressar em um curso superior, não tinha Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, nem política de inclusão, então tive que parar por não ter recurso para custear meus estudos, além de que o pouco que eu recebia de salário tinha que manter meus dois filhos e apoiá-los em suas formações, haja vista que eu não gostaria que acontecesse com eles o mesmo que ocorreu comigo e jamais permitiria que a vida deles fosse uma reprodução da minha.

Nesse percurso, foram 14 anos em que fiquei fora da escola, até que surgiu uma oportunidade de cursinho popular na Universidade Estadual do Pará, com um valor que cabia no meu orçamento; comecei a estudar e, em seis meses, prestei vestibular para cursar História, por entender na minha leiguice, que era uma área fácil, eu iria aprender sobre nome de personagens históricos e datas importantes, ledô engano, pois quando me deparei com leituras da primeira disciplina específica do curso, Teoria da História, quase saí correndo da sala de aula, entretanto foi nesse curso que aprendi a compreender o mundo de modo diferente, aliás, o curso veio

²⁰ Meu filho Leandro Alan dos Santos Cunha nasceu no dia 25/07/82, tem 40 anos, é casado e trabalha como mecânico, tem curso técnico e ainda não tem curso superior, mas não perco a esperança de um dia vê-lo graduado.

reforçar o meu senso crítico e a postura que eu já tinha quando da minha infância e adolescência.

Penso ser oportuno destacar aqui o trabalho que hoje desenvolvo, minhas atividades laborais como professora da disciplina de História na Escola Municipal de Ensino Fundamental Milton Alves Martins²¹, situada no município de Parauapebas, bairro Nova Carajás onde sou lotada com 200 horas, em todas nas turmas do 6º, 7º e 8º anos. Por ser uma escola grande estar localizada em uma área de periferia, o corpo docente é bem aplicado e o trabalho flui sempre na perspectiva da coletividade.

Retomando meu *metier* de profissional, ressalto que me sinto gratificada em ser professora de História, que nem tenho palavras para mensurar, pois brota em mim uma sensação de estar formando futuras gerações de mulheres e homens, de acordo com a perspectiva freiriana, progressista que visa, entre outros aspectos, a transformação de atitudes dos educandos para a construção de um mundo mais justo e solidário.

Nesse sentido, Freire (2019)²² chama a atenção dos docentes de que “ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra”, por isso, sempre estou atenta às demandas dos meus alunos, sejam de ordem pedagógica ou sociais, para que eles não sofram ainda mais com o processo excludente da sociedade.

Movo-me na prática pedagógica nessa perspectiva, procurando sempre ser referência para os meus alunos que, na maioria das vezes, não têm como estabelecer parâmetros de afetividade no seio familiar, pois lido com alunos de escola pública, que geralmente são oriundos de famílias pobres, desestruturadas e que, por vezes, são crianças e adolescentes que vivem em áreas de riscos, fatos que desembocam na escola e os desestimula ao estudo.

Ministrar a disciplina de história é prazeroso, mas esse sentimento não me impede de pensar nas dificuldades que são peculiares na presente tarefa, pois a meu ver, para que os alunos entendam a História, é primordial que eles já estejam com as habilidades de leitura e compreensão consolidadas; no entanto, a realidade não favorece tal ensino, quando se percebe que de uma turma que ingressa no sexto ano,

²¹ Milton Alves Martins, um dos moradores pioneiros de Parauapebas, foi eleito duas vezes ao cargo de vereador do município. Faleceu no ano de 2008.

²² FREIRE, Paulo: Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa – 58º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

a grande maioria apresenta dificuldade nessas habilidades, percepção esta que requer uma postura diferenciada do professor e a efetivação de uma ação pedagógica que reforce as referidas habilidades, com o intuito de promover uma aprendizagem com qualidade.

Outro aspecto que sempre me inquieta no meu fazer de ensinar é a metodologia utilizada no ensino de história, pois precisamos implementar um ensino que atraia os estudantes à participação; em vista disso, procuro envolvê-los nas aulas promovendo o protagonismo, uma vez que, há décadas, a maioria dos educadores rompeu com o modelo tradicional de ensinar. Nesse interim, Brodbeck (2012, p. 10) destacou que “o ensino de História deve ter como ponto de partida a compreensão da vida cotidiana de cada aluno, para que ele possa, pelas experiências, entender a dimensão destas experiências na vida de todos os homens”.

Assim sendo, recorro a práticas lúdicas, objetivando despertar nos alunos interesse pela disciplina de modo alegre e engajado. Planejo combinações entre leituras, apresentações de trabalho com recursos que eles mesmos produzem, como painéis, cartazes, mesclando com teatro, paródias, criando grito de guerra entre os grupos. Delego também tarefas²³ para cada grupo, como criação de dinâmica para aprofundar a aprendizagem sobre o tema estudado, que pode ser o uso de balões, dança da cadeira, torta na cara, entre outros, e produção de prendas para quem errar o questionamento do grupo e possa pagar, até o uso de dança do *tic toc* para animar a turma.

Outro método que sempre está presente em minha prática pedagógica é o trabalho em forma de projeto. Desde 2015, quando iniciei na docência, já planejei e coloquei em ação diversos projetos, entre eles o “Desenvolvendo as brincadeiras antigas” em que os alunos puderam conhecer algumas brincadeiras que eram realizadas pelas crianças e adolescentes de antigas gerações, como por exemplo: passa o anel, pé de lata, queimada, pular corda, carrinho de rolimã, ciranda etc.

Destaca-se que esta ação foi desenvolvida para que os alunos conhecessem esses tipos de brincadeiras que eram feitas antes do advento da internet e dialogar com a política de combate ao trabalho infantil no Brasil.

²³ Todas as ações implementadas nas aulas são planejadas com toda responsabilidade e rigor que o processo ensino-aprendizagem requer, para que a aula não vire “oba-oba” e tenha a nuance da coordenadora da escola; porém em alguns momentos, colegas se irritam com essas práticas, porque infelizmente ainda pensam que a aprendizagem somente acontece quando os alunos estão todos em silêncio, quietinhos e enfileirados, tal ideia ainda está presente no discurso de alguns professores.

O combate ao racismo e a valorização do negro e de sua cultura também foram temas envolvidos em projeto; já planejei conforme o que dispõe a Lei 10.639/2008 que orienta as escolas a ensinarem os temas, bem como a História da África e dos afro-brasileiros, três projetos para o Dia da Consciência negra: um em formato de feira, outro por meio de festival e o último no formato de gincana, em anos distintos. O folclore também já foi alvo de um projeto em formato de uma feira do conhecimento em que todos os aspectos do folclore foram abordados ²⁴.

No que tange à pesquisa relacionada ao curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ensino de História, ProfHistória, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, optei por dissertar sobre uma temática na perspectiva da história local, tendo em conta que existe uma série de dificuldades para se ministrar nas aulas de História, assuntos relacionados à realidade dos discentes e à história local.

Em vista de tudo que registrei nesta apresentação, não poderia finalizá-la sem antes homenagear, com um poema da poetiza que citei no início deste texto, a todos que acreditaram em mim, no meu potencial, ajudaram-me, ensinaram-me e me orientaram na minha trajetória de vida e na busca pelo conhecimento.

Saber Viver – Cora Coralina

Não sei...se a vida é curta
 Ou longa demais pra nós, mas sei que nada do que vivemos
 Tem sentido, se não tocamos o coração das pessoas.
 Muitas vezes basta ser:
 Colo que acolhe, Braço que envolve, Palavra que conforta, Silêncio que
 respeita, Alegria que contagia, Lágrima que corre, Olhar que acaricia,
 Desejo que sacia, Amor que promove.
 E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida.
 É o que faz com que ela
 Não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira,
 pura... enquanto durar

(Nova Acrópole, 2024, online).

²⁴ Todos os projetos seguem os seguintes passos: Planejamento, agendamento no primeiro encontro pedagógico, anúncio para as turmas sobre o trabalho com o tema, organização dos grupos, construção de material para apresentação, ensaio de teatro, danças folclóricas, montagem de painéis e estandes para receber o material produzindo, desfile de beleza, distribuição de tarefas para os grupos, arrecadação de alimentos e comidas típicas. A culminância dos projetos sempre é realizada na quadra da escola. O trabalho com projeto exige muito esforço e dedicação, pois é preciso ter muita garra para implementar projetos na proporção a esses, pois acabo movimentando todos os alunos do 3º e do 4º ciclo e, às vezes, preciso de duas do 2º ciclo, o que acaba impactando toda a comunidade interna escolar; é um trabalho cansativo, mas quando temos compromissos em promover uma educação de qualidade e significativa, vale a pena fazê-lo.

INTRODUÇÃO

Pensando no ensino de história na perspectiva da construção da história local, é que este trabalho de pesquisa pretendeu investigar a trama histórica em torno do Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas 2020/2021, e assim traçar reflexões sobre parte da história local.

A pesquisa sobre um tema da história local, direcionado para um monumento público da cidade, motivou-nos quando nos deparamos no chão da escola com falta de material didático que abordasse temas locais, dos seus bens culturais, conteúdos que geralmente são indisponíveis nos livros didáticos de história.

Intencionou-se, a partir da apropriação desses saberes históricos, abordá-los em sala de aula. Por isso, objetivou-se promover discussões que despertassem a memória coletiva dos estudantes, baseada na história local, bem como educar para a construção de uma consciência crítica, formando indivíduos capazes de se posicionar diante das contradições da sua própria comunidade.

Enfatiza-se que atuar no ensino de História nos permite uma *práxis* pedagógica para além de ensinar a disciplina propriamente dita, de seus conteúdos propostos no currículo oficial para cada ano do Ensino Fundamental II, a saber, do 6º ao 9º ano, tendo em vista que esse ensino nos orienta também a oferecer uma educação cidadã, que fomente consciência crítica dos nossos estudantes, a formar alunos protagonistas e participativos para que possam compreender suas realidades, perceber injustiças e assumam uma postura de transformação.

Para tanto, ensinar história assume dimensões diferentes de acordo com as demandas que emergem na sociedade e nós, enquanto historiadores e por ofício educadores, precisamos pautar nossos trabalhos alinhados a uma perspectiva progressista que possibilite uma educação libertadora e transformadora, permitindo aos discentes a construção de comportamentos para intervir no mundo de modo positivo; no caso do objeto de estudo aqui tratado, que aborda a história local, o patrimônio histórico cultural em questão, para conscientizar sobre a importância de valorizar, conservar e preservar os monumentos públicos.

As questões que nortearam este trabalho foram: O monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas construído em 2020/2021 pode ser parte da memória história local? Qual a trama histórica em torno da escolha do Monumento em homenagem ao protagonismo feminino na construção da cidade? Qual o motivo

que levou uma pequena parte da população a praticarem atos de violência que resultou na destruição do monumento na sua primeira versão, em 2020?

Nesse contexto, pensou-se num produto pedagógico para esta dissertação, uma sequência didática para organizar o conteúdo sobre a história local, a fim de promover a educação patrimonial na escola. A proposta foi posta em ação na Escola Municipal de Ensino Fundamental Milton Alves Martins, na turma do 6º ano 01, escola onde fui lotada recentemente para assumir 16 turmas.

Para a construção da pesquisa, debruçamo-nos em uma revisão bibliográfica como forma de estabelecer a compreensão dos principais conceitos presentes no debate historiográfico em todo do processo de construção deste projeto, como base científica para subsidiar o trabalho.

Abordou-se a questão da educação patrimonial no ensino de história por entendermos que faz parte do trabalho docente, uma vez que tal abordagem promove conhecimento escolar, conforme o que dispõe o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e “constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações”.

Tal educação pode ser realizada em outros espaços de aprendizagem e, quando se envolve monumentos, como é o caso desta pesquisa, observa-se que esses elementos esculturais geralmente estão em algum espaço da cidade de visitação pública, mas que infelizmente, na maioria das escolas públicas de educação básica, a visitação que pode ser pensada como aula de campo, ou seja, fora da escola, torna-se inviável por necessitar de um suporte logístico para que ela seja realizada.

No mundo acadêmico, os estudos sobre a educação patrimonial têm tido uma série de produções que discutem o tema e sugerem trilhas de aprendizagens neste campos do ensino, a exemplo das dissertações produzidas no programa de pós-Graduação do Mestrado Profissional — ProfHistória que tem pulverizado propostas para uma educação mais significativa aos estudantes, das quais podemos citar: Rezende (2019) que pesquisou o patrimônio histórico religioso de Mandaguaçu, no Paraná e, a partir de sua análise, considerou a cidade do seu lugar de fala, como “laboratório histórico”, pois os patrimônios são histórias contadas no passado,

presente e vivenciadas na realidades dos alunos. A partir de sua pesquisa, propôs uma ação pedagógica em forma de aula oficina sobre o tema.

No ProfHistória da Universidade Federal do Tocantins, campos de Araguaína, Bezerra (2016) realizou pesquisa sobre o Mercado Público Municipal de Araguaína, problematizando a discussão em torno da educação patrimonial, com foco nas aulas de campo ao espaço em que os alunos puderam fotografar os lugares que tivessem placas oficiais e perceber a arquitetura do local, possibilitando dialogar com os conteúdos históricos contextualizados e, *a posteriori*, promoveu uma exposição dessas fotografias, juntamente com produções textuais dos alunos. A culminância da ação pedagógica foi realizada na quadra da escola na qual o pesquisador atua como docente.

Nessa perspectiva da educação patrimonial, Carvalho (2020) fez uma discussão partindo das edificações dominicanas existentes na cidade de Conceição do Araguaia; realizou a movimentação e engajamentos dos estudantes, a partir das ferramentas disponibilizadas no site do Instituto do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico Nacional (IPHAN), uma delas é a visita monitorada nos locais em que os patrimônios culturais estão fixados, no caso da pesquisa, as igrejas. A proposta pedagógica apresentada pela autora foi a criação de um *website* para incentivar os estudantes ao conhecimento produzido sobre os patrimônios existentes da cidade e da história local.

Martins (2018), em sua dissertação do mestrado profissional da Universidade Federal do Pará, Campos de Ananindeua, intitulada Centro Histórico de Belém: Lugar de História e Memória em Sala de Aula, estudou o Centro Histórico de Belém, a partir de dois patrimônios públicos, o Forte do Castelo e a Praça Frei Caetano Brandão, o que possibilitou o conhecimento da história local, apropriando-se dela para realizar uma proposta pedagógica através de aulas oficina em que os alunos puderam discorrer sobre os saberes adquiridos com a observação dos patrimônios em questão e aprofundar seu conhecimento sobre o contexto histórico do período em que eles foram criados, bem como proporcionou a produção de desenhos para desenvolver o lado criativo dos estudantes.

No que tange à contribuição dos professores do município de Parauapebas que cursaram o ProfHistória e traçaram discussões sobre o tema da educação patrimonial, destacamos Pedrosa (2021), professora do Ensino Médio, que cursou o mestrado na Universidade Federal do Tocantins, Campos Araguaína, e traçou uma discussão

sobre os saberes vislumbrados no Centro Mulheres Barro, localizado em Parauapebas, para problematizar como um espaço de produção de cerâmicas e de adereços pode contribuir para fomentar uma aprendizagem crítica, a partir das narrativas das artesãs que labutam ali. O produto apresentado pela professora foi a elaboração de uma sequência didática para orientar outros docentes que almejem se embrenhar nessa temática.

Vilhena (2022), também professor de História da prefeitura de Parauapebas, cursou mestrado no ProfHistória, na Universidade Federal do sul e Sudeste do Pará, polo de Xinguara, realizou sua pesquisa direcionada para o Centro de Mulheres de Barro, com foco na educação patrimonial; a proposta pedagógica sugerida foi a produção de um roteiro para visita guiada no espaço pesquisado.

No que se refere ao currículo de história, pelo que dispõe a Lei 9394/96, no artigo 27, Inciso I, “a difusão dos valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”, a disciplina de história tem um papel importante para que a formação alcance tal objetivo; por isso, ensinar história é uma tarefa árdua e, ao mesmo tempo desafiadora, uma vez que está em curso o discurso de desqualificação da história enquanto ciências, da escola enquanto instituição educativa e da própria ação docente do professor de história.

Decerto que continuaremos lutando pelo respeito a nossa cátedra, à escola e ao nosso ofício de ensinar história, contextualizando os conteúdos para a realidade dos estudantes e sempre motivando-os a fazerem reflexões de questões que, infelizmente, ainda estão presentes no cotidiano da sociedade brasileira, como o racismo, a misoginia, a homofobia, o etarismo, bem como qualquer tipo de discriminação que possa sofrer algum ser humano.

Com essa visão de promover um ensino de história revolucionário, acredita-se que a pesquisa sob o tema “O Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas – 2020/2021” foi relevante por se tratar de um objeto da história local para levantar discussões em sala de aula sobre a educação patrimonial, partindo de um monumento inserido na realidade local e que, portanto, está relacionado com o cotidiano dos alunos.

Decerto que todos os indivíduos são sujeitos e objetos da história, conforme apontam os estudos de Bosi (2003) quando afirma que “o ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que

conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (p. 175); assim, percebe-se que um monumento histórico pode servir de referência para o nosso lugar de pertencimento.

A pesquisa fundamentou-se teoricamente nos autores do campo da História, do ensino de história e da educação, para subsidiar os diversos conceitos utilizados nesta dissertação. Desses autores, destacamos alguns como Le Goff (2013), que discute o monumento como documento; Hartog (2006), que debate a noção de tempo e patrimônio; Pollak (1985), que discorre sobre o conceito de patrimônio histórico relacionado à memória; Pinho (2016), que aborda a educação histórica e patrimonial, entre outros autores da ciência histórica que serão elencados conforme o desenvolvimento da produção da escrita.

Decerto que para a escrita deste trabalho, compreender o conceito de memória e de identidade na visão de vários autores amplia o conhecimento sobre o tema. Por isso, lançamos mão dos pressupostos discutidos por Candau (2021), estudiosa dos temas memória e identidade e que aprofunda tal discussão numa dialética, entre essas nuances da percepção da condição humana, definindo, entre outras citações, que “a memória é, de fato, uma força de identidade”.

Riegl (2014) esteve presente neste debate teórico, contribuindo significativamente através dos estudos inseridos em sua obra “O CULTO MODERNO DOS MONUMENTOS: A sua essência e a sua origem”; historiador da arte e do restauro, debruça-se na problemática dos processos que levam determinado período histórico a atribuir para elevar certo tipo de valor ao monumento.

Tais pressupostos dialogam com o objeto de estudo desta pesquisa por se tratar de um monumento público da cidade. Entender os valores que levaram à opção pelo Monumento em Homenagem às Mulheres em Parauapebas é um aspecto a ser analisado nesta pesquisa.

Napolitano e Kaminski (2022), autores da obra “MONUMENTOS, MEMÓRIA E VIOLÊNCIA”, contribuíram significativamente para as discussões que tratam das articulações políticas direcionadas à construção da memória através dos monumentos, suas estéticas e significados memoriais, tanto no sentido de erguê-los em praças públicas quanto das suas derrubadas por meio de violência.

Subsidiaram também o trabalho autores historiadores e pedagogos que tratam da questão da educação, os historiadores com os avanços nas pesquisas no ensino de história, como por exemplo Bittencourt (2018), Bezerra (2016) e, obviamente, não

poderia faltar o grande educador Paulo Freire (2019) que discute a postura política e pedagógica do professor para promover uma educação transformadora e de qualidade.

Destacamos ainda a obra de Pinho (2016) que discorre sobre vários temas relacionados à educação patrimonial, pois a obra foi um pressuposto teórico deste trabalho, uma vez que a autora compreende a construção do patrimônio material como simbolismo do passado e essa perspectiva vai ao encontro do que pensamos, ao optar pelo estudo do Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas, já que a autora percebe os patrimônios como espelho da memória histórica coletiva.

Franco (2019) destacou-se neste trabalho por debater a educação patrimonial, ao traçar discussões sobre o entrelaçamento entre educação, cultura e os patrimônios culturais, lançando crítica à globalização da economia, pois no seu entendimento, esse movimento enfraquece a cultura local, promovendo a massificação da cultura, bem como sua espetacularização; por isso, é preciso fortalecer o patrimônio cultural local para estabelecer identidades locais e desenvolvermos o sentimento de pertencimento.

As análises dos documentos oficiais versariam sobre o objeto de estudo, mas quando procurados nos órgãos da Prefeitura de Parauapebas, na Secretaria Municipal de Cultura, infelizmente, não foram encontrados, considerando que não houve registro policial sobre a destruição do monumento destruído em 2020.

No Museu Municipal Hilmar Harry Kluck, foram realizados encontros com a então diretora Rebeca Valquíria para obter informações sobre o ocorrido, momento em que ela autorizou a captação das imagens sobre os destroços do monumento quebrado. A análise partiu do método qualitativo, sob a égide da observação, a fim de lançar olhares diferenciados para tais fontes e então perceber nuances do objeto de estudo.

Ainda com relação às fontes, também foram realizadas buscas por informações sobre o tema nos principais sites de notícias da cidade acessando reportagens sobre o tema em questão e que tiveram grande repercussão em ampla escala de informação no âmbito local, tais como Zé Dudu, Pebinha de Açúcar e Pebas na TV, veículos onde são noticiados os principais fatos que ocorrem na cidade.

No que tange à proposta pedagógica como determina este programa de mestrado, foi proposto uma sequência didática com os alunos do 6º ano 01, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Milton Alves Martins, situada no município de

Parauapebas, no bairro Nova Carajás, instituição de ensino onde estou lotada atualmente. A ação pedagógica, uma sequência didática ordenada em quatro aulas, foi aplicada no mês de fevereiro de 2024.

A dissertação apresenta-se em três capítulos que estão organizados da seguinte maneira: o primeiro capítulo intitulado “O *Lócus* da pesquisa: Parauapebas “Capital do Minérios” em que situamos a região de Carajás e a contribuição da Arqueologia para a história indígena de Carajás. Discorreremos sobre os Povos Originários que atualmente habitam a região, os Xikrins do Cateté, sintetizando um pouco da sua história; abordamos também a Serra dos Carajás e o núcleo urbano de Carajás e sua importância para a região; elenca-se, ainda, sobre a cidade de Parauapebas e seu contexto atual.

No segundo capítulo, intitulado “Monumento, memória e identidade”, debatemos brevemente sobre esses conceitos que fundamentam teoricamente o trabalho, contribuindo para a compreensão dessas categorias que estão nas análises historiográficas de temas que envolvem monumento. Levantamos discussões sobre monumentos na concepção decolonial, selecionando alguns monumentos que estão fora dos grandes centros urbanos e de áreas de parte do mundo consideradas como periféricas como a África, a América Central e a América do Sul. Tratamos do monumento em homenagem às mulheres de Parauapebas no ano de 2020, da sua construção, fixação e destruição, bem como do monumento substituto que foi fixado em 2021, no mesmo espaço do anterior. Pensamos ser oportuno, por se tratar de uma questão relacionada à mulher, realizar um pequeno debate sobre a condição da mulher na sociedade.

No terceiro capítulo, intitulado “Nas trilhas do Ensino de História com foco na Educação Patrimonial”, fazemos uma abordagem sucintamente sobre a importância do ensino de história para o currículo e para a educação patrimonial como forma de promover um ensino consciente e transformador.

Finaliza-se essa dissertação apresentando a sequência didática proposta como produto e sua aplicação na escola envolvendo os alunos do 6º ano, expressa em uma atividade relacionada com o conteúdo sobre o monumento que homenageia às mulheres de Parauapebas. Pensamos ser oportuno trazer parte dessa produção dos alunos para registro neste texto, tanto das questões propostas quanto dos desenhos solicitados.

CAPÍTULO 1 – O LOCUS DA PESQUISA: PARAUPEBAS, “CAPITAL DO MINÉRIO”

O presente capítulo abordará o local onde a pesquisa foi realizada; nele, inicialmente, sinalizaremos a região do Estado do Pará e da microrregião em que Parauapebas está inserida. A seguir, trataremos da importância da arqueologia, considerando os estudos realizados pelos arqueólogos que colheram em suas escavações fósseis e vestígios do passado que comprovavam a existência milenar na região de Carajás e constataram que o espaço onde hoje está localizada a cidade de Parauapebas foi habitado por povos nativos, a exemplo dos Tupinambás. Discutiremos, ainda, a presença dos povos Xikrin do Cateté e sua contribuição para a região de Carajás. Faremos também uma breve abordagem sobre o Núcleo Urbano, situado no topo da Serra dos Carajás, o qual apresenta uma dinâmica residencial específica de *Company Towns*. Finalizamos este capítulo com uma breve historização sobre a formação do movimento social das mulheres, com reflexos na cidade estudada neste trabalho.

1.1 Situando a região de Carajás

As cidades tornam-se teatros e nossos informantes, atores. Estes últimos não são repórteres ou especialistas em diagnósticos, mas participantes envolvidos, que se lançam sobre todas as fontes ou recursos intelectuais e psíquicos de que dispõem para interpretar, não a condição urbana, mas a condição humana (Morse, 1995, p. 205).

Para iniciar este capítulo que trata da historicidade do Município de Parauapebas, no sudeste do Estado do Pará, é oportuno refletir sobre o pensamento de Morse (1995) sobre as cidades; em seu texto “As Cidades “periféricas” como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina”, o autor faz uma análise sobre esses lugares como “cadinho de mudança na era moderna”. No trecho destacado no início desta página, de sua autoria, demonstra a sua preocupação em realizar um estudo dessas cidades, percebendo, além das estruturas físicas e geográficas desses locais, também aspectos sociais dos indivíduos, pois ao analisar tais urbes, ocupa-se entre outros temas, das questões inerentes às condições humanas dos seus habitantes no espaço urbano.

Nesse sentido, pensando na cidade de Parauapebas, esta pesquisa para além de vislumbrar os aspectos estruturais da cidade, pretende, entre outras questões, traçar reflexões acerca das ações de seus habitantes, grosso modo, lançar um olhar às práticas de contradições, discriminações e preconceitos que possivelmente gerem conflitos que resultem em exclusões.

Contudo, antes de abordarmos a história de Parauapebas²⁵, é oportuno localizarmos a cidade com o intuito de situarmos nossos leitores geograficamente. Para isso, reportamo-nos aos estudos de Serra (2021) que define a região do Sul e Sudeste do Pará como:

[...]largamente difundidas em diversos âmbitos sociais – principalmente, os institucionais – por meio de critérios cartográficos baseados nas diretrizes que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adota para identificar esta porção territorial paraense, quais sejam: limites políticos-administrativos (estaduais e municipais); identidade regional; agregação das microrregiões homogêneas; contiguidade espacial; limite mínimo de agregação da mesorregião (200 mil habitantes); e, a articulação espacial entre os lugares (Serra, 2021, p. 49).

Segundo Serra (2021), a região do Sul e Sudeste do Pará foi organizada de acordo com a diversidade política, social e econômica, com bases definidas pelo IBGE, respeitando os limites de cada município que compõe a microrregião de Parauapebas e que possibilita uma identidade regional do espaço. Vejamos o mapa do Brasil a seguir, para localizarmos onde está inserido o Estado do Pará.

Imagem 1 – Mapa do Brasil



Fonte: Geo Geral,2023

²⁵ Existe uma cidade no Estado de Minas Gerais situada na região sudeste do Brasil chamada Paraopeba que geralmente é confundida com a cidade de Parauapebas, que fica no Estado do Pará, na região norte do Brasil.

Observando o mapa, a porção geográfica que aparece em destaque na cor vermelha é o Estado do Pará. Segundo Benedicto Monteiro (2013), historicamente, a região norte do Brasil, do ponto de vista do processo colonizatório²⁶, inicia-se com a chegada de Francisco Caldeira Castelo Branco, no dia 12 de janeiro de 1616, data em que Belém foi fundada, sendo hoje capital do Pará.

Vejamos algumas informações importantes sobre esse Estado, especialmente tão continental:

O Pará é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo a segunda maior destas em território, com uma área de 1.247.954,666 km², pouco menor que o Peru e também a 13^a maior entidade subnacional do mundo. Se fosse um país, seria o 22^o do mundo em área. É maior que a área da Região Sudeste brasileira, com seus quatro estados, e um pouco menor que o estado norte-americano do Alasca. É dividido em 144 municípios, que possuem área média de 8.664,50 km². O maior deles é Altamira, com 159.696 km², o quinto município mais extenso do mundo, e o menor é Marituba, com 103.279 km². A capital Belém reúne em sua região metropolitana cerca de 2,4 milhões de habitantes, sendo a segunda região metropolitana mais populosa da região Norte, apenas atrás da região de Manaus, que abriga 2,5 milhões de habitantes. Outras cidades importantes do estado são: Ananindeua, Santarém, Castanhal, Abaetetuba, Capanema, Bragança, Salinópolis, Altamira, Barcarena, Cametá, Dom Eliseu, Itaituba, Marituba, Marabá, Paragominas, Parauapebas e Tucuruí (Pará, 2024a).

Como podemos perceber no excerto acima, colhido do site do Governo do Estado, o Pará é um Estado de proporções geográficas continentais e com diversas cidades importantes que delineiam o mosaico do povo e da cultura paraense. Nesse sentido, existe também, como em todas as regiões pertencentes ao Brasil, uma organização que se baliza a partir das semelhanças locais e de suas peculiaridades.

Para compreendermos melhor essa organização territorial, reportamo-nos aos estudos de Serra (2021) que define a região do Sul e Sudeste do Pará como

[...] largamente difundidas em diversos âmbitos sociais – principalmente, os institucionais – por meio de critérios cartográficos baseados nas diretrizes que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adota para identificar esta porção territorial paraense, quais sejam: limites políticos-administrativos (estaduais e municipais); identidade regional; agregação das microrregiões homogêneas; contiguidade espacial; limite mínimo de agregação da mesorregião (200 mil habitantes); e, a articulação espacial entre os lugares (Serra, 2021, p. 49).

²⁶ Os arqueólogos, que estudam os vestígios do passado humano, estimam pelas suas pesquisas realizadas nas cavernas dos municípios de Monte Alegre e Alenquer, no Baixo-Amazonas, nas quais foram encontradas pinturas rupestres que confirmam a existência de povos indígenas na Amazônia data de mais de 12.000 anos e que indicam uma pré-história amazônica.

Segundo Serra (2021), a região do Sul e Sudeste do Pará são definidas a partir de critérios do IBGE, baseados em aspectos territoriais e culturais, entre outras questões que formatam a identidade desse espaço. Dessa forma, o território paraense está dividido em seis mesorregiões. É uma mesorregião, de acordo com a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2017), é entendida como:

[...] uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta forma de organização do espaço geográfico definida pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como Mesorregião tenha uma identidade regional. Essa identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, 2017).

Para o IBGE (2017), uma mesorregião é definida a partir de algumas condicionantes englobando três dimensões que a caracterizam: o processo social, o quadro natural da região e a rede de comunicação que as interligam espacialmente. Dentro desses aspectos, as seis mesorregiões que organizam o território paraense são: Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense, Sudoeste Paraense.

Nessa perspectiva de organização territorial do estado do Pará, existe ainda uma subdivisão das mesorregiões em microrregiões, às quais são acopladas “de acordo com a Constituição Brasileira, em um agrupamento de municípios limítrofes, com a finalidade de integrar o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, definidas por lei complementar estadual” (Pará, 2024b).

O Pará apresenta vinte e duas microrregiões e a do sudeste do Pará, onde está localizado o município de Parauapebas, juntamente com outros quatro municípios que são limítrofes e que têm algumas características e fatores em comum.

Uma dessas características é a atividade mineradora que fortalece a economia da região, gerando emprego e renda, aspecto que atrai constantemente trabalhadores de todas as regiões do país.

Vejamos na imagem a seguir o mapa que traz como destaque a microrregião do sudeste do Pará.

Imagem 2 - Mapa da Microrregião do Sudeste do Pará – 019



Fonte: Pará, 2024

As condicionantes socioeconômicas, as condições naturais do território e a rede de comunicação e de lugar, estabelecidos para que municípios sejam acoplados em uma microrregião, estão presentes nas condições das regiões que formam a microrregião de Parauapebas, tendo em vista que as cidades que compõem essa região contribuem, significativamente, para o desenvolvimento da região do sudeste do Pará.

Observa-se, no quadro 1, os municípios que fazem parte da microrregião de Parauapebas e seus dados correspondentes às áreas territoriais, quantitativos populacionais e densidade demográfica de cada um deles.

Sabe-se que o Estado do Pará apresenta uma dimensão territorial continental com 1.245.870,798²⁷ quilômetros quadrados, sendo o segundo do Brasil em extensão territorial. Por isso, seguindo a lógica da organização do território brasileiro, é imprescindível pensar nesse espaço do ponto de vista macro, bem como das microrregiões, percebendo os aspectos político-econômico, social e cultural para entender as diferenças regionais e locais que essas áreas apresentam.

Vejamos o quadro 1 com informações sobre a microrregião de Parauapebas, para identificarmos seus aspectos de dimensões territoriais correspondentes a cada município que compõe essa microrregião, seus quantitativos populacionais e percentuais de densidades demográficas apresentado por esse espaço da região de Carajás.

²⁷ Fonte: www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa.html.

A partir desta observação, é possível compreender essas realidades regionais e podemos entender o contexto geográfico em que a cidade de Parauapebas está inserida.

Quadro 1 - Microrregião de Parauapebas

MICRORREGIÃO DE PARAUPEBAS			
Municípios	Área territorial	População	Densidade demográfica
Água Azul do Norte	7.113,955 km ²	18.080 pessoas	2,54 habitantes por quilômetro quadrado
Canaã dos Carajás	3.146,821 km ²	77.079 pessoas	24,49 habitantes por quilômetro quadrado
Curionópolis	2.369,096 km ²	19.950 pessoas	8,42 habitantes por quilômetro quadrado
Eldorado do Carajás	2.956,691 km ²	28.192 pessoas	9,53 habitantes por quilômetro quadrado
Parauapebas	6.885,794 km ²	266.424 pessoas	38,69 (habitantes por quilômetro quadrado)

Fonte: Quadro elaborado e adaptado pela autora, a partir de dados coletados do IBGE, 2024

Analisando o quadro 1, contendo os municípios que estão inseridos na microrregião de Parauapebas e que apresenta alguns dados desses municípios, números que são do censo realizado em 2022, podemos apreender que Parauapebas, mesmo não sendo o maior em extensão territorial, é a cidade que tem o maior contingente populacional da região.

É importante salientar que o município de Parauapebas é o segundo maior do Estado do Pará em renda *per capita*, advinda da economia mineral, e se destaca como a maior extração de minério do Estado, do Brasil e do mundo. Isso favorece um *boom* no crescimento econômico, bem como do contingente populacional, provocando um fluxo migratório de trabalhadores de diversas partes do país. Esses migrantes visam conseguir oportunidades de trabalho e de melhoria de suas condições de vida.

A cidade de Parauapebas cresceu em torno da cultura de extração mineral, sob o monopólio da Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, fato que contribuiu para o crescimento desordenado da cidade, refletido sobretudo em alguns problemas sociais, por falta de uma boa infraestrutura da cidade que, infelizmente, ainda não atende às necessidades dos seus habitantes, principalmente de pessoas pobres, trabalhadores simples, operários assalariados os quais precisam dessa infraestrutura para se estabelecer no local.

Nesse sentido, Rocha (2018), professor de História e escritor autônomo, que reside há mais de vinte anos no município e que em suas pesquisas sobre a história local identificou como foi construída a gênese da cidade enquanto distrito do município de Marabá- Pará afirma que

Em algumas poucas oportunidades que me surgiram ao longo do exercício formal e informal da minha atividade como professor de história e pesquisador autônomo, pude ouvir alguns moradores, adultos e idosos, referindo-se à Parauapebas como “cidade-acampamento”, mesmo já sendo ela um município há algumas décadas. Mas isso se explica facilmente pelo fato de no passado, em especial ao longo da década de 1980, ter existido aqui um número significativo de acampamentos emergenciais em razão da implantação de toda a infraestrutura que viabilizaria, de modo concreto, o Projeto Ferro Carajás. Mais ou menos desde a descoberta inicial das jazidas de ferro na área de Carajás, em 1967, até o início (1980) e término (1985) de todas as construções do PFC, esses alojamentos foram uma constante e de duração razoavelmente longa e isso, por sua vez, infundiria marcas nas memórias individuais, na coletiva, na linguagem e na constituição da própria identidade da cidade (Rocha, 2018, p. 20).

Rocha (2018), utilizando a vertente da História Oral, produziu seu livro “ÀS MARGENS DO PROJETO FERRO CARAJÁS: uma contribuição à história social e cultural de Parauapebas (1980-2004)”, ouviu de antigos moradores que relataram suas experiências, suas decepções, por fazerem parte da construção da cidade, porém ficaram excluídos, grosso modo, da riqueza que ela gerou e ainda hoje continua produzindo para benefício de uma parcela pequena da população, o que reverbera na desigualdade social, levando em conta ainda a invisibilidade desses sujeitos da história oficial.

Decerto que os problemas vivenciados pela maioria da população da cidade de Parauapebas estão relacionados à falta de atenção do poder público com relação à infraestrutura da cidade, e podem ser compreendidos à luz da perspectiva dos estudos de Friedrich Engels (2010), filósofo e teórico político do século XIX, que abordou a realidade dos trabalhadores na Inglaterra, em decorrência da emergência industrial e urbana, em detrimento da qualidade de vida dos operários.

Nesse sentido, tais análises são relevantes para pensar o planejamento das cidades daquele período, por abarcar uma perspectiva materialista-dialética da história²⁸ e das relações sociais, discutindo, sobretudo, o tema referente aos

²⁸ Termo utilizado na filosofia marxista para designar a concepção materialista da história, segundo a qual os processos de transformação social se dão por meio do conflito entre os interesses das diferentes classes sociais.

problemas das cidades e das condições sociais dos indivíduos explorados. O autor vislumbra em seus estudos ideias importantes sobre o urbanismo e o planejamento das cidades que, de certa forma, podem perfeitamente ser refletidos na realidade atual do município, pauta desta pesquisa.

Analisando as cidades, Engels (2010), argumentava que a configuração das cidades estava fortemente relacionada à estrutura da economia numa sociedade em um determinado momento histórico, por exemplo, na Londres do século XIX. Engels (2010) discute em sua obra: "A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra", estudos produzidos em 1845 e observa a existência de uma grande separação entre os bairros mais ricos e os bairros mais pobres, estes últimos, geralmente insalubres, apenas para facilitar ainda mais a exploração dos trabalhadores, haja vista que esses bairros ficavam agrupados em áreas próximas às fábricas e às indústrias.

Ainda assim, Engels (2010) não tinha uma visão linear do processo de urbanização, ele afirmava que as cidades passavam por diferentes estágios de desenvolvimento, influenciadas pela economia, pela política e pela cultura de cada período histórico e de cada sociedade, destacando a importância da participação dos trabalhadores na construção das cidades e na luta por melhores condições de vida.

Vale a pena lembrar que, atualmente, os estudos sobre as cidades apresentam avanços nas pesquisas e nos processos teórico-metodológicos que possibilitam o diálogo interdisciplinar com outras áreas dos conhecimentos, permitindo desvendar análises diversas e perceber as transformações do ponto de vista estrutural, como também a melhoria nas condições humanas dentro desses espaços urbanos, mas que, grosso modo, ainda não alcançaram a maioria das áreas onde reside a população pobre desse espaço.

Tais questões que outrora foram preocupações dos dois autores citados neste texto, Engels (2010) discutindo o tema no século XIX e Morse (1989) com abordagem no recorte de início do século XX, infelizmente, são questões problemáticas e ainda bastante recorrentes na sociedade e perceptíveis no mundo atual.

Em se tratando do Município de Parauapebas, apesar do volume de recursos que o poder público arrecada, a cidade apresenta ainda muitos problemas estruturais que impactam na vida dos moradores, embora se propague um desenvolvimento econômico regional, fruto, principalmente, da atividade mineradora.

Percebe-se que, ao mesmo tempo em que a cidade se tornou um verdadeiro canteiro de obras, isso não significa que todos os habitantes sejam beneficiados por

esse processo de investimento, pois geralmente esse desenvolvimento está centralizado em bairros elitizados e a maior parte da periferia fica excluída dos serviços de urbanização, o que faz com que os moradores acabem convivendo em áreas sem nenhuma estrutura urbana.

No tocante à história de Parauapebas, ressalta-se que o tema tem sido pouco explorado pelos historiadores, por vários motivos. Um deles é a escassez de fontes que pautem um trabalho mais fundamentado teoricamente, e nos poucos estudos que existem sobre a cidade, os pesquisadores utilizaram documentos escritos, quando encontradas informações, partindo da vertente da história oral, e utilizando o método da entrevista para produzir seus trabalhos e registrar fatos a partir das memórias de moradores mais antigos; entretanto, a história extra oficial do município remonta ao início do período da Ditadura Civil Militar²⁹ que se instalou no país, a partir em 1964.

Contudo, não podemos discutir sobre o município de Parauapebas sem nos referirmos à região de Carajás, tendo em vista que ela registra uma ocupação do território bem mais antiga que a atual cidade, bem como não se pode deixar de vislumbrar a presença dos povos indígenas na região, e que até nossos dias ainda resistem para manterem seus territórios, seus modos de vidas e suas culturas.

Nesse sentido, por esta presença dos indígenas no entorno de Parauapebas, achamos oportuno fazermos uma breve abordagem sobre aqueles que habitaram esse espaço. Assim sendo, na perspectiva da Arqueologia, pesquisadores apontam a presença milenar dos povos indígenas no local.

Percebe-se que os estudos arqueológicos são importantes para compreendemos melhor a ocupação da região amazônica de Carajás e como ela assumiu as características do seu atual território, bem como a diversidade populacional que ocupa esse espaço tão importante ao Estado do Pará.

1.2 A contribuição da Arqueologia para a história indígena de Carajás

O território brasileiro foi colonizado pelos portugueses no início do século XVI e nesse espaço geográfico, onde hoje é o Brasil, já existiam povos nativos habitando

²⁹ O termo foi apresentado pela historiografia que estuda o revisionismo dos conceitos históricos como a forma mais correta de se referir aos eventos, uma vez que não foram somente os militares que participaram da construção desse processo histórico, mas também por cidadãos civis pertencentes aos diversos setores da sociedade que apoiaram e/ou fizeram parte da tomada do poder pelos militares, regime que perdurou de 1964 até 1985.

o território, povos indígenas diversos, multiculturais que desenvolveram modos de vidas distintos, no entanto, muitas dessas etnias foram dizimadas no processo de invasão dos seus territórios.

Tal dizimação, de certa forma, impossibilitou os registros de vivências, práticas, costumes e religiosidades desses povos, gerando um desconhecimento sobre eles. Sabe-se também que o primeiro período da Pré-história³⁰ americana é caracterizado pelas migrações³¹ dos ancestrais dos índios, isso significa que nossa história não começa com a chegada de Pedro Álvares Cabral³², conforme aponta o historiador Gilberto Cotrim (1999):

A história do Brasil, entretanto, não começa com a chegada de Cabral em 1500. Muitas populações já ocupavam o continente havia milhares de anos, desenvolvendo diferentes modos de organização social e de utilização dos recursos naturais. Esse longo período que se estende desde as primeiras ocupações humanas do continente até a ocupação europeia é chamado de pré-história ou pré-colonial (Cotrim, 1999, p. 10).

No que diz respeito à História do Brasil, a maioria das pessoas não tem esses esclarecimentos expressos no trecho anterior e, portanto, não conseguem compreender o continente americano do qual o Brasil faz parte, antes de ser conquistado com uso da violência pelos europeus; no território brasileiro já existiam populações habitando há milhares de anos e um quantitativo significativo desses povos indígenas, infelizmente, foram dizimados.

Diante do cenário da dizimação de grande parte das populações indígenas, precisamos buscar informações de forma sistematizada sobre seus modos de vidas e para que tal conhecimentos venham à tona, é imprescindível que a história dialogue com a arqueologia para que, a partir dela, fundamente-se cientificamente as

³⁰ O termo Pré-história foi proposto por estudiosos do século XIX para denominar o período do passado humano anterior ao registro escrito. Dessa forma, durante muito tempo, esses povos encontravam-se a margem da historiografia por não terem suas histórias registradas em documentos escritos. Fato este superando a partir do século XX, com a interdisciplinaridade entre as ciências e a ampliação das possibilidades às outras fontes históricas, a exemplo das pinturas rupestres, e objetos encontrados principalmente nas pesquisas arqueológicas.

³¹ Existem várias hipóteses sobre o início da ocupação humana no continente americano. A mais aceita é a do Estreito de Bering que aponta que os primeiros homens chegaram à América vindo do norte da Ásia, provavelmente atravessando o referido Estreito, que separa a Sibéria (Rússia) do Alasca (Estados Unidos), fato que ocorreu no final da última glaciação e a travessia teria ocorrido por volta de 11.500 anos. A hipótese foi baseada nos estudos do Sítio Arqueológicos Clóvis, situado no estado norte-americano Novo-México, a partir de análises realizadas nos fósseis encontrados no local; no entanto, não há um consenso entre os estudiosos sobre a datação.

³² Historiadores apontam que Pedro Álvares Cabral aportou no nordeste brasileiro em 22 de abril de 1500, com 13 embarcações, sendo nove naus e três caravelas.

discussões sobre o tema. Sobre a arqueologia, o historiador e arqueólogo Pedro Paulo Abreu Funari (2003) define o conceito de arqueologia ao afirmar que:

A Arqueologia se caracteriza como uma ciência que se debruça sobre o estudo da materialidade elaborada pelas sociedades humanas como um dos aspectos de sua cultura – em sentido amplo – sem limitar-se ao caráter cronológico. A Arqueologia, portanto, é uma das disciplinas científicas que estudam as relações entre cultura material e sociedades estabelecidas na longa duração. A vertente da Arqueologia que trata do estudo das sociedades no contexto da presença da escrita e/ou documentação define-se como “Histórica” (Funari, 2003, p. 22).

Como podemos perceber na definição de Funari (2003), a arqueologia faz análise do material encontrado nas escavações para descobrir a datação dos fósseis, artefatos e outros materiais achados, por meio de técnicas específicas à arqueologia, no entanto esse tipo de pesquisa é denominado de arqueologia histórica, mas o que vem a ser esse ramo da arqueologia?

Segundo a perspectiva de Litter (2014), o estudo da arqueologia histórica pode ser compreendido como:

A arqueologia histórica diz respeito tanto aos povos “com história”, aqueles que comumente têm escrito história sobre o passado, quanto aos povos “sem história”, aqueles que frequentemente têm sido excluídos dessas histórias. Um foco nos povos “com história” destaca a história dos europeus com relação à de outros povos, criando uma arqueologia da Idade do Descobrimento, da colonização e do sistema mundial moderno. Um foco nos povos “sem história” considera esses problemas de outro ponto de vista e não é apenas crucial para construir uma arqueologia americana mais completa, mas também tem a consequência desejável de acrescentar muito mais vozes à nossa percepção de passado (Litter, 2014, p. 122).

Para Litter (2014), a arqueologia histórica nos permite compreender que o foco de seus estudos são tanto os povos considerados “sem escrita” que obviamente não deixaram registros, bem como os conhecimentos sobre vivências dos povos que tiveram registros, mas que foram excluídos dos registros oficiais, e que tiveram também suas histórias invisibilizadas. O exemplo utilizado pela autora deixa bem claro que os registros da história europeia exaltaram sempre o Descobrimento das Américas como um ato heroico, em detrimento das outras questões envolvendo o processo colonizatório, principalmente no que se refere às populações nativas.

Por conta dessas lacunas com relação aos nativos que habitaram o continente americano antes da colonização, as pesquisas arqueológicas têm sido importantes à historiografia que trata do tema e têm contribuído significativamente para o

conhecimento científico, haja vista que, a partir das escavações nos Sítios arqueológicos³³, é possível encontrar fósseis, artefatos, entre outros objetos que foram utilizados por populações até então desconhecidas, revelando-nos realidades distintas desses indígenas.

No que tange aos sítios arqueológicos existentes no Brasil, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), já foram identificados mais de 19 mil sítios arqueológicos e neles foram encontrados diversos objetos como restos de cerâmica, comidas, fogueiras, muitas pinturas rupestres etc. Dessa forma, destacamos alguns sítios arqueológicos existentes no Brasil: Parque Nacional Serra da Capivara, localizado na cidade de São Raimundo Nonato, no estado do Piauí; Parque Nacional Catimbau, no Pernambuco; Pedra Pintada em Rondônia; Parque Nacional do Jaú, no Amazonas; e Parque Nacional Caverna do Peruaçu, em Minas Gerais.

A arqueologia nos abre um leque de possibilidades sobre as populações indígenas que habitaram também na região de Carajás, que nos permitem compreender tanto sobre a ocupação desse território como também trazer à tona a existência de populações nativas que formaram suas sociedades nesse espaço; no entanto, os estudos arqueológicos sobre a região são poucos e recentes, conforme nos indicam Kipnis, Caldarelli e Oliveira (2005), autores que publicaram na Revista de Arqueologia o artigo “Contribuição para a cronologia da colonização amazônica e suas implicações teóricas”. No texto, ressaltam que

A região do sul do Pará ainda é muito pouco conhecida do ponto de vista arqueológico, contendo vastas regiões das quais quase nada se sabe. No começo da década de 60 do século passado Frikel (1963, 1968), então pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), realizou pesquisas etnográficas junto à sociedade Xikrín no alto Itacaiúnas e formou uma pequena coleção de fragmentos cerâmicos arqueológicos daquela região. Foi somente com a implementação do programa de salvamento arqueológico realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) em conjunto com a Companhia do Vale do Rio Doce em Carajás, no começo da década de 80 do século passado, que pesquisas arqueológicas sistemáticas começaram a ser realizadas na região (Kipnis; Caldarelli; Oliveira, 2005, p. 85).

Diante do que os autores explicam no excerto anterior, podemos apreender que os estudos arqueológicos na região de Carajás são recentes e quase desconhecidos,

³³ Denomina-se sítio arqueológico o local onde se encontram vestígios de diversos materiais (orgânicos ou inorgânicos), que fornecem pistas para os profissionais capacitados (arqueólogos) possam fazer um profundo estudo sobre o passado histórico da região ou comunidade que ali vivia.

pois nem sempre as pessoas se interessam por esse tema e, por isso, acredita-se que esses estudos circulam somente no mundo acadêmico e no âmbito de salvamento dos achados arqueológicos dos profissionais que se dedicam às pesquisas, dos ambientalistas e, em última instância, das mineradoras, por questões de obrigação às leis.

Nessas pesquisas realizadas pelo pesquisador do Museu Paraense Emilio Goeldi, sobre a localização de várias cavidades na região de Carajás, constata-se a presença de sociedades indígenas bem antigas. Um exemplo é a Gruta do Gavião onde foram encontrados vastos materiais arqueológicos que comprovam a existência dessas populações.

No que diz respeito à extração de minérios no solo brasileiro, é notório que existem leis e normas que traçam diretrizes para a proteção do patrimônio arqueológico e pré-histórico que salvaguardem esses materiais. No entanto, no início da exploração de minérios, em especial na região de Carajás, no início da década de 1980, não houve uma preocupação com os sítios arqueológicos no momento da implosão de minas em busca dos minérios e muitos deles desapareceram.

Nesse sentido, a partir do processo de prospecção e salvamento arqueológico obrigatório para as empresas mineradoras, podemos ter o respaldo para que esses vestígios do passado encontrados nos sítios arqueológicos na região do Carajás sejam preservados, pois nos revelam a presença indígena na região num período bastante remoto.

Posto isso, para pensar nas populações que habitaram a região de Carajás, não podemos esquecer dos trabalhos realizados pelos arqueólogos que contribuem significativamente com a reconstrução da história dos povos que não tiveram registros oficiais e, portanto, ficaram excluídas dos estudos historiográficos.

Retomando os estudos realizados por Funari (2003), que define no campo de atuação dos arqueólogos um aspecto importante para essa área do conhecimento que é a noção de cultura material e cultura imaterial, sendo a “Arqueologia, portanto, uma das disciplinas científicas que estudam as relações entre cultura material e sociedades estabelecidas na longa duração”.

Outro autor que aborda esse tema é Menezes (1983) que em seu artigo “A cultura material no estudo das sociedades antigas” traça discussões sobre a ausência de fontes escritas que possam subsidiar o estudo das sociedades antigas e a

importância da cultura material, vestígios arqueológicos, possibilitando a análise de comunidades que não tiveram registros escritos de suas histórias.

Dessa forma, podemos entender que, a partir da arqueologia e de seus achados, é possível conhecer e compreender as realidades sociais distintas de populações que foram invisibilizadas, por meio de análise da cultura material, como aponta Ulpiano (1983):

Por cultura material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais (Ulpiano, 1983, p. 112).

Entende-se nos pressupostos de Ulpiano (1983, p. 113) que o conceito descrito para a cultura material aplica-se perfeitamente aos vestígios encontrados pelos arqueólogos em diversas áreas do espaço amazônico, pois na região de Carajás, os fósseis encontrados demonstram essa relação da presença de indígenas na área, bem como expressam suas vivências e suas cosmologias, pois como o autor enfatiza, “a arqueologia estuda sistemas socioculturais, sua estrutura, seu funcionamento e seu comportamento ao longo do tempo, sua mudança”.

Sobre a arqueologia de Carajás, ressalta-se que a primeira ideia de tema para conclusão deste curso de Pós-graduação no Mestrado Profissional em Ensino de História, seria direcionar a pesquisa para analisar os resquícios dos artefatos encontrados pelos arqueólogos nas escavações na região do Salobo, ocorridas no período de 2005 a 2011.

Depois de muita busca por informações sobre o tema, tive acesso à pesquisa arqueológica realizada através do Projeto de prospecção e salvamento que foi organizado por um grupo de estudantes e professores da Universidade Federal do Pará, entre eles destaca-se Maura Imazio da Silveira³⁴, que se debruçaram nas escavações na região de Carajás. Nesse contexto, o grupo de pesquisadores produziu um artigo intitulado “Um milênio de ocupações arqueológicas com manchas de terra preta em floresta na região de Carajás, Pará, Brasil”; no estudo, além de apontarem os caminhos percorridos da pesquisa, demonstram os métodos arqueológicos de

³⁴ A autora é pesquisadora do Museu Emilio Goeldi e coordenou o projeto como um grupo de graduação, em regime de parceria com o Museu Emilio Goeldi, Universidade Federal do Pará e Universidade Federal do Amapá e contou com o apoio e financiamento de entidades públicas e privadas. O artigo foi publicado no Bol. Mus. Pará. Ciênc. Nat., Belém, v.11, p. 11-31, jan-abr. 2016.

identificação utilizados, entre outras questões que envolvem as análises dos vestígios encontrados nas escavações, a datação. Segundo os pesquisadores, a análise dos vestígios encontrados possibilitou a seguinte observação: “em sua maioria, os sítios arqueológicos estão localizados a céu aberto, às margens dos rios Itacaiúnas e Parauapebas. Estão relacionados a grupos ceramistas e forma datados entre os séculos III e XVI da Era Cristã” (Silveira, 2016, p. 13).

Esse conhecimento foi de suma importância para a percepção da ocupação do território da região de Carajás e da presença das populações nativas que aqui habitaram, as quais foram caracterizadas como “ceramistas”, tendo em vista que os restos de cerâmicas são expressão dos hábitos culturais dos povos indígenas Tupi. Conforme tais pesquisas arqueológicas, esses vestígios não dialogam com as práticas culturais dos Xikrins que, dentre outras atividades, dedicam-se à produção de bijuterias, predominantemente, de miçangas sintéticas, e que está relacionada com o trabalho feminino nas aldeias.

Retomando o tema do trabalho realizado pelos grupos de arqueólogos, na referida pesquisa arqueológica, os autores destacam que na Floresta Nacional de Tapirapé-Aquiri (FLONATA), que apresenta 80.000 km² e faz parte integrante da Província Mineral de Carajás, os sítios arqueológicos localizados têm as seguintes características:

Nos 22 sítios localizados a céu aberto na área da FLONATA, foi possível verificar uma grande diversidade quanto aos aspectos tecnológicos e decorativos dos artefatos cerâmicos, estando, de modo geral, relacionados à Tradição Tupi -Guarani, mas esporadicamente também ocorrem fragmentos de cerâmicas correspondentes à Tradição Incisa Ponteadas³⁵, mais recorrente nas regiões de Santarém e Trombetas (Silveira, 2016, p. 14).

O excerto aborda as características dos 22 sítios arqueológicos encontrados na região do Salobo, onde os vestígios estudados dialogam com culturas de indígenas de outras regiões do estado do Pará e que, obviamente, não poderão ser abarcados nesta pesquisa, dada a limitação desta produção acadêmica, porém achamos oportuno destacar os sítios arqueológicos Bitoca 1 e 2, por terem sido encontrados pelos pesquisadores do Museu Emilio Goeldi, os quais subsidiaram projetos de educação patrimonial e produção de artesanatos no âmbito da história local e que são descritos pelos pesquisadores da seguinte forma:

³⁵ Tipo de decoração feito com pontas, deixando marcas independentes, podendo ser de várias formas e tamanhos” (Chmyz, 1969, p. 17). Fonte: <https://www.ufrb.edu.br/reconcavoarqueologico>.

Os sítios arqueológicos Bitoca 1 e Bitoca 2 estão em terraços com patamares planos e inclinação suave em direção ao curso d'água, naturalmente delimitados pelo igarapé e por pequenas gotas. A vegetação atual predominante é de floresta, com presença de castanheiras e palmeiras, mas há ocorrência de mata secundária, principalmente no Bitoca 1. São sítios multicomponenciais, cerâmicos, e a céu aberto, classificados como tipo de habitação. Os vestígios arqueológicos encontrados compreendem fragmentos de cerâmica, material lítico, carvão, sementes carbonizadas, corantes, adornos, estruturas de combustão, buracos de esteio, entre outros (Silveira, 2016, p. 16).

Entre outros vestígios encontrados na pesquisa arqueológica realizada pelo grupo de estudantes do curso de arqueologia da Universidade Federal do Pará e coordenado pela professora Maura Imazio da Silveira (2016), do museu Emilio Goeldi, podemos perceber a quantidade de material encontrado que possibilita a pulverização de temas que podem ser estudados a partir deles e que representa a cultura material da população indígena que habitou na região.

Esses objetos, de formas variadas, além de possibilitar o conhecimento sobre os povos antigos da região, serviram como inspirações para produção de cerâmicas em forma de louças, vasos e bijuterias que são fabricadas no Centro de Mulheres de Barro em Parauapebas, local em que se tornou uma cooperativa coordenada pelas mulheres, na liderança da professora Sandra dos Santos Silva, de onde elas tiram o seu sustento e, ao mesmo tempo, divulgam a cultura ceramista parauapebense, desenvolvendo assim o protagonismo feminino na região. Vejamos algumas imagens do CMB.

Ressalta-se que o grupo que atua no Centro de Mulheres de Barro está em pleno funcionamento e, conforme os relatos inseridos no site do espaço, percebemos as inspirações dessas mulheres que levaram a construção do centro:

Inspiradas nos vestígios recuperados em sítios arqueológicos localizados na Serra dos Carajás, na Floresta Nacional Tapirapé-Aquiri (Flonata), as peças apresentadas nesta exposição trazem a marca Mulheres de Barro.

Esses vestígios, materializados em formas diversas, sejam pela utilização de figuras antropomorfas, zoomorfas, ou pelos grafismos puros, são provenientes de povos que habitaram as proximidades do rio Itacaiunas e seus afluentes, há pelo menos seis mil anos, quando o Museu Paraense Emílio Goeldi realizou pesquisa arqueológica em convênio com a Vale.

O grupo e a marca Mulheres de Barro surgiram nas oficinas do programa de educação patrimonial, vinculado aos projetos de prospecção e salvamento arqueológico, ocorridos na área do Projeto Salobo (PA), no período de 2005 a 2011.

Algumas dessas mulheres já produziam artesanato, usando sementes e outras matérias-primas, e nessas oficinas, potencializaram o seu trabalho de artesãs, ao aprenderem a lidar com o barro e transformá-lo em cerâmica pela química mágica da queima. Contudo, mais do que aprender a usar técnicas

de produção ceramista, essas mulheres já intencionavam buscar referências ancestrais que germinassem uma identidade visual para o artesanato local. Incansáveis, prosseguiram perseguindo a ideia da criação de um espaço onde pudessem produzir cerâmica, ministrar oficinas para multiplicar esse conhecimento, expor e comercializar a produção. Com o Projeto “Implantação do Centro Mulheres de Barro de Exposição e Educação Patrimonial da Serra dos Carajás”, conseguiram o selo da Lei Rouanet e o patrocínio Vale para a realização do sonho, e eis que se inaugura o Centro Mulheres de Barro (Mulheres de Barro, 2024a, online).

Segundo os relatos colhidos no site, o espaço foi construído com a verba da Lei Rouanet e a curadoria da empresa Vale para abrigar o Centro de Mulheres de Barro que funciona desde 2016, ano da sua inauguração, localizado no Endereço: Alameda Castelo Branco, 107 – Quadra 187 Lote – Rio Verde, no município de Parauapebas.

Nesse sentido, as dependências do espaço compreendem uma área no rol de entrada com um espaço de exposição de peças em cerâmicas produzidas no espaço, uma área de produção com os fornos para secar as cerâmicas, uma cozinha, um banheiro; na parte superior, tem um grande salão que serve para realização das atividades que estão relacionadas à educação patrimonial e para a formatação dos designers das cerâmicas, pintadas com uma composição de combinação mineral.

O espaço do CMB também é utilizado para formação de professores, principalmente dos docentes de arte e de história que têm nos seus conteúdos do currículo escolar mais proximidade com a dinâmica do CMB, mas que está sempre aberto para todos os pesquisadores que precisam buscar informações sobre o acervo.

Vejamos, na imagem a seguir, o prédio do Centro de Mulheres de Barro:

Imagem 3 – Prédio do Centro de Mulheres de Barro



Fonte: Mulheres de Barro, 2024b

A Imagem 3 corresponde à fachada do Centro Mulheres de Barro de Exposição e Educação Patrimonial; foi inaugurado no dia 12 de novembro de 2016, administrado pela Cooperativa dos Artesãos da Região de Carajás, com a coordenação de um grupo de mulheres.

O CBM recebeu um selo oficial como marca dos seus produtos, reconhecido e usado em todos os documentos, bem como nas embalagens usadas nas vendas de cerâmicas e bijuterias.

A imagem a seguir retrata o rol de entrada do Centro de Mulheres de Barro que foi conquistado através da Lei Rouanet.

Imagem 4 - Área de exposição de cerâmicas



Fonte: Portal Pebinha de Açúcar, 2017.

Ressalta-se que toda a produção de cerâmica efetivada no Centro de Mulheres de Barro³⁶ ilustra os traços de designer artísticos baseados nos vestígios arqueológicos encontrados na região do Salobo, no projeto de prospecção e salvamento arqueológico, realizado no período de 2005 a 2011, na Serra dos Carajás, na Floresta Nacional Tapirapé-Aquiri (FLONATA).

A exposição permanente que se encontra na entrada do prédio do CMB foi intitulada com o tema "Mulheres de Barro: identidade e memória" e é composta por peças de cerâmicas que são produzidas no CMB pela cooperativa de mulheres artesãs de Parauapebas.

³⁶ Ver mais sobre o tema na dissertação de mestrado do professor Silvio Henrique Pereira Vilhena - Profhistória- Unifesspa/Xinguara, ano 2020, que abordou o Centro de Mulheres de Barro na perspectiva da Educação Patrimonial. O trabalho encontra-se no banco de dissertação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

A produção das cerâmicas propõe a partir dos traços desenhados com base nos achados arqueológicos, fomentar a identidade e a memória local, baseadas nos resquícios do passado dos povos que habitaram nesse território, há quase seis mil anos.

Segundo os pesquisadores, a imagem foi encontrada no sítio arqueológico Bitoca 1 e é fonte de inspiração como modelo para formatar adereço, vasos e utensílios, conforme podemos observar nas imagens a seguir:

Imagem 5 - Artesanato cerâmico: colar Bitoca com bolinhas



Fonte: Centro Mulheres de Barro,2024b

Descrição da peça:

Esta peça foi produzida artesanalmente pelos artesãos ceramistas da Cooperativa dos artesãos da região de Carajás - Mulheres de Barro, inspirada em artefatos arqueológicos de povos que habitaram as proximidades do rio Itacaiunas, na Flona do Tapirapé Aquirí, localizada na região de Carajás – PA. A matéria prima utilizada (argila) foi coletada de forma sustentável (reaproveitamento de argilas retiradas de escavações para construção de obras públicas). O pingente é uma figura antropomorfa (figura de rosto humano), um artefato arqueológico de povos que habitaram as proximidades do rio Itacaiunas, há cerca de 6 mil anos, na Flona do Tapirapé Aquirí, localizada na região de Carajás – PA, conhecido popularmente como Bitoca. A peça possui 1 pingente bitoca, com 8 bolinhas de cerâmica, seis bolinhas pretas e 2 bolinhas marrom, fio encerado em duas voltas regulável (Centro Mulheres de Barro, 2024b).

A imagem 5 retrata um artefato encontrado nas escavações arqueológicas realizadas na região do Salobo em Carajás. A imagem é um rosto que foi encontrado no sítio arqueológico que recebeu o nome de Bitoca 1, pelo artefato ser um fragmento cerâmico, formato de um rosto fazendo um bico, definido pelos pesquisadores como aplique moderado antropomorfo.

Imagem 6 - Artesanato cerâmico: jarro tambor pele de cobra



Fonte: Centro Mulheres de Barro, 2024c.

Descrição da peça:

Esta é uma peça decorativa, foi produzida pelos artesãos da Cooperativa dos artesãos da região de Carajás - Mulheres de Barro, com inspiração em artefatos arqueológicos (resultado de salvaguarda de processos de licenciamento ambiental na região de Carajás), há cerca de 6 mil anos, de povos que viveram nas proximidades do rio Itacaiunas na Região de Carajás-PA. Modelada com argila coletada de forma sustentável (reaproveitamento de argilas retiradas de escavações para construção de obras públicas). A decoração é feita com a peça ainda em ponto de couro antes do processo de queima, utilizando engobes, (minério manganês) misturado com água para coloração e enalçamento para se obter uma peça lisa e brilhante, após esta etapa foi feito as incisões, (grafismo pele de cobra) tramas, uma referência encontrada num fragmento cerâmico resultante da pesquisa arqueológica da região (Centro Mulheres de Barro, 2024c).

A imagem 6, que retrata uma peça de cerâmica, tem como inspiração na sua produção um dos fragmentos cerâmicos arqueológicos encontrados nas escavações realizadas na região da Serra dos Carajás. Na decoração, usa-se o designer retratado no fragmento encontrado no Sítio arqueológico Cachorro Cego, conhecido popularmente como Pele de Cobra.

Ressalta-se que, ao pontuamos questões sobre a Arqueologia de Carajás, baseamo-nos nas discussões de autores que se debruçaram nas pesquisas arqueológicas em Carajás e pudemos apenas pincelar uma pequena síntese das questões estudadas por esta ciência, haja vista que é um campo muito denso, em que existem outras pesquisas nessa região que não foram arrolados neste trabalho dada a limitação desta escrita. Todavia, sabemos que existem estudos diversos que corroboram com a perspectiva da datação da presença indígena milenar na região de Carajás, constatada por meio de outros vestígios encontrados em escavações em áreas diversas da Região de Carajás.

Nesse breve debate sobre a arqueologia que descortina parte da história de Carajás, podemos ter o mínimo de conhecimento sobre o tema, o qual nos revela dados importantíssimos para entendermos os primórdios da ocupação desse território. Assim, diante desses saberes, podemos ministrar aulas que contemplem essas discussões, e levar nossos estudantes a refletirem que, antes da fundação da cidade de Parauapebas, havia populações nativas que habitaram essa região e que não tiveram suas histórias escritas; mas que, por meio da arqueologia, podemos acessar esses saberes e utilizá-los como conteúdos nas aulas de história que abordem temática da história local.

Dessa forma, não podemos pensar na história de Parauapebas, sem nos reportarmos às diversas etnias indígenas que habitavam o território amazônico; percebe-se que as populações que ocupavam o espaço do sudeste do Pará também surgiram a partir de um evento histórico, produto da colonização portuguesa no território, conhecido como descimento, processo em que os nativos foram expulsos com suas terras e que os levou a iniciarem uma longa caminhada em busca de uma área segura que lhe desse condições mínimas de sobrevivência.

É interessante destacar que, durante muito tempo, as pesquisas sobre as populações indígenas brasileiras não despertavam muito interesse dos estudiosos por eles se depararem, grosso modo, com falta de fontes, de registros escritos; entretanto, com as pesquisas arqueológicas realizadas, auxiliando a datação, demonstram que a história dessas etnias remonta à Pré-história da Amazônia, uma vez que, a partir de vestígios de objetos encontrados nas escavações arqueológicas, subsidiam os estudos científicos sobre uma determinada sociedade do passado distante.

Dentro da arqueologia, a cultura material tem sido muito explorada, em busca de conhecimentos sobre sociedades que habitaram uma determinada região em tempos remotos; no entanto, tal cultura tem sido pouco abordada no universo da escola para suscitar consciências históricas nos estudantes. Com relação à cultura material e à educação, Funari (1993, p. 18) afirma que “Esse mundo material está na base das estratégias do conhecimento criativo. As ações da vida cotidiana, o comportamento corrente, levado a cabo em um mundo construído pelos homens estão no centro dos processos de criação e consciência”.

É nessa perspectiva que a arqueologia estuda cultura material, por se tratar de elementos que estão intimamente relacionados com a questão do patrimônio cultural

de um determinado grupo e que pode ser também objeto de abordagem no ensino de história, suscitando consciências históricas críticas.

1.3 Povos originários: os Xikrin do Cateté

“No dia que não houve lugar para o índio no mundo, não haverá lugar para mais ninguém.”

(Ailton Krenak)

Iniciamos este texto que abordará um pouco da história dos indígenas Xikrin do Cateté, refletindo sobre a frase acima, de autoria de Ailton Alves Lacerda Krenak³⁷, um dos mais importantes líderes indígenas, filósofo e escritor, representante da Terra Indígena Krenak, da região do Médio Rio Doce - MG, tendo em vista que, em sua frase, destaca-se a importância dos indígenas para a proteção das florestas, como também da própria sobrevivência do ser humano no mundo.

O discurso de Krenak (2020) se estabeleceu a partir do enfrentamento à proteção das reservas florestais e de seus ecossistemas que, infelizmente, foram muito desrespeitados no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), período em que houve um avanço nos desmatamentos das florestas em todas as regiões do Brasil, mas, em especial, na região amazônica, além de outras questões polêmicas que envolveram o referido governo e imprimiram uma política de perseguição às populações indígenas.

Nesse sentido, o avanço do garimpo ilegal foi uma constante no discurso do ex-presidente, que apoiou incondicionalmente, entre outras questões nocivas para a nação brasileira, a destruição de parte das Terras Indígenas, com o objetivo de promover um suposto desenvolvimento econômico que, antes de mais nada, precisava tomar dos indígenas suas terras e entregá-las aos grileiros, garimpeiros ilegais e fazendeiros que estavam ávidos para expandir seus negócios, em detrimento dos direitos indígenas, pois não foi à toa que tais indivíduos fizeram parte da base de apoiadores do ex-mandatário que orbitavam em torno desse projeto político destruidor.

³⁷ Ailton Krenak nasceu em 1953. Ativista do movimento socioambiental e de defesa dos direitos indígenas, organizou a Aliança dos Povos da Floresta, que reúne comunidades ribeirinhas e indígenas na Amazônia.

Sabemos que os estudos realizados por especialistas sobre a questão climática apontam níveis mais elevados da temperatura ambiental, fato que compromete drasticamente a sobrevivência dos indivíduos na terra. Um efeito desse aumento de temperatura são as catástrofes climáticas ocorridas em várias partes do mundo, porém destacamos atualmente o desastre ambiental registrado nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, na região sul do país, que culminou com um volume de água além do costumeiro, advindo das chuvas fora de época, provocando enchentes que destruíram várias cidades e fizeram com que milhares de pessoas perdessem suas residências e tudo que até aquele momento tinham construído, além de ocasionar mortes em números expressivos.

Refletindo sobre o contexto dos povos indígenas do governo anterior, outra problemática que foi descortinada no início de 2023 para a sociedade brasileira foi o genocídio direcionado aos índios Yanomami, tendo em vista que o projeto desastroso que estava em curso dizimou dezenas de crianças, jovens, mulheres e idosos que sucumbiram por conta do descaso do poder público federal.

Nessa política nefasta do governo passado, havia gestores públicos em todas as esferas de poder que corroboravam com a política implementada pelo ex-presidente, eleito em 2018 em face a um discurso extremista que exalava ódio, principalmente contra as minorias como mulheres, negros, homossexuais e indígenas e, entre outras questões bizarras proferidas pelo ex-mandatário, estava o de “não demarcar nenhum centímetro de terra indígena”, discurso que, infelizmente, agradou parte da população brasileira, com destaque aos grupos ligados ao garimpo ilegal, aos grileiros e aos fazendeiros, incentivando a invasão das terras indígenas.

Em contrapartida a esses ataques às populações indígenas, surgem no cenário nacional outras lideranças indígenas que se somam à luta por seus direitos e fortalecem o trabalho dos precursores como Ailton Krenak³⁸ da Terra Indígena Krenak em MG; Raoni Mertuktire³⁹, da Terra Indígena Kayapó em MT; Davi

³⁸ Autor de várias obras sobre a questão indígena, destacou-se pela sua atuação da causa dos indígenas na construção da Constituição Federal de 1988, quando coordenou uma sessão na Câmara dos Deputados para que os indígenas fossem inclusos na pauta da carta Magna da nação, garantidora dos seus direitos. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/biografia/ailton-krenak/>.

³⁹ É uma das primeiras lideranças indígenas que luta pelos direitos dos índios, pela preservação da floresta e dos seus ecossistemas que simbolizam a própria vida e subsistência para as populações indígenas. Destacou-se também, em âmbito internacional, como ativista que perdura há mais de cinco décadas. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/biografia/raoni-metuktire/>.

Kopenawa⁴⁰ da Terra Indígena Yanomami, no Amazonas; Daniel Munduruku⁴¹, representante das Terras Indígenas Munduruku no Pará, Amapá e Mato Grosso, entre outras lideranças masculinas que lutam pela causa de seus povos.

Destaca-se na luta pelo direitos dos povos originários o protagonismo das mulheres indígenas como Sônia Guajajara⁴², representante da Terra Indígena Araribóia – MA, e primeira ministra dos Povos Originários do Governo Luís Inácio Lula da Silva (2023); Célia Xakriabá⁴³, da Terra Indígena Xakriabá de MG, a primeira indígena eleita deputada federal em 2022; Joenia Wapixana⁴⁴, da Terra indígena Truarú, localizada na zona rural de Boa Vista – RR, primeira advogada indígena e atual Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

No âmbito da cidade de Parauapebas, não é comum os povos Xikrins terem uma liderança feminina; no entanto, em meio à ausência de um indígena da linhagem de cacique que faleceu em 2019 de Covid -19, a aldeia escolheu como liderança a indígena Kôkôti Xikrin⁴⁵, a qual se tornou a primeira mulher cacique do povo Xikrin do Cateté, no Pará, e lidera uma aldeia com cerca de duas mil pessoas, aproximadamente.

Dessa forma, a indígena Kôkôti Xikrin tem seu nome marcado na história do seu povo, sendo uma mulher que ultrapassa a perspectiva machista de sua própria comunidade indígena, onde outrora apenas os homens podiam ser indicados para o

⁴⁰ Representante do povo Yanomami, povo isolado da região amazônica, fronteira do Brasil com a Venezuela. Por mais de 25 anos liderou uma campanha nacional e internacional em defesa dos direitos do seu povo, em especial o direito à terra; considerado xamã e porta voz do povo Yanomami. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/biografia/davi-kopenawa-yanomami/>.

⁴¹ Escritor e professor paraense, tendo publicado 56 livros entre literatura infanto-juvenil e paradidático. Disponível em: <https://danielmunduruku.blogspot.com/p/daniel-munduruku.html>.

⁴² Nascida na terra indígena Araribóia, no estado do Maranhão, exerce a liderança de seu povo desde jovem, assumindo o protagonismo feminino indígena, entre outras ações. Tornou-se a primeira deputada federal indígena pelo estado de São Paulo e hoje responde pelo Ministério dos Povos Originários na gestão do Presidente Lula. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/biografia/sonia-guajajara/>.

⁴³ Célia Nunes Correa é liderança indígena do povo Xakriabá, professora, ativista e também se elegeu deputada federal pelo estado de Minas Gerais, além das questões de terra e proteção da floresta, ela luta para que os indígenas tenham uma educação respeitando a Constituição Federal e a cosmologia indígena. Disponível em: <https://neamp.pucsp.br/liderancas/celia-xakriaba>.

⁴⁴ Joenia Batista de Carvalho é da etnia Wapixana, grupo aruaque, é a primeira indígena formada em Direito e que exerce a profissão. Foi eleita Deputada Federal pelo Estado de Roraima e atualmente responde pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), do governo Lula. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/biografia/joenia-wapixana/>.

⁴⁵ Aos 28 anos, tornou-se a primeira mulher indígena xikrin a receber o posto de cacique, no dia 20/02/2021, em uma cerimônia pomposa na Aldeia Djudjekô, com a presença de representantes de 11 aldeias Xikrin e 43 da aldeia Kayapó. Disponível em: <https://g1.globo.com/para/noticia/2021/02/22/pela-primeira-vez-uma-mulher-toma-posse-como-cacique-do-povo-xikrin-do-catete.ghtml>.

cacicado, haja vista que, para além de suas responsabilidades como mulher, mãe de três filhos, seguirá na liderança do seu povo, e como ela própria expressou: “Agora, mesmo que as índias da nossa tribo não falem português, elas têm voz e têm força”.

Imagem 7 - Cacique Kôkôti Xikrin, mulher indígena



Fonte: TV Liberal, 2021.

Nota-se que o avanço do protagonismo das mulheres indígenas no Brasil tem reverberado no fortalecimento das lutas por manutenção e ampliação dos direitos dos povos indígenas, a partir da perspectiva feminina. Decerto que os ataques dos grupos que insistem em desconsiderar os direitos da população indígena, infelizmente, continuam ecoando no interior na sociedade brasileira, gerando conflitos pela posse da terra, bem como a disseminação em larga escala de estereótipos, preconceitos e discriminações que provocam insegurança à população indígena, e para as mulheres indígenas que estão na linha de frente nesse combate é um grande desafio se manterem atentas ao movimento de luta.

Enfatiza-se que não é de hoje que os povos indígenas lutam pela sua sobrevivência e pelos seus direitos, entre eles estão questões primordiais, como a demarcação de suas terras, a preservação de suas reservas naturais e ambientais, bem como o clamor por respeito aos seus modos de vida, considerando que não se pode pensar nos indígenas de forma homogênea, uma vez que eles são diversos, plurais e multiculturais, e esses aspectos devem ser observados com respeito e empatia.

É fato que essas questões inerentes às populações indígenas são visibilizadas ao longo do processo histórico de construção da sociedade brasileira, em que podemos

perceber, entre outras particularidades, que os povos indígenas sempre desenvolveram seus laços familiares, suas crenças, suas culturas, de acordo com o universo de seus costumes tradicionais e que são diversos, pois não se pode pensar equivocadamente que os indígenas são todos iguais, questão já discutida neste texto.

A ênfase nesse interim é pelo fato de sermos docentes no ensino de história na educação básica, nas instituições de ensino público, o que nos remete ao compromisso de promover uma educação libertadora e transformadora, que conscientize os estudantes à quebra de paradigma, bem como à superação de estereótipos, preconceitos e discriminação contra a população indígena do Brasil.

Pensar nos indígenas atualmente no Brasil é refletir sobre sua trajetória histórica em busca de seus direitos, os quais, infelizmente, ainda não são respeitados na sua totalidade, como dispõe o artigo 231 da Constituição Federal de 1988. Obviamente que vislumbramos avanços a partir desse período na tomada de decisão em prol da causa indígena, porém não é suficiente para trazer segurança aos direitos constituídos às diversas etnias espalhadas pelo país.

Nesse debate, é imprescindível nos remetermos ao início da nossa história e compreender o modo como os indígenas foram percebidos na arquitetura colonial, considerando que esses nativos sofreram as agruras do processo colonizatório que os colocou em segundo plano desse projeto que imprimiu acultramento, deslocamentos espaciais, violência e até mesmo extermínio de várias nações indígenas.

Dessa forma, o projeto colonizador português foi complexo e traumático para os nativos e, por isso, precisamos sempre lançar um olhar ao passado para identificarmos mudanças e permanências. Para o historiador Hobsbawm (2013, p. 25) “em história, na maioria das vezes, lidamos com sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente”, porém, existe padrão que foi aplicado no passado que não cabe no contexto das sociedades atuais. Contudo, a história não é linear, ou seja, ela apresenta avanços dentro da sociedade, mas também é feita de retrocessos constantes.

É relevante dialogarmos com a historiografia sobre o tema que aborda a visão dos colonizadores sobre os índios e nos subsidiarmos com os estudos da historiadora Mary Del Priore (2016) sobre o Brasil Colônia, para ratificarmos a visão dos portugueses com relação à população indígena:

Mas quem eram eles? “Índios”. A designação resultou do engano de Colombo que, ao chegar à América, achou que tinha chagado às índias. Entre nós, ela

servia para caracterizar as mais diversas etnias e culturas nativas. Na faixa costeira timidamente incluída nos projetos da Coroa portuguesa, se espalhavam indígenas vivendo do cultivo da roça, complementado pela caça, a pesca e a coleta. Só em algumas regiões se encontrariam cacicados. A língua de comunicação era o tupi, que se transformou em língua fraca. De “cor parda, em geral bem formados, de nariz e rostos bonitos”, nos relatos do escrivão Caminha, os índios andavam nus, o que foi percebido como uma forma de inocência e estupidez. A ornamentação com penas coloridas e tatuagens, “espécie de tecido assaz belo”, impressionou. Obviamente foi inserida no imaginário por meio de classificação europeia (Priore, 2016, p. 21).

De acordo com o excerto, fica bem evidente o estranhamento em que os portugueses tiveram em relação aos nativos nos primórdios da dominação colonialista, pois segundo Priore (2016), a partir desse momento, surge a designação da nomenclatura “índio” que, ao serem percebidos pelos colonizadores, chamaram-lhes assim, por acreditarem na análise geográfica equivocada cometida por Colombo⁴⁶, ao imaginar que teria chagado às Índias.

Nota-se ainda que Priore (2016) chama a atenção para a diversidade de etnias existentes no território “achado” pelos portugueses, seus modos de vida e de comunicação e que, apesar da autora se reportar ao litoral do Brasil Colonial efetivado inicialmente no nordeste brasileiro, outras regiões do território foram dominadas posteriormente, nos séculos XVII e XVIII, como o interior do território e da região norte do país.

Em se tratando da ocupação do espaço amazônico, Monteiro (2013) destaca que:

A fundação e a construção da cidade de Belém foram feitas às custas de guerras constantes com os índios Tupinambás, que eram estimados em 20.000 naquela época. Depois de expedições de assaltos que redundaram em mortes de milhares de índios, massacrados ou expulsos das imediações, as autoridades portuguesas puderam dedicar-se à construção da cidade, contando desde logo com uma grande ajuda dos missionários (Monteiro, 2018, p. 36).

Segundo Monteiro (2018), a formação de Belém no início do século XVII, causou várias consequências às populações indígenas que habitavam a região

⁴⁶ Cristóvão Colombo, navegador genovês, foi contratado pela Coroa espanhola e partiu do porto de Palos, na Espanha, no dia 6 de setembro de 1492. Depois de uma viagem de cinco semanas, durante a qual seus marinheiros quase se amotinaram, no dia 12 de outubro de 1492, a expedição chegou onde provavelmente hoje se localizam as Bahamas. Depois visitou o que atualmente corresponde aos territórios de Cuba, Haiti e República Dominicana; no entanto, ele imaginou ter chegado às Índias, por se deparar com os povos nativos.

naquele momento, principalmente os Tupinambás que ainda tiveram que enfrentar as guerras imprimidas pelos portugueses.

O combate aos indígenas foi uma questão constante no processo colonizatório. Na região amazônica não foi diferente, os nativos também sofreram violências de todas as espécies, como acultramento, escravidão, torturas, extermínios, bem como os deslocamentos espaciais de parte dessa população, reverberando em conflitos até os dias atuais com relação à posse de terras.

Nesse contexto, não foi muito diferente o desrespeito às cosmologias dos diversos povos indígenas que habitavam essas regiões. Assim sendo, o projeto colonizador português na Amazônia não poderia ser diferente, tendo em vista que, no início do século XVII, a posse do acesso ao Delta do Rio Amazonas delimitado por Francisco Caldeira Castelo Branco que fixou suas bases de apoio e de dominação da região norte do Brasil, no dia 12 de janeiro de 1616, sendo Belém a porta de entrada para toda a região amazônica.

É interessante destacar que, entre tantos eventos históricos pelos quais a região amazônica passou desde o século XVII, a partir da apropriação colonial efetivada pela Coroa portuguesa, até chegarmos à ocupação da região do sudeste do Pará, em meados do século XX, onde fica atualmente a cidade de Parauapebas, esse território foi ocupado por vários povos indígenas e alguns ainda resistem e estão presentes nesse espaço nos dias atuais, como já demonstrado no tópico que aborda a arqueologia de Carajás.

Vimos, no tópico anterior, que a arqueologia nos abre um leque de conhecimentos sobre os povos indígenas na região de Carajás, que nos remetem a diversas compreensões de como se deu essa presença humana, no caso específico, da região de Carajás.

Decerto que os Xikrins resistiram, tal qual as outras etnias que sofreram as agruras do sistema colonial português do século XVI ao XIX, e do sistema republicano capitalista do fim do século XIX até os dias atuais, o que acarretou em consequências danosas para os indígenas.

Situar o tempo em que os indígenas Xikrins vivem no entorno do município de Parauapebas é uma tarefa difícil, pelo fato de eles terem passado pelo processo de deslocamento forçado, fruto do processo colonizatório português que promoveu a expulsão dos nativos.

Contudo, ao nos debruçarmos nos estudos do antropólogo Gordon (2006), autor da obra “Economia Selvagem: Ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre”, observamos a discussão acerca da realidade dos povos de etnia Xikrin e de sua relação com o mundo do consumo, fruto do contato com verbas em forma de royalties, negociado pela Empresa Vale pelo uso de suas terras.

Gordon (2006), em seu estudo sobre a etnia Xikrin, aponta o local onde esses nativos estão situados e o perfil dos seus indivíduos ao destacar que:

Os Xikrins vivem hoje na margem esquerda do rio Cateté, na bacia do rio Itacaiunas, afluente do Médio Tocantins. São aproximadamente novecentos indivíduos, 82%⁴⁷ dos quais com até trinta anos. São descendentes de grupo Mebêngôkre que habitam a região desde, pelo menos, metade do século XIX. (Gordon, 2006, p. 105).

De acordo com Gordon (2006), a presença da etnia Xikrin do Cateté é recente na região de Carajás, considerado o processo de desenvolvimento da história dos povos indígenas no Brasil que é milenar, porém os povos Xikrins têm uma cosmologia intrinsecamente relacionada aos Kayapós.

Com relação à convivência dos povos Xikrins do Cateté e Bacajá, Gordon (2006) afirma que:

Tal era a situação por volta das décadas de 1920 ou 1930, quando ocorreu outra separação importante e definitiva para os Xikrins: parte do grupo deixa a bacia do Itacaiunas e toma o rumo norte, indo habitar a região do rio Pacajá e Bacajá. Apesar de algumas tentativas sempre malogradas de reunificação, a partir desse momento os dois grupos – Cateté e Bacajá – passam a viver separados (Gordon, 2006, p. 137).

Nesse contexto, os Xikrins do Cateté, no passado, traçaram disputas por diversas questões com seus parentes Xikrins do Bacajá, por isso gerou-se uma divisão da tribo em Xikrin do Cateté, encravados na Floresta Nacional de Carajás, cerca de 15 km de Parauapebas. Vejamos, a seguir, o mapa da Terra Indígena Xikrin do Cateté:

⁴⁷ Os dados apresentados pelo autor são referentes ao ano de 2005. Os Xikrins do Cateté apresentam, em 2014, um contingente populacional de 1183 (Instituto Socioambiental, 2024).

Imagem 8 - Mapa da Terra Indígena Xikrin do Cateté



Fonte: Google Maps, 2024a.

No mapa representado na imagem 8, podemos perceber a área onde os Xikrins do Cateté estão localizados na região da Serra dos Carajás, nas proximidades do município de Parauapebas, o que possibilita teoricamente, o trânsito dessa população tanto ao Núcleo Urbano de Carajás quanto ao centro da cidade de Parauapebas, fato que, grosso modo, causa estranhamento e desconforto para a população não indígena que, infelizmente, ainda não conhece a história dessa etnia, componente também da sociedade parauapebense.

A caracterização da área ocupada pelos Xikrins do Cateté pode ser descrita conforme a perspectiva da professora e pesquisadora Beatriz Maria Soares Pontes (2021), que participa do grupo de estudo “Geopolítica e espacialidade” da Universidade Federal de Pernambuco, que em seu artigo intitulado “Movimento de resistência socioterritorial: os índios Xikrins e a sua luta em prol das suas terras invadidas e devastadas”, publicado na Revista “Movimentos sociais e dinâmicas espaciais”, descreve que:

Os Xikrins vivem nas Terras Indígenas Cateté e Trincheira Bacajá, no Estado do Pará. A área dos Xikrins do Cateté é banhada pelos rios Itacaiúnas e Cateté e se situa em terras firmes de mata tropical chamada nesta região de mata de cipó, no interior da jurisdição do município de Parauapebas, mais próxima do núcleo urbano de Carajás. É rica em mogno e castanheiras. Nas clareiras, há grande concentração de babaçu e nas regiões pantanosas, ao sul, incidência de buriti. A maior aldeia, bem como o posto da Funai, situa-se à margem esquerda do rio Cateté, no lugar denominado pelos índios de Pukatingró, onde o rio faz uma curva ampla, com praia e cachoeira rasa. (Pontes, 2021, p. 3)

De acordo com a professora Pontes (2021), os Xikrins do Cateté estão estabelecidos numa região “no interior da jurisdição do município de Parauapebas”, cerca de 360 km de distância da cidade, numa área fértil e propícia para diversas atividades produtivas, além da caça e da pesca. Tal proximidade com a cidade permite que uma parte mínima dessa população circule pelas ruas de Parauapebas, principalmente nas áreas mais próximas da portaria da Floresta Nacional de Carajás.

No que tange os direitos dos povos indígenas, a demarcação de suas terras para algumas etnias ainda é uma problemática e de difícil definição, como no caso da tese jurídica do Marco Temporal que propõe alterar a política de demarcação das terras indígenas no Brasil, projeto este que está em tramitação do Supremo Tribunal Federal e que delimita a demarcação de terras apenas para os indígenas que já estavam em área ocupadas antes da promulgação de 1988, caso contrário, se o projeto for aprovado, os que ocuparam depois desta data não terão às terras demarcadas.

No caso de legalidade, de certa forma, os Xikrins do Cateté estão em vantagem e mais confortáveis com relação à posse da terra, apesar de ter parte dela ocupada pelo Projeto Ferro Carajás, pois no que diz respeito à demarcação de suas terras, o antropólogo Gordon (2006) afirma que:

A Terra Indígena Xikrin do Cateté está demarcada desde os anos de 1980 e se localiza no município de Parauapebas, estado do Pará, entre a grande serra dos Carajás ao norte e a rodovia PA 297 ao sul; entre o rio Itacaiunas a leste e uma área desmatada a oeste, composta por diversas fazendas constituídas após a criação da cidade de Tucumã (Gordon, 2006, p. 108).

Segundo Gordon (2006), a demarcação da Terra Indígena dos Xikrins do Cateté se deu na década de 1980, mais precisamente em 1981, pelo processo da Funai número (BSB/03746/77), porém a homologação se efetivou-se em 24 de dezembro de 1991. Apesar disso, a Empresa Vale ocupa uma parte significativa dessa área, mas que por outro lado, é obrigada a pagar uma contribuição mensal em forma de royalties aos Xikrins para compensar o uso das terras e os danos ambientais causados pela atividade de extração de minério retirado do solo da terra Xikrin.

As terras dos Xikrins atualmente não sofreram invasões, haja vista que já tiveram a demarcação homologada no início da década de 1990 e contam com uma área de 439 mil hectares e um contingente populacional de 1.183 indígenas⁴⁸

⁴⁸ Fonte: Instituto Socioambiental, 2024.

organizado em aldeias. Ressalta-se que, apesar das influências em que sofrem pela posse do dinheiro que recebem em forma de royalties, tais indígenas têm uma relação forte com o mundo do consumo, conforme discute Gordon (2006):

Podemos dizer, por conseguinte, que existe determinada forma de incorporação de mercadorias e dinheiro entre os Xikrin do Cateté, em que esses objetos são consumidos como comida, num processo que se destina a produzir identidades, ou seja, produzir um corpo-afeto específico à gente mebêngôkre – e que envolve a circulação mais livre e uma moralidade do parentesco, expressa em lembrar ou reconhecer, ser generoso, não ser apegado aos objetos (õ djö), ter respeito e cuidado com os iguais (Gordon, 2006, p. 308).

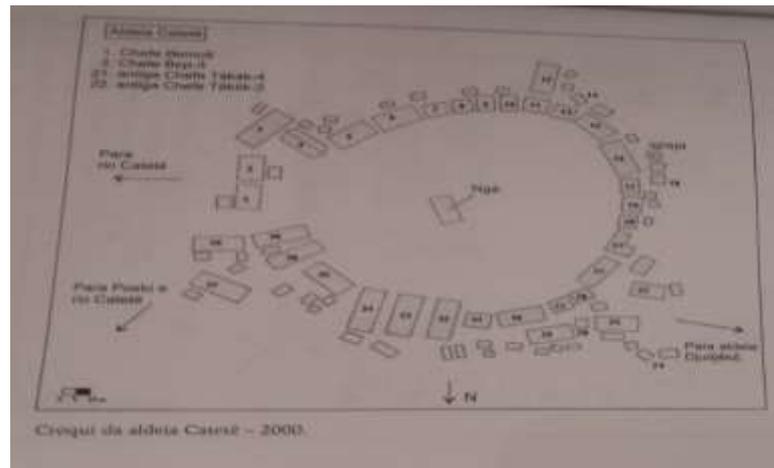
Gordon (2006) sinaliza que o mundo do consumo para a etnia Xikrin do Cateté que, grosso modo, é exagerado pelos não indígenas. Contudo, tais objetos adquiridos também são ressignificados e inseridos nos rituais culturais desses povos, pois eles procuram sempre preservar os costumes de seus antepassados e ampliar o campo de visão de suas vivências no entorno do mundo que os cercam.

Para a cultura Xikrin, é importante valorizar as relações de parentesco com presentes advindos da indústria e incorporá-los na dinâmica social, pois os objetos, além de serem de uso pessoal, podem estabelecer uma rede de relacionamentos tanto do ponto de vista intracomunitário quanto intercomunitário, ressignificando os laços de parentesco e as relações sociais.

Nesse sentido, o trabalho de campo realizado pelo antropólogo que pode conviver na aldeia Xikrin e observar o modo como os Xikrins encaram a relação com o dinheiro recebido da Vale, como a questão do consumo, detalha toda a dinâmica política, econômica, social e religiosa organizada pelos líderes xikrins, entres os diversos desenhos e fotos que estão presentes na obra, a produção de um croqui do formato da aldeia destaque, entre outros.

Vejamos o formato da aldeia na perspectiva de Gordon (2006), registrado em seu livro e que foi desenhando a partir das suas vivências na Aldeia Xikrin do Cateté, onde teve a oportunidade de conviver e conhecer a cultura desse povo indígena local, na sua amplitude.

Imagem 9 - Croqui da aldeia Cateté



Fonte: Gordon, 2006.

O croqui produzido por Gordon (2006) retrata como a aldeia Cateté está organizada dentro da Floresta Nacional dos Carajás, onde podemos perceber a proximidade da aldeia ao rio à esquerda; a saída para o posto indígena do mesmo lado; à direita, na parte inferior da imagem, o acesso para a aldeia Djudjêkô, uma das 11 aldeias que compõem o povo indígena Xikrin do Cateté.

O antropólogo Gordon (2006) teve a oportunidade de conviver com os Xikrins e observou com riqueza de detalhes a dinâmica do cotidiano dessa comunidade. Para ele, tal comunidade indígena, na figura de suas lideranças, destaca-se, entres outras questões, por estar no centro das decisões políticas em prol da sua população indígena.

Tais lideranças traçam diálogo também com o poder público municipal, exigindo a efetiva realização de políticas públicas em prol da melhoria da comunidade com saúde, educação e subsídios financeiros para implementação de projetos para bem-estar coletivo do povo Xikrin do Cateté.

Dialogando com o croqui elaborado por Gordon (2006), a imagem referente à vista aérea da Aldeia Xikrin disposta a seguir, mostra-nos como a tribo xikrin está organizada no meio da Floresta Nacional de Carajás e seus acessos para as outras áreas da floresta com rios, posto da Funai, bem como para as outras aldeias que compõem o povo Xikrin.

Imagem 10 - Vista aérea da Aldeia Xikrin do Cateté



Fonte: Portal Pebinha de Açúcar, 2024.

A imagem 10 demonstra o modo como as residências dos Xikrins estão organizadas na aldeia, suas casas estão dispostas num formato circular obedecendo os costumes dos seus ancestrais de fixar moradia. Observa-se que as edificações são baseadas na alvenaria e a maioria das residências possuem objetos como móveis e eletrodomésticos que são adquiridos no centro comercial de Parauapebas, com recursos recebidos da Vale.

Nos estudos de Pontes (2021), elenca-se a descrição das características das residências dos Xikrins da seguinte forma:

Os Xikrins constroem as suas aldeias perto de um rio ou igarapé, mas, em terreno seco e bem drenado. O espaço social constitui-se de uma praça central, com um círculo de casas ao redor e da mata circundante, com pequenas roças circulares. As casas possuem uma localização física certa e obedecem a uma ordem estável, que é mantida quando constroem uma nova aldeia ou acampamento na floresta. No centro da aldeia está situada a casa dos homens, espaço masculino, político, jurídico e ritual (Pontes, 2021, p. 3).

A cosmologia indígena Xikrin é marcada pela dinâmica da sua organização social cuja disposição das residências demonstra que os espaços em tese, são dominados pelos homens, um simbolismo que por vezes, promove estereótipos de inferioridade em relação à mulher indígena xikrin nessa sociedade; no entanto, já existem estudos que apontam o protagonismo feminino nessa comunidade.

Nesse sentido, ao tratarmos sobre a dinâmica social dos Xikrins e suas interações com o mundo do consumo, bem como com outros indivíduos indígenas ou

não, retornamos aos estudos do antropólogo Gordon (2006) que define essas relações interacionais da seguinte forma:

De qualquer modo, as fronteiras comunitárias são permeáveis e continua existindo, como no passado, mobilidade de pessoas (e objetos), notadamente entre xikrin e kayapó, incluindo visitas, indivíduos ou família adventícios que tomam residências provisórias ou definitivas e intercassamentos. Portanto, ainda que considerem possuir uma identidade própria, os Xikrin veem sua comunidade atual como produto de interações de longo prazo com os outros. (Gordon, 2006, p. 106).

Segundo Gordon (2006), os Xikrins desenvolvem até os dias atuais uma interação com seus parentes que falam a linguagem Mebêngôkre⁴⁹, mas também com pessoas não indígenas, absorvendo outros hábitos que são ressignificados em sua cosmologia. A imagem que retrata a aldeia deixa bem claro o quanto a realidade do mundo contemporâneo adentrou e alterou, de certa forma, a cultura indígena xikrin.

Decerto que um dos traços fortes da cultura xikrin é a pintura corporal executada geralmente pelas mulheres indígenas; cada grafismo tem significados específicos. Vidal (2000) explica em sua obra “Grafismo indígena: estudos de antropologia estética” sobre os grafismos desenvolvidos por várias sociedades indígenas brasileiras e enfatiza que:

Pelo menos entre os Kayapó-Xikrin, a pintura é tarefa exclusivamente das mulheres, que a transformam num verdadeiro hábito, tanto quanto qualquer outra atividade básica, como ir à roça, cozinhar e cuidar dos filhos. Todas pintam, e, portanto, a qualidade de pintora é considerada como atributo inerente à natureza feminina. Os homens apenas passam tintura de carvão ou urucum na face e no corpo (Vidal, 2000, p. 146).

Segundo a antropóloga Vidal (2000), a arte do grafismo indígena xikrin é uma atividade essencialmente das mulheres que, para além dos trabalhos que lhes são demandados em suas aldeias, elas dedicam-se às pinturas que simbolizam uma das expressões de sua cosmologia cultural. Em suas festas, e até mesmo nos seus cotidianos, elas desenvolvem um protagonismo dentro da comunidade indígena xikrin, como destaca Vidal (2000), no trecho a seguir:

As mulheres Xikrins se pintam mutuamente em sessões de pintura coletiva, mais ou menos a cada oito dias, sendo a pintura facial e corporal escolhidas com antecedência. Delas participam mulheres casadas e com filhos, formando assim uma sociedade de mulheres. Se a comunidade é numerosa,

⁴⁹ Segundo Gordon (2006), a grafia mebêngôkre que ele utilizou em sua obra segue aproximadamente aquela consagrada pelo Summer Institute of Linguistics, órgão que se dedica aos estudos da linguagem de diversos povos e apoia-se no inventário segmental de Stout e Thompson (1978).

dividem-se em duas sociedades, agrupadas por categoria de idade, uma reunindo as mais jovens e outra, as mais idosas, cada grupo com sua chefe. Nessas ocasiões, a pintura do corpo é a mesma para ambos os grupos, enquanto o motivo decorativo da face pode variar. Exigem-se muito tempo e prática para o domínio da técnica de aplicação correta dos desenhos no corpo (Vidal, 2000, p. 147).

Vejamos a imagem a seguir que retrata um pouco desse processo de pintura, a partir do grafismo do povo Xikrin.

Imagem 11- Pintura corporal da cultura Xikrin do Cateté



Fonte: Pellanders, 2020.

A imagem acima retrata um momento muito especial para as mulheres xikrins. Nesse interim, a perspectiva da antropóloga Vidal (2000) é que a pintura facial na cultura dos povos Xikrin do Cateté é uma tarefa que exige uma técnica específica em que as mulheres dominam e precisam de tempo para executar os desenhos com os detalhes escolhidos que são significativos para transmitir a cultura do grafismo para as futuras gerações.

Para Vidal (2000), o resultado do trabalho com o grafismo xikrin é uma verdadeira obra de arte e dentro dessa cosmologia, levanta um sentimento de valorização individual e coletiva para todos os indígenas da aldeia, e serve também como uma atividade que as indígenas realizam em pessoas não indígenas para angariar recursos financeiros como forma de mais uma fonte de recursos para ajudar no sustento das famílias.

O grafismo corporal na cultura xikrin é uma atividade muito importante para a comunidade, uma vez que é uma prática que remete à ancestralidade indígena e que envolve geralmente as mulheres das aldeias que elencam motivos decorativos e traços para os desenhos corporais e faciais. Tais grafismos retratam padrões da natureza como o casco do jabuti, a pele de serpente e a espinha de peixe, e elas

variam de acordo com o momento do calendário festivo, a faixa etária e a celebração, todos esses elementos traduzem um simbolismo baseado na cosmologia dos povos Xikrin do Cateté.

A cultura dos Xikrins é muito diversificada e reverbera na questão das cerimônias religiosas que, em algum momento, evidenciam uma questão de rito de passagem de uma faixa etária; para citar somente um exemplo que vai desde os rituais religiosos, manifestações culturais de diversos temas, o ritual Mê Kraityk que se desenvolve em decorrência da passagem da faixa etária de adolescência para a vida adulta das mulheres.

Nesse contexto de celebração, essas festas realizadas na aldeia xikrin no decorrer do ano não são conhecidas do grande público e também a maioria dos professores que atuam na rede municipal não tem conhecimento sobre o assunto, haja vista que a falta de leitura sobre as temáticas indígenas locais, a exemplo da minha prática pedagógica que não abordava tais conteúdos por falta de conhecimento acadêmico e de material didático que pudesse subsidiar minha ação docente, pois esse entendimento somente foi possível ao cursar esta Pós-graduação — ProfHistória, onde pude então perceber o quanto tais temas são importantes para fomentar um ensino de história baseado na lógica da criticidade, tendo como objetivo principal quebrar paradigma para desconstruir estereótipos e preconceitos relacionados aos indígenas Xikrins.

Sabemos que a cidade de Parauapebas não pode ser pensada sem recorrermos aos estudos da arqueologia realizada no local; sem reconhecermos os povos indígenas Xikrin que residem em áreas próximas; sem conhecermos a história do núcleo urbano, o qual abriga os trabalhadores da então Companhia Vale do Rio Doce, construída no topo da Serra dos Carajás, a partir da década de 1980 e até os dias atuais continua recebendo funcionários para a engrenagem da extração de minério na região.

1.4 A Serra dos Carajás: um núcleo urbano no topo da Serra

A Serra dos Carajás é uma formação geológica que possui uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo, descoberta na década de 1960 pela Companhia Meridional de Mineração, uma filial da siderúrgica americana United States Steel.

É relevante destacar que a exploração mineral na região de Carajás começou na década de 1980. Sobre este início do Projeto Grande Carajás, Coelho (2015), na obra PROJETO GRANDE CARAJÁS: Trinta anos de desenvolvimento frustrado - A questão mineral no Brasil - vol. 1” descreve esse momento, enfatizando que:

Em 1983, já estava concluída a infraestrutura básica do Complexo Grande Carajás: as instalações industriais, os equipamentos de lavra, beneficiamento e manuseio do minério, além das usinas de britagem primária e secundária. A Estrada de Ferro de Carajás (EFC) tinha em seu projeto inicial uma extensão de 892 quilômetros, transportando 35 milhões de toneladas anuais. Hoje em dia, o trem da EFC é composto por 330 vagões e tem 3,5 quilômetros de extensão. A estrada de ferro foi oficialmente inaugurada em 1985 carregando minerais da Serra dos Carajás para o Porto Ponta da Madeira em São Luís (Coelho, 2015, p. 32).

Conforme Coelho (2015), foi concluída toda a infraestrutura do Projeto Grande Carajás no ano de 1983, tanto as instalações industriais necessárias à extração do minério, além da ferrovia que liga a Serra dos Carajás ao Porto Ponta da Madeira em São Luís, no Maranhão, trem que até os dias atuais foi ampliado e está em pleno funcionamento, oferecendo passagens a um custo bem acessível aos usuários.

Essa conjuntura descrita por Coelho (2015) só foi possível porque anteriormente houve um estudo de viabilidade de exploração de minério na região, no qual destaca-se o trabalho do geólogo Breno dos Santos, pioneiro nessas pesquisas.

Vejamos a imagem a seguir que registra o momento em que o Geólogo Breno dos Santos⁵⁰ fez os primeiros levantamentos do potencial mineral que a Serra dos Carajás oferecia, juntamente com sua equipe de apoio.

Imagem 12 - Geólogo Breno dos Santos e sua equipe no primeiro levantamento aéreo magnético da Serra dos Carajás



Fonte: Parauapebas, 2024.

⁵⁰ O geólogo paulista Breno Augusto dos Santos em um dos voos panorâmicos no entorno da Serra dos Carajás no final da década de 1960.

A imagem acima retrata o geólogo Breno dos Santos dentro da aeronave, acompanhado de dois assistentes num voo panorâmico. Observemos o que o trecho abaixo descreve sobre esse momento da história da região de Carajás:

Um nome central nessa história é Breno Augusto dos Santos, na época recém-demitido da ICOMI, produtora de manganês na Serra do Navio (AP), que foi chamado por Gene Tolbert, coordenador do BEP e seu professor no curso de Geologia Econômica na USP (Universidade de São Paulo), para chefiar a equipe de campo em Carajás. Em voos de helicóptero, um avanço tecnológico para a época, e através de fotografias aéreas do DNPM (Departamento Nacional de Pesquisa Mineral), imensas clareiras em meio à floresta amazônica chamaram a atenção dos geólogos da expedição. Num pouso para reabastecimento do helicóptero em uma dessas clareiras, Breno vislumbrou a possibilidade de que houvesse ali um imenso depósito de minério de ferro. Era o dia 31 de julho de 1967 e começava então a descoberta de Carajás (Santos, 2017).

Decerto que a descoberta de potencial mineral em Carajás em 1967 somente foi possível a partir das pesquisas realizadas pela equipe do Geólogo Breno Silva que se empenhou para responder às demandas que lhes foram delegadas no desbravamento dessa região, buscar recursos minerais para superar a necessidade da então empresa americana US STEEL⁵¹ e hoje a região de Carajás é considerada a maior província mineral do mundo.

Dessa forma, o referido geólogo tornou-se uma figura conhecida não somente na cidade de Parauapebas, mas nacional e internacionalmente, por isso, pensamos ser oportuno trazer o registro fotográfico como mostra a imagem a seguir:

Imagem 13 - Breno Augusto Santos na Serra dos Carajás



Fonte: Zé Dudu, 2021.

⁵¹ A siderúrgica chegou à região através da Companhia Meridional de Mineração, seguindo os passos da CODIN, subsidiária da concorrente Union Carbide, que já havia descoberto as jazidas de manganês da Serra do Sereno, próximas ao então futuro garimpo de Serra Pelada. O objetivo da Meridional, com seu programa de exploração geológica (BEP, na sigla em inglês), o primeiro de grande amplitude no País, também era a busca de manganês eletrolítico, para a fabricação de pilhas e baterias (Oliveira, 2017).

A imagem 13 marca o momento histórico da presença do geólogo Breno Santos na Serra dos Carajás, confirmando a existência de minérios para serem explorados e superar a escassez de manganês nos Estados Unidos, em meio à disputa de força política e bélica com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no auge da Guerra Fria, produto necessário para a fabricação de aço.

Corroborando com a história da exploração de minério na Região de Carajás, o texto abaixo, disponível no site www.oestadonet.com.br, com o título “Descobridor de Carajás refaz fato 48 anos depois” nos informa que:

O geólogo paulista Breno Augusto dos Santos voltou ao local, uma clareira da Serra Arqueada, onde 48 anos antes, fez um pouso de helicóptero no primeiro dia de campo de uma campanha exploratória. Ali coletou amostras de uma rocha que atraiu a sua atenção e a remeteu para análises. Quando veio o resultado, a intuição do jovem técnico foi confirmada: tratava-se de minério de ferro de alto teor, o mais puro existente na crosta terrestre. Era o começo da história da província mineral de Carajás, no sul do Pará, um dos principais capítulos da história geológica mundial (Pinto, 2015).

Nesse contexto, de acordo com relatos de Breno Santos em várias entrevistas concedidas aos sites locais, nacionais e internacionais e nas palestras em que ele foi o principal orador, é detalhado o intuito de encontrar o tão sonhado manganês, para superar a demanda norte-americana, “bateu o martelo em uma pedra grande e viu sair um pó vermelho, típico de minério de ferro”.

Segundo relatos do geólogo em uma entrevista ao site “Zedudu.com.br”, a questão do manganês era crucial para a empresa em que ele atuava ao ponto de seu chefe não dar muita atenção para o minério de ferro descoberto.

Vejamos o relato de Breno dos Santos, em entrevista ao site:

Uma equipe saiu de barco para abrir a clareira para o helicóptero. Foi só quando o chefe veio, pois estava interessado no manganês, não no ferro. Mas, quando viu o tamanho que era, ficou espantado. ‘Isso aqui é muito grande e a minha empresa não vai ter competência política para ficar com isso aqui’, exclamou. (Zé Dudu, 2021).

Apesar da criação da Companhia Vale do Rio Doce ter ocorrido em 1942, foi somente a partir da década de 1970 que ela começa a administrar a extração mineral na região de Carajás, até então era a United States Steel responsável por esse processo. Então foi necessária a construção de uma grande infraestrutura para extrair o minério de ferro achado por Breno dos Santos e sua equipe de pesquisadores.

Contribuindo com esse debate sobre a ocupação e a formação da região sudeste do Pará, destaca-se o geólogo Áthila Kzam (2021), autor que se debruça nesses estudos e que em seu artigo “Formação Social e Econômica do Sudeste do Pará: do extrativismo vegetal ao Programa Grande Carajás”, publicado na Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio, aponta como se deu a implementação do Programa Grande Carajás, ao afirmar que:

O Programa Grande Carajás (PGC) foi lançado pelo governo brasileiro por meio do Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980 a fim de efetivar a exploração integrada dos recursos naturais da Amazônia Oriental, em especial da Província Mineralógica de Carajás, uma das mais ricas do globo (Kzam, 2021, p. 118).

Segundo Kzam (2021), o Projeto Grande Carajás foi pensado pelo governo brasileiro para construir toda a estrutura para extrair o produto mineral encontrado na região de Carajás; foi uma tarefa complexa para a então empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce que investiu vultuosos recursos públicos para estruturar todo o empreendimento que oferecesse suporte ao atendimento das demandas que giravam em torno da exploração de minério, em especial, o ferro.

Ressalta-se que, em 1997, a estatal foi vendida pelo governo brasileiro que vendeu a maior parte de suas ações, transferindo o controle da empresa para um grupo de empresa privada e fundo de pensão por um valor bastante defasado⁵².

O Núcleo Urbano da Serra dos Carajás é uma cidade planejada que foi construída em 1985 pela mineradora Vale do Rio Doce, hoje Vale, para abrigar os funcionários e suas famílias que chegavam à região pelo contrato trabalhista com a CVRD para manter a exploração de minério de ferro num fluxo contínuo, haja vista que naquele período a estimativa de tempo de exploração mineral na região seria de 500 anos.

O Núcleo Urbano de Carajás fica encravado no meio da Floresta Amazônica, na Serra dos Carajás, mais precisamente no topo da Serra, a qual tem uma estrutura moderna e sustentável e está a cerca de 15 km das instalações da mina de ferro da

⁵² Em 06 de maio de 1997, a Companhia Vale do Rios Doce foi vendida num leilão por cerca de 3,3 bilhões, valor que foi considerado pelos críticos como muito abaixo do que o mercado apontava. A partir de então, a empresa foi renomeada para Vale, tem aumentado seus lucros e ampliado as áreas de exploração de minérios.

empresa e apresenta um contingente populacional de, aproximadamente, 6.000 habitantes.

Segundo o site zedudu.com.br, o Núcleo Urbano de Carajás marca sua origem,

[...] na década de 1980, cerca de 27 mil pessoas trabalhavam na construção da infraestrutura da mina, usina e ferrovia do então projeto Ferro Carajás, que daria início à operação da maior mina de ferro a céu aberto do mundo. Assim começava também a se constituir o município de Parauapebas, na época, ainda distrito de Marabá e o Núcleo Urbano de Carajás. Hoje um dos bairros da cidade, o Núcleo está completando 35 anos, com fatos que marcaram a história de Parauapebas como a visita da princesa Diana e com características únicas, principalmente, por estar localizado dentro de uma unidade de floresta protegida e por ser hoje um atrativo para o turismo (Ze Dudu, 2021).

Para atender ao empreendimento formado em torno da exploração de minério, o Núcleo Urbano de Carajás foi planejado no bojo do Projeto Grande Carajás (PGC), alinhando às necessidades da Companhia Vale do Rio Doce que precisava abrigar em um local com boa estrutura os funcionários mais qualificados do quadro da empresa.

Quanto a esse momento, Kzam (2021), em seu artigo, descreve-o da seguinte maneira:

A empresa projetou dois núcleos. O primeiro, denominado de Núcleo Urbano de Carajás, foi construído no alto da serra para abrigar a mão de obra qualificada, como engenheiros, técnicos e demais funcionários do alto escalão da CVRD. A “cidade da empresa” foi concebida com uma infraestrutura completa, formada por com clube, cine teatro, hospital, escola, aeroporto e saneamento básico (Kzam, 2021, p. 14).

Nos relatos de Kzam (2021) no excerto anterior, podemos perceber o modelo de urbanização projetado no topo da Serra dos Carajás, agrupado com todos os equipamentos urbanos necessários para que os trabalhadores especializados vivessem de modo “tranquilo” e que tivessem sempre disponíveis para a empresa em qualquer dia e hora; esse modelo advém de um tipo de urbanização conhecido com *Company Towns*⁵³, que são núcleos urbanos construídos pelas empresas para subsidiar seus empreendimentos econômicos.

⁵³ Em português, significa cidade da empresa, é uma vila ou cidade onde quase tudo, casas, escolas, hospital, supermercado, cinema, posto de gasolina e estabelecimentos comerciais pertencem a uma única empresa. Na maioria das vezes, essas company towns (Cidades da empresa) são caracterizadas pelo monopólio, pelo paternalismo, pelo isolamento e pela excelente qualidade de vida. E, no caso das company towns na Amazônia, estas cidades giram em torno de algum Mega Projeto como Porto Trombetas, Serra do Navio, Fordlândia, Serra dos Carajás e em Porto Velho – Madeira Mamoré.

Ressalta-se que, como o Núcleo Urbano de Carajás é um modelo baseado numa Company Towns, achamos oportuno apontar uma definição em relação a esse conceito inserido no site w.w.w.realidadeurbana.blogspot.com, que o define da seguinte maneira:

Company Towns, em português significa cidade da empresa, é uma vila ou cidade onde quase tudo, casas, escolas, hospital, supermercado, cinema, posto de gasolina e estabelecimentos comerciais pertencem a uma única empresa. Na maioria das vezes, essas company towns (Cidades da empresa) são caracterizadas pelo monopólio, pelo paternalismo, pelo isolamento e pela excelente qualidade de vida. E, no caso das company towns na Amazônia, estas cidades giram em torno de algum MegaProjetos (Company Towns na Amazônia, 2012).

De acordo com a definição acima, podemos enquadrar o Núcleo Urbano de Carajás como uma “cidade empresa” de monopólio da empresa Vale, que gira em torno da atividade de extração de minérios do solo paraense.

Vale destacar que todos os equipamentos públicos presentes nos espaços do Núcleo Urbano de Carajás são de propriedade da empresa Vale, que fecha contrato com outras empresas para oferecer serviços de saúde, educação e comércio para atender à população de trabalhadores e trabalhadoras que ali residem. Com relação à construção das Company Towns, vale ressaltar que, na Amazônia, inúmeros projetos foram implantados nesse formato de “cidade empresa”.

A discussão sobre as Company Towns é interessante para se compreender a dinâmica de um espaço urbano com tais características do núcleo urbano de Carajás, porém é um debate extenso que não cabe neste texto; no entanto, acreditamos ser relevante citar o trabalho de Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, que no artigo intitulado “Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico” aponta que

A forma de articulação e de interação das “cidades na floresta” se dá, em grande parte, muito mais com outras realidades fora da região do que propriamente com a realidade interna. Tratam-se, em sua maioria, de cidades que se tornaram bases logísticas para relações econômicas voltadas para uma racionalidade extrarregional, a exemplo das cidades-empresa (Carajás-PA, Porto Trombetas-PA etc.), que servem de apoio aos grandes projetos econômicos, instalados na região para atender às demandas de recursos do mercado externo (Gatti Júnior, 2010, p. 118).

Segundo Gatti Júnior (2010), esses projetos chamados “cidades na floresta” foram implementados mais por questões e necessidades externas do que internas, tendo em vista que tudo que foi e é gerado como riqueza, atende mais a outras regiões

e a outras nações do que às populações regionais onde tais projetos são implementados. Vejamos o mapa a seguir para compreendermos melhor tal formato:

Imagem 14 - Mapa das Company Towns na Amazônia



Fonte: Company Towns na Amazônia, 2012.

Conforme o mapa, podemos perceber que a região amazônica vivencia a experiência das Company Towns, estruturada pelas grandes empresas. Observemos no quadro, a seguir, o detalhamento com mais clareza dessas áreas da região amazônica que foram palco dos projetos das Company Towns.

Quadro 2 - Company Towns na Amazônia

Município	Início	Empresa	Atividade
Porto Velho - RO	1907	Madeira-Mamoré Railway Company,	Construção de ferrovia
Fordlândia - PA	1927	Henry Ford	Agroindustrial
Serra do Navio - AP	1955	Indústria Comércio e Mineração (ICOMI)	Mineração
Porto Trombeta - PA	1971	Mineradora Rio do Norte	Mineração
Monte Dourado - PA	1983	Daniel Keith Ludwig	Produção de Celulose
Núcleo Urbano de Carajás - PA	1985	Empresa Vale	Mineração

Fonte: Company Towns na Amazônia, 2012.

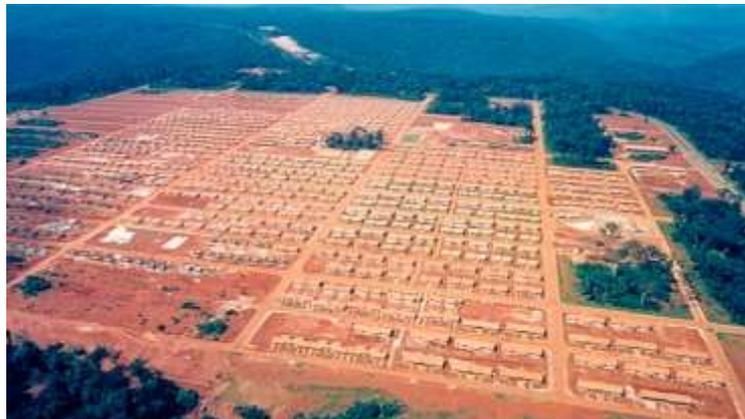
Como podemos observar no quadro 03, a região amazônica foi, e ainda está, permeada de projetos das grandes empresas multinacionais que visam sempre a exploração dos recursos naturais do seu território, bem como, da população que habita nesse espaço, os ditos povos da floresta, a saber: indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. Alguns desses núcleos urbanos estão completamente abandonados após o fim das atividades dos empreendimentos propostos, a exemplo de Fordlândia-Pa.

Decerto que existem outras áreas na região amazônica que foram apropriadas pelas empresas para a construção das “cidades empresas” que não foram arroladas no quadro 2, uma vez que o tema foi abordado apenas para exemplificar a questão do Núcleo Urbano de Carajás nesse contexto.

Vale lembrar que muitos desses empreendimentos no formato de Company Towns já entraram em decadência e deixaram um rastro de destruição e ruínas na paisagem amazônica, com impactos ambientais irreversíveis para o bioma amazônico. As que ainda estão em pleno funcionamento são as Company Towns de Porto Trombeta e Núcleo Urbano de Carajás, no Estado do Pará, e esta última que ainda tem uma previsão de existir aproximadamente, por 50 anos.

Vejamos a imagem do Núcleo Urbano de Carajás, no início da sua construção, em 1985.

Imagem 15 - Núcleo Urbano de Carajás, 1985



Fonte: Zé Dudu, 2021.

A imagem 15 refere-se ao primeiro núcleo urbano construído em 1985 e que foi o primeiro núcleo construído no topo da Serra dos Carajás, destruído porque a CVRD encontrou minério e precisou da área para abrir uma nova frente de trabalho. Hoje o núcleo fica mais próximo da estrada inicial de acesso ao empreendimento.

Vejamos a imagem 16, o Núcleo Urbano de Carajás⁵⁴, extraída do Google Maps.

⁵⁴ Situado no alto da serra, a 627 metros de altitude, a 25 minutos do centro da cidade de Parauapebas e em área de 300 hectares, o Núcleo tem hoje cerca de 5.500 mil moradores, entre empregados da Vale, de diferentes cargos, profissionais de saúde e professores que moram nas 1.353 residências disponíveis.

Imagem 16 - Núcleo Urbano de Carajás atual



Fonte: Google Maps, 2024b.

A imagem 16 demonstra a área onde se situa o Núcleo Urbano de Carajás atualmente; como podemos perceber, também existem no mapa a marcação de algumas áreas como o Hospital Yutaka Takeda⁵⁵, que é um hospital de referência na região; o BioParque Vale Amazônia que se destaca por preservar espécies de animais silvestres, da flora amazônica que estão em extinção.⁵⁶

O Núcleo Urbano de Carajás pode ser definido como um lugar fora dos padrões normais de se pensar uma cidade, tendo em vista que o espaço se situa geograficamente encravado no meio da floresta, um local que foi modificado para atender ao interesse econômico do grande capital. Para isso, seus construtores não pouparam esforços para erguer um projeto de tamanhas proporções, como no caso do Projeto Ferro Carajás e fomentar a atividade de exploração de minério como marca de produção da riqueza retirada do solo paraense.

Nesse sentido, os mais críticos sobre o empreendimento de exploração mineral afirmam que o pouco que a empresa Vale tenta preservar da fauna e da flora

⁵⁵ Como os japoneses (antes dos chineses) se tornaram os maiores compradores do minério de Carajás, a Vale – dona de toda província mineral – trocou o nome do hospital da vila residencial dos seus funcionários, que homenageava a padroeira dos paraenses, Nossa Senhora de Nazaré, para Yutaka Takeda, nome do presidente da Misui, a maior cliente individual da mineradora, que era estatal naquele momento. Para saber mais sobre o tema ver a reportagem de Lucio Flavio Pinto “O hospital japonês de Carajás - Amazônia Real, no site amazoniareal.com.br.

⁵⁶ O BioParque antes era denominado de Parque Zoobotânico, um espaço onde abriga espécie da fauna e da flora amazônica, principalmente as espécies que estão em extinção. O local tem um orquidário e salas com amostra de minerais encontrados na região. Além de uma grande área de passeio de caminhos dentro da floresta e um lago onde abriga vários animais silvestres, ainda podemos encontrar uma área de alimentação para que os visitantes possam saborear sorveste e picolés. O espaço também oferece produtos de artesanatos como *souvenirs*.

de espécies amazônicas é apenas um pano de fundo para desviar os olhares à tão grande devastação deixada na região de recomposição ambiental irreversível.

Imagem 17- Casas do Núcleo urbano de Carajás



Fonte: Zé Dudu, 2018.

A imagem 17 mostra o modelo das casas do Núcleo urbano de Carajás, o lugar é agradável para moradia e tem todos os elementos urbanos necessários para uma cidade; contudo para se conseguir uma casa para morar, o funcionário tem que ter um nível alto de salário e, obviamente, de formação profissional de nível superior.

Na dinâmica do Núcleo urbano existe também um código de postura de acordo com as diretrizes da Vale. Tudo gira em torno do trabalho e o morador até alguns anos atrás não pagava nenhuma taxa de moradia, de água e de energia. Contudo, o custo de vida é muito alto para a sobrevivência desses moradores.

Do ponto de vista da autonomia, o morador, grosso modo, não possui, uma vez que os comportamentos desses moradores, dentro do núcleo reflete diretamente no mundo do trabalho. A vigilância é extrema e há um controle até sobre as festas e sobre o volume de som que a pessoa escuta. Se descumprir essas normas, o funcionário pode ser convidado a se retirar em poucos dias.

Outra característica observada no Núcleo Urbano de Carajás é que o local pode ser comparado às cidades bem planejadas dos países desenvolvidos pela sua estrutura urbanística, que destoa dos outros centros urbanos do nosso país, haja vista que não se vislumbra as problemáticas inseridas no contexto urbano.

Por essas questões, considera-se que o local contrasta com a realidade da cidade de Parauapebas, onde podemos perceber todos os problemas existentes em uma cidade, principalmente daquelas que estão encravadas no interior do país, que apresentam, entre tantos problemas, a falta de saneamento básico; enquanto lá em

cima, no Núcleo Urbano de Carajás, o nível de vida das pessoas é bastante elevado, bem como o alto padrão de saneamento básico e de estrutura urbana para o bem-estar dos moradores.

Diferentemente do Núcleo Urbano de Carajás, a cidade de Parauapebas ainda enfrenta dificuldades em várias áreas, em decorrência da falta de planejamento urbano, sendo um dos mais problemáticos a falta de saneamento básico e a questão da coleta de lixo que fica muito distante da realidade de Carajás, haja vista que esta, por sua vez, oferece um serviço regular de coleta de lixo seletiva, objetivando a reciclagem e, obviamente, a melhoria do meio ambiente, que aliás é uma prática empresarial implementada pela Vale de hoje.

Com relação aos contrastes dos dois espaços em questão, o professor Avone José Araújo Rocha (2018) discute em sua obra intitulada “À MARGEM DO PROJETO FERRO CARAJÁS: Uma contribuição à história social e cultural de Parauapebas (1980-2004)” como os trabalhadores se estabeleciam no início do Projeto Ferro Carajás ao enfatizar que:

Todo esse empenho dos agentes acadêmicos, no entanto, não logrou quase nenhum êxito naquele ano de 1980 pelo simples e óbvio fato de que as condições de instalação - entre as dos trabalhadores que começavam acampar nas margens do Igarapé do Coco e as dos dois núcleos da CVRD - eram as mais dispare e desiguais possíveis. Porque os centros habitacionais oficiais receberam todos os incentivos governamentais e estruturais para suas respectivas execuções (Rocha, 2018, p. 67).

Rocha (2018) aborda o contexto da formação do Núcleo Urbano de Carajás, que na década de 1980 recebeu todo o apoio governamental, ainda num regime ditatorial, e a ideia de um desenvolvimento exacerbado, para alardar a gestão dos militares como bons administradores. Para o Núcleo Urbano de Carajás, foram disponibilizados recursos do Banco Mundial de Desenvolvimento, enquanto as condições de residências dos trabalhadores simples e sem escolaridade elevada, simplesmente foram invisibilizadas.

Ressalta-se que, para acessar o Núcleo Urbano de Carajás, faz-se necessário passar por uma fiscalização rigorosa imposta pela empresa Vale. Qualquer pessoa que deseja entrar para a região, morador ou não, é exigido o documento de identificação, e as placas dos veículos são anotadas pela equipe de segurança de uma empresa privada, contratada da mineradora.

É indiscutível a beleza do lugar, da organização com que os visitantes se deparam ao conhecer o Núcleo Urbano de Carajás, pois muitas pessoas, até mesmo dos municípios de Parauapebas, não têm a menor ideia de como é a realidade desse local que está a quase 800 metros de altitude, com um empreendimento para a exploração da maior Província Mineral do Pará, do Brasil e do Mundo.

1.5 Parauapebas: Rio de águas rasas

O debate sobre a história de Parauapebas é um tanto quanto desafiador, considerando o período histórico recente em que o município foi estabelecido, que tem como marco da sua oficialidade o dia 10 de maio de 1988, sob a Lei Estadual Nº 5.443/88, sancionada pelo então governador Hélio da Mota Gueiros.

Antes de Parauapebas tornar-se município, ela estava vinculada formalmente a Marabá, informação que está disponível no site da Prefeitura de Parauapebas e aponta que:

Foi a partir da implantação do Projeto de Ferro Carajás que Parauapebas surgiu, primeiro como uma Vila chamada de Rio Verde, que se formou aos pés da serra e atualmente é um bairro da cidade, mas era conhecida pelos garimpeiros tradicionalmente por “inferninho”. A partir do povoamento e crescimento desta vila, surgiu o movimento de emancipação, tendo em vista que ela era administrada por Marabá, e assim denominada de Parauapebas, que significa “Rio de Águas Rasas”, o município conquistou sua independência (Parauapebas, 2024).

Mesmo que o município tenha sido criado em 1988, anteriormente já existia um imenso fluxo migratório para a região, em decorrência da descoberta de minérios no local. Chegavam inúmeros trabalhadores de todos os lugares do Brasil, mas principalmente, os nordestinos, em especial os maranhenses.

O historiador e escritor local autônomo Rocha (2018) discute sobre a questão da falta de fontes que desse conta de uma narrativa histórica que aborde as questões sociais e culturais da realidade dos indivíduos que estavam na gênese da formação da sociedade, quando afirma que:

Na presente narrativa, nosso objetivo é apresentar, mais detalhadamente e, de acordo com o que conseguimos em termos de fontes, alguns aspectos sociais e culturais da história local, que se desenha à margem dos grandes empreendimentos econômicos projetados pela Ditadura brasileira (1964-1985), como o Projeto Grande Carajás (Rocha, 2018, p. 12).

Percebe-se na análise de Rocha (2018), que a história da cidade inicia em torno dos grandes projetos pensados para a região amazônica no período da Ditadura Civil Militar e, para o município, o Projeto Grande Carajás – PGC teve como objetivo a exploração de minérios encontrados em quantidades expressivas que demandou um contingente de trabalhadores para o local.

Rocha (2018) enfatiza que sua narrativa é justificada pelo fato de não ter encontrado fontes que amparasse a história social e cultural de Parauapebas e que, portanto, precisou como pesquisador se lançar na perspectiva da história oral, pelos instrumentos de entrevistas com moradores que residem há tempo na cidade.

Vejamos o que ele descreve sobre a questão:

Portanto, do ponto de vista historiográfico, a narrativa que se segue se justifica pelo fato de o pouco material bibliográfico local não contemplar as nossas temáticas já mencionadas acima. Na verdade, o que constatamos é que nesses primeiros acervos bibliográficos públicos (não muito extenso) só houve espaço para as questões puramente econômica e política, como se o desenrolar da história humana só dependesse desses dois fatores (Rocha, 2018, p. 12).

O que o autor expressa é uma tendência nos documentos encontrados sobre o município; geralmente os registros são de listas dos prefeitos, vereadores e secretários municipais, primando por uma história política. E os dados referentes aos índices econômicos também são constantes, pois esses aspectos sempre são utilizados para elevar as figuras que pertencem aos grupos dos políticos partidários do local.

Nota-se, pela leitura de Rocha (2018), que a história de Parauapebas está diretamente vinculada ao projeto de desenvolvimento do país, a partir das riquezas existentes na região amazônica e a continuação da ocupação do seu território, percebida até então como um “vazio demográfico”, perspectiva equivocada, pois a região sempre foi ocupada pelos povos originários e suas populações reconhecidas como ribeirinhos.

É relevante destacar que existem profissionais de outras áreas do conhecimento que se lançaram na produção das narrativas históricas, principalmente quando não há interesse dos historiadores em se debruçar nessas pesquisas, justamente por falta de fontes históricas que subsidiem tal produção.

Na busca por obras que abordassem a história de Parauapebas, deparei-me com o livro do oftalmologista Miguel Ângelo Braga Reis⁵⁷, natural do Piauí, e que reside há tempo no município, intitulado “A HISTÓRIA DE PARAUAPEBAS: Força e trabalho no Carajás”, publicado em 2016, que nos fornece uma gama de informações sobre a cidade e que podem nos auxiliar na compreensão de sua construção.

Reis (2016) nos afirma em sua narrativa que:

Os caminhos percorridos pelos exploradores, migrantes, aventureiros, a história indígena na região, o progresso e suas qualidades e desvirtudes, são colocadas aqui, não como uma arte acadêmica de um historiador, mas com o fascínio de um estudioso das coisas da nossa gente (Reis, 2016, p. 17).

Reis (2016), é bem enfático ao se definir como um estudioso, curioso em saber um pouco do local onde vive e desenvolve suas atividades laborais de oftalmologista. Em sua narrativa, constata-se que mesmo sem o rigor científico inerente ao trabalho dos historiadores, ele procurou dialogar com alguns autores da área para nortear seu trabalho, como Cesar Gordon, Terence Turner etc.

Destaca-se ainda na obra de Reis (2016), o prefaciador do livro em questão que foi produzido por Demóstenes Miguelino Braga, desembargador aposentado do tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e autor do prefácio da obra, que

A trajetória do desenvolvimento de Parauapebas de sua criação aos tempos atuais pode ser resumida em marcos oficiais, mas a história da região e de seus habitantes é tão rica quanto o solo generoso de minérios que atraiu empresas, trabalhadores aventureiros, sonhos e esperanças (Braga, 2016, p. 15).

Conforme o desembargador Demóstenes Braga, a história de Parauapebas está registrada em documentos oficiais, que infelizmente são raros, mas que as narrativas colhidas podem também ser expressas a partir das percepções dos sujeitos simples que chegaram na região, como na figura das empresas que se estabeleceram na cidade, de trabalhadores que vieram em busca de oportunidades de empregos e, conseqüentemente, de melhorias de condições de vida.

⁵⁷ De origem piauiense, Miguel Ângelo Braga Reis é médico oftalmologista, a exemplo do irmão, Hipólito Reis, é filho de um pioneiro, o jornalista, escritor e historiador de Parauapebas, Pedro Cláudio, que era carinhosamente chamado de PC (já falecido).

Retomando os estudos do historiador Rocha (2018), pensar nos primórdios da construção de Parauapebas e rememorar a dinâmica de formação da sociedade nos ensina que:

No entanto, quando pisaram nessas áreas que estava em curso a instalação de um grandioso projeto de duração de 400 anos, segundo a propaganda, os migrantes e seus respectivos familiares despossuídos se viram diante de muitas dificuldades. A mais imediata e urgente era conseguir qualquer que fosse o abrigo. Naturalmente, porém, que não havia espaço nos acampamentos funcionais para os familiares dos trabalhadores já fichados ou que pretendiam fichar nas empreiteiras, pelo simples fato de que essas habitações provisórias eram levantadas para atender aos interesses das firmas e não para prestar serviços de assistência social aos recém-chegados. Adicione-se a esse quadro as grandes extensões de terras cercadas por arame farpado, para a criação de gado ou para outros fins: áreas em que hoje se encontram os bairros Rio Verde, Cidade Nova e Bairro da Paz (só para citar alguns) eram fazendas. Portanto, essa nova frente de expansão na Amazonia era potencialmente conflituosa em razão desses interesses territoriais antagônicos (Rocha, 2018, p. 25).

De acordo com Rocha (2018), sobreviver e permanecer no início do processo de estruturação do Projeto Ferro Carajás em Parauapebas não foi tarefa fácil, tendo em vista que existia uma série de dificuldades que os migrantes que chegavam em busca de novas oportunidades de trabalho enfrentavam.

A falta de moradia para esses trabalhadores e familiares, evidentemente, era uma problemática a se enfrentar, se realmente o indivíduo optasse em se fixar nessa região, podendo ser aceito nos acampamentos ou aventurar-se em residir em lugares distantes e totalmente insalubres para a sobrevivência de um trabalhador.

Outra questão que apreendemos dos estudos de Rocha (2018) é a dos grandes latifundiários que se apropriaram de vastas áreas, na maioria das vezes, terras devolutas, afinal de contas, essa região, acessada basicamente nos anos 60, era composta por uma grande floresta.

Ainda sobre como a sociedade parauapebense se formatou nos primórdios de sua história, Rocha (2018), em seu livro, analisa que:

Ora, diante de tamanha evidência de contrastes socioeconômicos entre a caótica e favelada vila popular e os centros residenciais funcionais estatais, os moradores daquela, conseqüentemente, se sentiam e se percebiam como a população à margem, excluídas, ainda que tenha servido como mão-de obra fundamental para viabilização dos centros residenciais e de tantos outros trabalhos menores também importantes ao funcionamento das operações mineralógicas e outras atividades. Aliás, na medida em que chegava aos ouvidos dos populares da vila de que na Serra dos Carajás construía-se uma “cidade” de porte de primeiro mundo (com instalações moderníssimas como quadras esportivas cobertas, piscina profissional, cinema, centro hospitalar satisfatoriamente equipado, escola técnica, entre

outros equipamentos), mais se consolidava o entendimento coletivo-popular de que se tratava de um quadro generalizado de segregação. (Rocha, 2018, p. 69).

O trecho da obra de Rocha (2018) enfatiza alguns acontecimentos na origem da história de Parauapebas, haja vista que esses fatos procuram descortinar, entre outras questões, as diferenças sociais no entorno do Projeto Ferro Carajás, ao se tratar da criação de políticas públicas na construção de casas do núcleo urbano, na Serra dos Carajás para atender os funcionários da CVRD, em detrimento do acesso à moradia para a população que se estabelecia no sopé da serra.

Percebe-se que o referido núcleo urbano foi construído com toda a urbanidade possível para que os indivíduos que se enquadrassem no perfil da empresa pudessem ter uma vida de bem-estar social, em detrimento à população menos favorecida, a maioria, trabalhadores simples com baixa qualificação, que não foram contemplados com o mínimo de condições de sobrevivência nesse local.

Contudo, pela configuração da cidade atual e, à proporção que ela tomou em termos populacionais, entende-se que muitos desses indivíduos resistiram a esses impasses e se estabeleceram no local, deixando suas valiosas contribuições para a construção da história do município de Parauapebas.

Nota-se na pesquisa de Rocha (2018) que os bairros que hoje fazem parte da cidade de Parauapebas pertenciam aos fazendeiros, áreas que foram desapropriadas pelo poder público ou se transformaram em grandes loteamentos que servem como objeto de especulação imobiliária a seus proprietários, os quais continuam lucrando e enriquecendo, enquanto há aqueles que precisam apenas de um lote para construir um simples barraco como moradia.

Vale destacar que as dificuldades de se conquistar um local para se construir uma residência em Parauapebas não é uma questão vislumbrada apenas na origem da sua formação, pois apesar dos avanços ocorridos nesse setor, ainda é uma problemática que se perdura atualmente, mesmo tendo programas de casas populares, a questão política, aliada à corrupção, corroboram ao não atendimento aos mais necessitados que precisam desse benefício.

Ao abordarmos parte da história de Parauapebas, refletimos sobre o pouco do que foi escrito sobre ela, lançando um olhar para o passado recente do município, a fim de buscar referências que norteiem compreensões das questões mais elementares que estão ainda latentes no presente dessa sociedade. Nesse contexto,

a obra do professor Rocha (2018) entoa vozes dos sujeitos invisibilizados que tiveram suas histórias silenciadas, para além disso, a maioria desses sujeitos ficaram à margem da riqueza produzida pela economia mineradora e tiveram que enfrentar muitas barreiras para permanecerem na cidade.

Assim sendo, para se pensar na história do município de Parauapebas, recorreremos ao passado para tentar compreender a história vivenciada no presente, considerando que tais conceitos – passado e presente – são categorias utilizadas como análise historiográficas e devem estar sempre num movimento dialógico no ofício do historiador, o qual pode propor reflexões e compreensões sobre as ações do presente com retrovisor do passado, não para repeti-lo, mas para buscar referências. Nessa perspectiva da relação com o passado de uma sociedade, o historiador Marc Bloch (2001, p. 65) enfatiza que “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente”. Para que essa compreensão aconteça, é imprescindível que o historiador estabeleça um diálogo entre o passado e o presente em suas análises.

Nesse interim, Hobsbawm (2012), nos seus estudos “Sobre História” faz a seguinte indagação:

Como escrever a história da sociedade? Não me é possível produzir aqui uma definição ou modelo do que queremos dizer com sociedade, ou mesmo uma lista de checagem do que queremos saber sobre sua história. Mesmo que, não sei o quanto seria proveitoso. Porém, pode ser útil apresentar um pequeno e diversificado sortimento de placas de direção ou advertência o trânsito futuro (Hobsbawm, 2012, p. 117).

Segundo Hobsbawm (2012), ao tentar escrever a história da sociedade, não podemos definir ou traçar um modelo, ou criar lista de temas que almejamos saber dessa história, mas certamente o mínimo que o historiador deixará com sua escrita são placas que possam dar direção e avisos para o futuro.

Nesse sentido, em se tratando da história social de Parauapebas, esses apontamentos não representam a totalidade da história e nem um modelo específico, tendo em vista que existem outros aspectos importantes como saberes produzidos por essa sociedade, como a política, a economia, a cultura, a religião, a natureza etc., que certamente não caberiam neste trabalho. Todavia, no que tange à questão social, acreditamos deixar algumas placas para o trânsito futuro.

No que se refere ao título deste tópico “Parauapebas: rio de águas rasas”, esclarecemos que o significado do nome vem de origem indígena tupi, e que representa baixa profundidade. Sabe-se que o Rio Parauapebas que tem uma extensão de 286,25 km de comprimento, é conhecido popularmente como “sebozinho”, pelos maus tratos que vem sofrendo com a degradação.

Com relação aos danos que o Rio Parauapebas sofre ao longo de sua existência, o site “Pebinha de açúcar” fez uma publicação intitulada “Rio Parauapebas é vítima de conspiração socioambiental”, noticiada no dia 16/05/2013, e aponta que o francês Henri Coudreau, geógrafo e historiador, explorou o Rio Parauapebas já no final do século XIX. Quanto a esse fato, a reportagem destaca que:

A admiração de Henri Coudreau pelo Rio Parauapebas transformou-se, 115 anos depois, no contemplar de estragos causados pela sanha da fronteira agrícola e da mineração; pelo descaso das autoridades competentes no tocante a saneamento básico; e pela irresponsabilidade humana individual, que é consorciada a todo o processo. O Parauapebas está criticamente em perigo.

A fronteira agrícola e a mineração têm contribuído para o assoreamento pontual do rio, que tem perdido profundidade. A falta de saneamento básico na sexta maior cidade paraense faz com que resíduos sólidos e efluentes sejam despejados, sem qualquer pudor, nas suas margens. E a população – que frequentemente se vale do rio para se refrescar em momentos de lazer – não se preocupa em fazer sua parte, fiscalizando e evitando atirar lixo no curso d’água. Ela, por vezes, é a primeira a fazê-lo (Portal Pebinha de Açúcar, 2013).

De acordo com a reportagem, o Rio Parauapebas está em perigo, pelos danos ambientais a que é submetido, seja advindo da atividade agrícola, seja da atividade mineradora que o afetam com seus dejetos, bem como pela falta de conscientização da população que despeja lixo no rio, provocando impactos nocivos para a sobrevivência do rio.

Diante da degradação do Rio Parauapebas, ele fica a cada dia mais raso, comprometendo todo seu eco sistema que atinge também as populações que dependem dele para sobreviver, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas.

Nesse sentido, tais denúncias que foram feitas em 2013 nesse site, apontam que o poder público estava omissa a essas questões, sem promover políticas públicas que protegessem o rio as quais, objetivassem educar os indivíduos à uma consciência ambiental para interferirem de modo positivo para mudar, pelo menos, paulatinamente, a realidade atual da degradação do referido rio.

CAPÍTULO 2 - MONUMENTO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Neste capítulo, faremos uma breve abordagem sobre os conceitos que estão presentes na discussão sobre monumento público, tendo em vista que tais definições são de suma importância para o campo historiográfico. Inicialmente, discorreremos sobre os conceitos de memória, monumento e identidade, seguido das discussões sobre o conceito decolonial, com análise de alguns monumentos fora do eixo dos grandes centros, os quais podem ser pensados no campo educativo como uma perspectiva decolonial.

2.1 Uma breve discussão teórica

Refletindo sobre o processo histórico, observa-se que os monumentos sempre estiveram presentes nas sociedades como representação que expressa o poderio daqueles governantes que foram considerados heróis, assim valorizando sempre seus feitos e realizações históricas com o intuito de perpetuá-los na memória coletiva às futuras gerações.

Nesse sentido, percebe-se que vários povos antigos eternizaram suas histórias homenageando personagens importantes e fatos históricos que elevaram suas sociedades, a partir dos monumentos públicos, a exemplos dos povos da Antiguidade Clássica, os quais sustentaram suas memórias históricas, entre outros aspectos, por meio das edificações e produção de elementos escultóricos que, em grande parte, resistiram ao tempo, bem como às ações humanas nocivas.

Em decorrência disso, no entanto, muito dessa cultura material traduzida em elementos escultóricos cumpriram um papel relevante para a humanidade como marcos memoriais coletivos, imponentes que chegam ao conhecimento dos indivíduos da atualidade para esses possam contemplar e refletir sobre eles.

Para fins de conceituação, é relevante destacar que, ao abordamos temas relacionados aos monumentos, dado que o objeto desta pesquisa é sobre um monumento da cidade de Parauapebas-PA, precisamos antes, discutir sobre a compreensão de algumas categorias que são objetos de análise do campo historiográfico, com os conceitos de memória e de identidade, tendo em vista que

essas categorias estão diretamente relacionadas com a perspectiva do monumento público como documento histórico.

Dessa forma, tais definições precisam ser compreendidas a partir de pressupostos baseados na cientificidade, pois todo conceito deve estar amparado em estudos científicos para manter o *status* de um estudo confiável e reconhecido à luz da ciência. Posto que, tanto a memória, quanto a identidade são termos importantes à construção do saber histórico, principalmente daqueles que estão ausentes da historiografia oficial. Por isso, vários historiadores se debruçam em pesquisas para compreender o conceito de memória e identidade e habilitá-los ao campo de pesquisa das ciências humanas.

Nesse prisma, o historiador francês Jacques Le Goff (2013), em sua obra “História & Memória”, discorre entre outros temas, sobre a memória e evidenciar que esse conceito é de difícil definição por se tratar de um objeto de estudo muito abrangente, com uma gama de autores das diversas áreas do conhecimento, sob diferentes perspectivas, permitindo assim haver várias interpretações relativas ao tema, justamente por pertencer a um sentido da faculdade humana, entretanto, na concepção do autor,

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, 2013, p. 387).

Segundo o autor em discussão, a memória, por abranger concepções psíquicas, requer um olhar cuidadoso para sua análise, visto que é possível vislumbrá-la a partir de um diálogo interdisciplinar entre as ciências que tratam dessa questão, sendo a principal a psiquiatria. Já a história, em diálogo com essas ciências, possibilita ao historiador um mecanismo teórico-metodológico para analisar a narrativa e compreender um evento através da memória.

Outro aspecto importante nesse debate sobre a memória apontada por Le Goff, (2013) é o fato de que ela pode ser entendida a partir de duas perspectivas: a primeira vislumbra a memória individual como expressão das lembranças vivenciadas por uma pessoa, e diz respeito ao seu cotidiano, suas comemorações etc., e a segunda refere-se à memória coletiva como expressão de um grupo, de uma comunidade ou sociedade. Contudo ambas estão interligadas, principalmente quando se trata da reconstrução dos saberes históricos.

Nesse interim, o autor afirma que

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (Le Goff, 2013, p. 435).

Le Goff (2013) ressalta a memória como uma conquista, sem esquecer que ela pode ser usada como instrumento de poder. Observa-se nessa perspectiva que a memória, sobretudo a coletiva, tornou-se objeto de estudo para os historiadores, onde os fatos históricos que foram excluídos da historiografia oficial podem ser remontados através das lembranças conservadas pelos indivíduos para recuperar o passado.

A história, com o rigor científico que a ampara, vale-se da memória como objeto de estudo para reconstruir um passado que foi invisibilizado no presente, por outro lado, os indivíduos recorrem às suas memórias como demonstração de poder para escolher o que se deve lembrar para reconstrução do passado, ou podem também, dependendo dessa memória, esquecê-la.

Destaca-se que é preciso estabelecer também a relação e diferenciação entre memória e história, tendo em vista que os dois conceitos são utilizados na pesquisa dentro da historiográfico, porém são distintos. No que diz respeito a essas definições, o historiador Pierre Nora (1993), em seu livro “ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares”, discute, entre outros temas, uma perspectiva a essas distinções:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência de que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivo no presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confrontam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensíveis a todas as interferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico (Nora, 1993, p. 9).

Segundo Nora (1993), o papel da memória e o da história expressam sentidos diferentes, uma vez que a memória está sempre sujeita a mudanças e a interferências externas, pertence a grupos vivos e é sujeita à lembrança ou ao esquecimento; já a

história é a própria ciência, e está amparada por um conjunto de teorias e métodos, problematiza, contextualiza as questões inerentes à sociedade e aos indivíduos.

Ainda sobre o entendimento acerca do conceito de memória, Michel Pollak (1989), na obra “MEMÓRIA, ESQUECIMENTO, SILÊNCIO”, discute sobre os vários elementos que compõem uma memória social. O autor enfatiza que:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra. como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas. aldeias. regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (Pollak, 1989, p. 9).

Percebe-se que Pollak (1989) pensa na definição de memória coletiva, a partir de uma operação coletiva, a qual engloba vários elementos que a constitui, haja vista que a memória se vale das paisagens, dos monumentos, das datas, das tradições, dos personagens históricos, das músicas e da culinária, para rememorar fatos ocorridos importantes em uma sociedade.

Compreende-se que, na concepção de Pollak (1989), “a memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes” (p.4). Assim sendo, acredita-se que é nesse cenário que o Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas se enquadra nessa disputa de narrativa de uma memória que se pretendeu perpetuar na mentalidade das futuras gerações, ou quiçá, relegá-la ao completo esquecimento.

Por outro lado, o autor discute que essas nuances da memória podem também levar ao silenciamento e aos esquecimentos dos fatos, considerando que ela gira em dois eixos, individual e coletiva, principalmente quando se trata de experiências traumáticas que causam sofrimento no sujeito ao lembrar de algo que lhe trouxe dor.

Pollak (1989) argumenta que as lembranças dos horrores vivenciados pelos judeus nos campos de concentrações durante a Segunda Guerra Mundial foram traumáticas e que, ao recorrer à memória para lembrar tal momento, o sujeito acaba sentindo um certo sofrimento. Nessa perspectiva, ele aponta que “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma

sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (p. 5), ou seja, silenciar nem sempre significa esquecimento, mas sim, resistência.

Outro estudo importante que também embasa este trabalho sobre um monumento da cidade de Parauapebas-Pa, e se relaciona com a compreensão da memória, é a do sociólogo francês Maurice Halbwachs (2004), quando em seu livro “Memória Coletiva” discorre sobre as nuances das lembranças apresentadas pelos indivíduos. Ao tratar dessas questões, ele afirma que “fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora as circunstâncias nos permaneçam obscuras” (p. 25).

Nessa perspectiva, Halbwachs (2004) afirma que

Acreditamos, todavia que haja, para as lembranças, duas maneiras de organizar que possam ora se agrupar em torno de uma pessoa definida, que as considere do seu ponto de vista, ora distribui-se no interior da sociedade grande ou pequena de que elas são outras tantas imagens parciais. Haveria então memórias individuais, e se o quisermos, memórias coletivas. Em outros termos, o indivíduo participaria de duas espécies de memória. Mas, conforme participe de uma ou de outra, adotaria atitudes muito diferentes e mesmo contrárias. De um lado, é no quadro da sua personalidade, ou de sua vida pessoal, que viriam tomar o lugar de suas lembranças: aquelas que lhes são comuns com outras não seriam consideradas por ele, a não ser sob o aspecto que lhe interessa na medida em que ele se distingue delas. De outra parte, ele seria capaz, em algum momento, de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter as lembranças interpessoais, na medida que interessa ao grupo (Halbwachs, 2004, p. 55).

O autor explica no excerto acima que o indivíduo é capaz de ter duas memórias. A individual quando expressa lembranças da sua vida pessoal; e a coletiva, quando essas lembranças estão relacionadas ao grupo ao qual ele pertence. No entanto, a memória coletiva pode mudar os acontecimentos e modificar o grupo, bem como deixar marcas no lugar, num movimento dialógico que atende aos interesses dos membros do grupo.

É nessa discussão da memória coletiva concebida por Maurice Halbwachs (2004) que a primeira versão do Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas se enquadra, uma vez que ele não teve uma receptividade por parte de um grupo como se esperava, e foi destruído por talvez não representar a memória coletiva em que os membros daquele grupo de populares almejavam. A memória coletiva nesse caso esteve em disputa daquilo que se prendeu deixar como registro para as futuras gerações.

Enfatiza-se que se busca nesta dissertação percorrer um caminho amparado nos pressupostos epistemológicos onde a memória tem sua narrativa na dualidade “lembrar” ou esquecer” para eternizar ou não fatos históricos da sociedade parauapebense. Definir tal narrativa nos parece, a priori, não ser de interesse do poder público sobre a derrubada da primeira versão dos elementos escultóricos que compunham monumento em homenagem às mulheres, uma trama histórica obscura que ficou, grosso modo, sem registro oficial, invisibilizando um estudo sobre o tema mais aprofundado.

Nesse sentido, na medida do possível, será preciso valer-se das memórias de alguns indivíduos que vivenciaram a trama histórica em torno do referido objeto de estudo, para que se reconstrua um passado que foi invisibilizado no presente, tema este que abordaremos ao final deste capítulo.

No que se refere ao conceito de identidade, ressalta-se que ela é um termo de difícil definição, assim como ocorre com o conceito de memória, considerando que ele é objeto de discussão de diversas ciências. Por isso, o debate sobre o tema é de entendimento um tanto quanto complexo, já que o conceito se torna muito amplo.

Contudo, abordaremos, mesmo que sucintamente, os estudos realizados por dois autores que são referências sobre o tema, a saber: Joël Candau (2021) antropólogo e sociólogo da Universidade de Nice-Sophia, na França e Stuart Hall (2006), britânico-jamaicano, sociólogo e estudioso da noção de identidade e da teoria cultural, os quais traçam abordagem sobre o conceito de identidade.

Nesse sentido, a discussão sobre o conceito de “identidade” tem mobilizado os estudos de Joël de Candau (2021) que, ao tratar do tema em sua obra, enfatiza que

No caso da identidade, a tentativa de depuração conceitual é mais difícil. No que se refere ao indivíduo, identidade pode ser um estado-resultante, por exemplo, de uma instância administrativa: meu documento de identidade estabelece minha altura, minha idade, meu endereço etc.—, uma representação – eu tenho uma ideia – e um conceito, o de identidade individual, muito utilizado nas Ciências Sociais (Candau, 2021, p. 25).

De acordo com o autor, existe uma dificuldade para conceituar a noção de identidade, porém ele aponta uma perspectiva para o termo, como por exemplo, as informações mais elementares de um sujeito, identidade que pode estar relacionada ao documento de identificação.

Candau (2021) ainda sinaliza que esse conceito de identidade um pouco mais individualizado é muito empregado nas diversas áreas das ciências sociais, considerando que o indivíduo é um ser social, é estar presente nessas análises para que possamos compreender os eventos humanos, bem como os sociais ocorridos em uma sociedade.

Ao tratar das noções de identidade, memória e patrimônio, o autor destaca que:

Se a identidade, memória e patrimônio são “as três palavras-chaves da consciência contemporânea” – poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitirmos que o patrimônio é uma dimensão da memória -, e a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível fundamental quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade (Candau, 2021, p. 17).

Conforme aponta Candau (2021), o conceito de identidade, memória e patrimônio são indissociáveis, haja vista que os fenômenos sociais evidenciados em uma sociedade precisam desses três termos conexos e dialógicos para que a memória fortaleça a própria identidade. Já o conceito de patrimônio engendra-se na memória e na identidade para fomentar no indivíduo um sentimento de pertencimento à comunidade onde vive.

Nesse passeio teórico sobre o conceito de identidade, Stuart Hall (2006) aborda em sua obra “Identidade cultural da pós-modernidade” a noção de identidade através do viés cultural, pois ao refletir sobre o tema, contribui para que possamos compreender o conceito. Ao iniciar o debate, o autor concebe o conceito de identidade numa perspectiva pluralista ao afirmar que:

[...] o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (Hall, 2006, p.13).

Para Hall (2006), o indivíduo ao longo de sua existência, e em variados espaços, apresenta identidade diversas, à medida em que tal identidade é deslocada continuamente e, por isso, dentro de cada pessoa existem identidades contraditórias, considerando que pesar numa identidade coerente é fantasioso.

Nesse contexto, o sujeito sociológico, para Hall (2006), possui uma concepção interativa da identidade, do eu, (eu e a sociedade), preenchendo os espaços entre o interior e o exterior, ou seja, desenvolve a identidade na relação mundo pessoal e público. A partir dessa perspectiva, a identidade “costura” o indivíduo à estrutura da sociedade, interagindo com os símbolos.

As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em exterior, em abjeto. Toda identidade tem, à sua margem, um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta” – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado (Hall, 2006, p.110).

Na pós-modernidade, Hall (2006) destaca que o sujeito é composto de várias identidades e estas, por seu turno, são contraditórias, haja vista que a identidade passa a ser “celebração móvel” e o sujeito assume identidades distintas em momentos diferentes de sua vida. Nessa concepção, o autor enfatiza que a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia, ou seja, esse tipo de identidade muda de acordo com o espaço e contextos em que a pessoa está inserida, assim sendo, o autor frisa que:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada" (Hall, 2006, p. 38).

Decerto, a fragilidade da nossa identidade apontada por Hall (2006) como “sempre incompleta” é resultado também do processo de globalização que vislumbra o sujeito como pertencente ao mundo e tenta submergir a identidade nacional, regional e local, a partir das “trocas” culturais de grandes massas, levando os indivíduos a uma crise de identidade.

Diante dessa discussão, percebe-se que o conceito de identidade passa por uma trajetória histórica que precisa ser levada em consideração, pois o termo é importante para esta pesquisa que busca entender a trama histórica em torno de um monumento da cidade de Parauapebas e está diretamente relacionada com a questão do patrimônio cultural e com a noção de identidade de alguns indivíduos que estarão envolvidos neste trabalho, com suas narrativas baseadas na memória.

Retomando a questão do entendimento acerca do monumento enquanto documento histórico, enfatiza-se que esse elemento arquitetônico tem sido fonte de inspiração para perpetuar grandes fatos e vultos históricos; no entanto, seu uso intensificou-se a partir da segunda década do século XX, com a criação da Escola dos Annales no ano de 1929 pelos historiadores franceses Lucien Febvre e Marc Bloch, seus fundadores.

Esses novos objetos de estudos para a história foram possíveis por serem pensados por Febvre e Bloch, no bojo da Escola dos Annales, promovendo a possibilidade do diálogo interdisciplinar com outras ciências, a exemplos da geografia, da antropologia, da sociologia etc. É um novo paradigma para as pesquisas históricas, dando lugar, vez e voz aos sujeitos invisibilizados e aos fatos que até então estavam à margem da historiografia oficial, posto que anteriormente a essa revolução documental, apenas a conotação política e econômica era abordada.

Quanto ao conceito de monumento, como todo termo, acaba sofrendo influências da sociedade e, a cada período histórico, os sujeitos concebem entendimento diferenciado, uma vez que o mundo passa por transformações, as quais refletem na mentalidade humana, e o que gerações passadas compreendiam de determinados conceitos diferencia-se, grosso modo, nas gerações atuais, entretanto aqui optamos pela definição de monumento na perspectiva dos estudos realizados pelo historiador francês Le Goff (2013), pertencente à terceira geração da Escola dos Annales, que define monumento como:

A palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atende às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos (Le Goff, 2013, p. 486).

O trecho expressa o pensamento de Le Goff (2013) sobre o conceito de monumento, sua origem de raiz etimológica latina e que, em síntese, intenciona fazer lembrar algo que pode elevar historicamente uma sociedade. Em outra linha de pensamento, o autor aponta que existem ao longo do tempo alguns consensos sobre os monumentos, pois eles teriam, além da riqueza arquitetônica a função de perpetuar as lembranças do passado, para cultivar nos cidadãos sentimentos de pertencimento a um povo heroico, valente e, portanto, vitorioso.

Nota-se também que a noção de documento é uma preocupação nos estudos de Le Goff (2013) e, na sua perspectiva, entende o documento como uma escolha deliberada do historiador, fontes históricas que esse profissional lança mão para realizar seus trabalhos de pesquisas. Em seu debate sobre a origem do documento, o autor mostra a evolução do significado, ao remontar ao século XVII, período em que os corpos documentais começaram a ser questionados; tal crítica torna-se importante mecanismo à verificação da veracidade dos documentos.

Vejam os a afirmação do autor sobre documento na citação abaixo:

O termo latino *documentum*, derivado de *docere*, “ensinar”, evoluir para o significado de “prova” é amplamente usado no novo vocabulário Legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents*, e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas no início do século XIX. O significado de “papel justificativo”, especialmente de domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem da evolução do termo. O documento que, para a escola positivista no final do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como testemunho escrito (Le Goff, 2013, p 486).

No que se refere aos monumentos, o autor evidencia que eles existem há tempo nas sociedades passadas, destaca como tal prática o exemplo da Roma Antiga, devido ao interesse em criar marcos históricos de grandes expressões com o objetivo de deixá-los para o futuro como uma lembrança do passado que pudesse traduzir uma interpretação ou uma celebração naquela sociedade.

Revisitando a obra de Pesavento (2007), intitulada “Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias”, texto publicado na Revista brasileira de História, volume 27, número 53, é oportuno abordar sua análise sobre a cidade, haja vista que este trabalho tem como marco espacial a cidade de Parauapebas, que se enquadra perfeitamente no discurso da autora, quando ela destaca a importância de uma cidade e sua relação como os vários aspectos da vida humana, ao afirmar que

A cidade é concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do “habitar”, e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do “humano”: cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é indispensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado nas relações sociais (Pesavento, 2007, p. 14).

Segundo o excerto, a cidade apresenta uma mistura de funcionalidade estabelecendo uma relação social para a sociedade, o que é salutar, porém sabemos que, quando se trata de mentalidade humana, é provável que os conflitos surjam, contudo, em seu texto, a autora demonstra como a cidade é “objeto de muitos discursos” (p. 19), de diversas áreas do conhecimentos, ou seja, dos estudos da história ao jurídico, ela é sempre palco de discussões e interpretações que, infelizmente, não são tão abrangentes, pois sempre haverá uma situação específica para ser pesquisada.

2.2 Monumentos na concepção decolonial

Pensar na perspectiva da decolonialidade é refletir sobre a história do ponto de vista dos excluídos, dos silenciados, dos que ficaram e, infelizmente, ainda estão, à margem da sociedade, como os povos originários, os povos afrodescendentes, mulheres, comunidades LGBTQIA+, pessoas portadoras de deficiências, entre outros sujeitos que venham a ser alvo da invisibilidade imposta na sociedade atual.

Sendo assim, os autores da decolonialidade sustentam vários conceitos em seus estudos para defender a referida concepção. Esses estudos fazem críticas contundentemente às bases da estrutura de poder que ampararam o movimento colonialista que se estabeleceu em direção à América Latina. Um desses conceitos presentes nessa discussão dos autores que defendem a decolonialidade é o de dominação, ou seja, relaciona-se à dominação do território, da mente e da cultura dos povos colonizados.

Ressalta-se, ainda, que não se intenciona neste texto traçar discussões no entorno da visão decolonial, considerando que é tema muito complexo e um debate muito extenso e que envolve questões epistemológicas profundas e diversas, pois não é o objetivo desta pesquisa. Todavia, é relevante entendermos da perspectiva decolonial o conceito de dominação, tendo em vista que ele está inserido nos estudos decoloniais, para demonstrar a superioridade dos colonizadores, suscitando práticas pedagógicas.

É oportuno ressaltar que os estudos sobre a concepção decolonial se estabeleceram no final do século XX e é pauta de pesquisas acadêmicas, principalmente de autores latino-americanos que lançam acirradas críticas sobre o

pensamento colonialista na produção do conhecimento e que, grosso modo, ainda domina o cenário educativo.

Nesse contexto, os estudiosos da concepção decolonial traçam discussões sobre a possibilidade de buscar outros saberes históricos e educacionais que fujam da lógica colonialista, a exemplo de Aníbal Quijano (2014)⁵⁸ e Catherine Walsh (2017)⁵⁹, os quais fazem uma crítica ao pensamento hegemônico eurocêntrico da visão histórica e dos saberes escolares vigentes nas sociedades dos países da América Latina.

É nessa esteira que este trabalho opta pela abordagem dos monumentos na concepção da decolonialidade, haja vista que é um conceito atual e proposto por vários pesquisadores que, entre outros temas, fazem críticas aos conteúdos curriculares que abarcam as ideias colonialistas. Por isso, entende-se que tais práticas reverberam as marcas da centralidade do pensamento eurocêntrico, em detrimento às culturas de povos que tiveram suas histórias invisibilizadas.

Nessa discussão sobre a perspectiva da decolonialidade, no campo da educação, Catherine Walsh (2017) destaca-se por vislumbrar uma pedagogia na concepção decolonial, haja vista que ela tece críticas à matriz do pensamento hegemônico europeu no campo educacional.

A autora defende uma educação ancorada num currículo intercultural, visando a possibilidade de descortinar atores históricos de identidades socioculturais distintas para subsidiar uma prática educativa libertadora, isso fica bem nítido quando ela afirma que

As pedagogias pensadas assim não são externas às realidades, subjetividades e histórias vividas dos povos e da gente, mas parte integral de seus combates e perseveranças ou persistências, de suas lutas de conscientização, afirmação e desalienação, e de suas lutas - ante à negação de sua humanidade - de si e fazer-se humano. É neste sentido e frente a estas condições e possibilidades vividas que proponho o enlace do pedagógico e do decolonial (Walsh, 2017, p. 31).

Walsh (2017) compreende que os processos educativos não podem ser realizados longe da realidade dos aprendentes, uma vez que essa educação deve

⁵⁸ O sociólogo peruano Aníbal Quijano, membro-fundador do grupo Modernidade/Colonialidade — M/C, foi um dos principais pesquisadores do pensamento decolonial. Ao longo de seus 90 anos de idade, tornou-se referência das ciências sociais latino-americanas pela conceituação de colonialidade do poder (Fonte: <https://www.ihu.unisinos.br/> - Acesso em 20/11/2023 – às 19:00h).

⁵⁹ Catherine Walsh é conhecida como pedagoga da decolonialidade.

formar também para o engajamento social, visando, entre outras questões, a conscientização desses indivíduos para que saiam da alienação.

Nesse sentido, a perspectiva decolonialista visa uma educação profundamente transformadora na qual a ética e a política precisam estar articuladas de tal modo que elucide o reconhecimento das diferenças culturais, para combater, sobretudo, a intolerância, bem como para se promover a inclusão de indivíduos que historicamente ficaram à margem da sociedade.

Assim sendo, Walsh (2017) concebe a educação invertendo a lógica colonialista da cultura hegemônica, que colocou os povos dominados em condição de subalternidade, considerando que esses sujeitos foram destituídos dos seus saberes, fato que atualmente desemboca em desigualdade social.

Com base na decolonialidade, ilustraremos aqui alguns monumentos que estão inseridos em espaços públicos de algumas cidades que estão além dos grandes centros urbanos e que não têm muita visibilidade, por simbolizarem representações de cidadãos comuns ou fatos históricos considerados periféricos.

Pois isso, acreditamos que esses monumentos públicos dialogam com a perspectiva decolonial da história e na área educacional, considerando que eles, sendo abordados em sala de aula da educação básica, podem subsidiar propostas pedagógicas exitosas, também na perspectiva da educação patrimonial.

Ressalta-se que, apesar de haver um movimento de revisionismo histórico com relação aos monumentos públicos que consagraram os grandes personagens e eventos da historiografia tradicional, particularmente não corroboramos com a ideia de destruição dos monumentos públicos, haja vista que eles representam o passado de uma determinada sociedade e são reconhecidos culturalmente, além de entendermos que os atos de depredação e, em última instância, de destruição de um patrimônio público devem ser tratados com o rigor que a lei requer.

De certa forma, esses monumentos foram escolhidos como uma representação simbólica de um povo, de suas memórias, para elevar alguns sujeitos históricos, os quais resistem às marcas do tempo e da ação nociva dos homens e continuam fixados em suas cidades, passando geralmente por preservações e manutenções dos seus elementos escultóricos, contribuindo para que o conhecimento histórico-cultural incutido neles perpassasse para as futuras gerações.

Ressalta-se que, mesmo pensando na concepção decolonial, percebe-se que é inevitável fazermos referências aos monumentos como patrimônio histórico-cultural

das sociedades clássicas, tendo em mente que elas deixaram um legado valioso para a humanidade, o qual não podemos menosprezar. Entretanto, neste trabalho, para além dessas referências, prima-se por uma visão decolonial dos elementos arquitetônicos, pois os monumentos clássicos que estão fixados nas diversas cidades em territórios regionais, nacionais e internacionais, grosso modo, representam uma expressão de uma cultura eurocêntrica, e seus elementos escultóricos baseiam-se na história da lógica colonialista.

Dito isso, enfatizamos que não ilustraremos as imagens referentes aos monumentos das sociedades da Antiguidade Clássica, pois seguiremos com a lógica dos monumentos históricos numa perspectiva decolonial, por focar seus estudos na história invisibilizada dos povos que foram excluídos e que tiveram suas vozes silenciadas durante muito tempo pela da historiografia oficial.

Recuperando o nosso papel de historiador nesse processo do tempo passado e as escolhas que a sociedade faz para lembrá-lo por meio da memória coletiva, o pensamento de Eric Hobsbawm (2013) é oportuno para compreensão desta pesquisa sobre a noção de tempo, quando ele discorre na obra “Sobre História”, acerca do sentido do passado, da seguinte maneira:

Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um comportamento inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformação (Hobsbawm, 2013, p. 25).

O sentido do passado na perspectiva de Eric Hobsbawm (2013) é imprescindível para compreensão da história, pois podemos até não o aceitar, mas não se pode ignorá-lo, visto que ele carrega nuances de uma época, de uma sociedade e isso, segundo o autor, na maioria das vezes, torna-se padrão para o entendimento do presente.

Nesse sentido, quando nos reportamos à história expressa a partir dos monumentos, é oportuno o que Le Goff, (2013, p. 486) afirma: “o monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)”, ou seja, não podemos nos colocar na posição de juízes para julgar se as escolhas foram certas ou erradas, apenas analisamos do ponto de vista histórico os conflitos que as cercam para

perceber os interesses que estavam presentes naquele evento histórico ou na opção por um monumento como patrimônio cultural que represente um determinado grupo social.

Como já foi enfatizamos, as sociedades da Antiguidade Clássica deixam um legado impressionante para toda a humanidade, nas artes, na literatura, na arquitetura etc. Esse legado inspirou quase todas as sociedades, pois tais obras geralmente são tomadas como modelo para a criação de outros elementos monumentais; por isso, observa-se entre as várias construções na Roma Antiga, o Arco de Constantino, construído no ano 315, com finalidade de homenagear o imperador pela vitória de Constantino I na batalha da Ponte Mílvia, em 312; o obelisco fixado na praça de São Pedro em Roma, que possui uma trajetória que remonta ao século XIII a.C, e foi construído no Egito Antigo, transportado para Roma desde a Idade Média sofreu diversas destruições e reconstruções, sendo importante à história daquela sociedade e também para o mundo.

Percebe-se que os personagens mais retratados nessa perspectiva foram os imperadores, como marcos Úlpio Trajano que governou de 98 a 117 da Era Cristã; sua gestão foi considerada um período de esplendor, haja vista que, nesse recorte histórico, o Império Romano vivenciava o apogeu de suas conquistas territoriais que resultou em ampliação do território e em grande prosperidade.

Essas observações ilustram bem como os romanos pensaram eternizar sua história, e isso foi importante para que esses monumentos chegassem ao nosso conhecimento nos dias atuais; porém, refletindo sobre a concepção da influência do passado no presente, Hobsbawm (2013) sinaliza que “é evidente que o presente não é, nem pode ser, uma cópia-carbono do passado” (p. 47), tendo em vista que devemos levantar questionamento do presente, problematizá-lo, para construirmos novos contrapontos históricos, mesmo que em algum momento, precisamos lançar um olhar sutilmente ao passado.

Destaca-se que, como historiadora e professora de ofício⁶⁰, com uma visão crítica, principalmente do meu fazer pedagógico, posiciono-me na concepção

⁶⁰ A expressão “historiadora e professora de ofício” somente foi assimilado por mim a partir dos esclarecimentos do meu orientador Prof. Dr. Daniel Brasil Justi- Unifesspa, pois em sala de aula, nunca me senti historiadora e sim professora de história, uma vez que, além da pesquisa de conclusão de curso da graduação, não segui o caminho da pesquisa, dado o contexto de ser docente da escola pública e suas complexidades. No entanto, a experiência de estar na Pós-graduação do Mestrado Profissional do programa ProfHistória tem sido uma experiência inovadora e rica em conhecimentos.

decolonialista, considerando que o espaço onde atuo na escola pública é permeado de um currículo escolar de predominância eurocêntrica, o que reforça, grosso modo, visões deturbadadas da história, gerando estereótipos, discriminações e preconceitos, atingindo muitos estudantes que tiveram as histórias dos seus antepassados invisibilizadas.

Para reforçar minha postura como professora no ensino de história, sigo na esteira progressista da educação, anoro-me na perspectiva de Paulo Freire (2019) que, em sua obra “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática pedagógica”, discute questões imprescindíveis à prática docente enfatizando que:

É o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com quem dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas sou sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar (Freire, 2019, p 75).

De acordo com a perspectiva de Freire (2019), exposta no excerto, o educador deve perceber o saber histórico, ou seja, ensinar como forma de transformar a realidade dos estudantes. Assim, Freire (2019) aconselha que os professores não podem ficar inertes diante das problemáticas que chegam até a escola através dos nossos alunos e não aplicar uma ação pedagógica impactante.

Com o diálogo das perspectivas propostas por Paulo Freire (2019) e Walsh (2014), observaremos a seguir as imagens de dois monumentos públicos que encontram-se no continente africano e um na América Latina para refletirmos sobre suas importâncias documentais para tais sociedades e suas representações culturais em forma de esculturas, a partir da história dos africanos, suas lutas por emancipação e libertação e respeito, haja vista que esses monumentos podem fomentar ações docentes para o ensino de história relacionado à educação patrimonial.

Vale lembrar que o ensino de história deve inserir no currículo, respaldado pela Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio do país.

Embora as questões relacionadas aos negros não estejam em pauta na discussão desta dissertação, sabemos que a abordagem desses monumentos pode

gerar um leque de possibilidade de aplicações pedagógicas inovadoras e insurgentes que possam sinalizar outros paradigmas educativos (Candau, 2011).

O primeiro monumento que apresentaremos está fixado na cidade de Dacar, na República do Senegal⁶¹, possui um simbolismo bem característico da cultura africana e homenageia a independência do país em 1960, tendo com líder desse processo o escritor Léopold Senghor, o qual tornou-se o primeiro presidente.

Ressalta-se que Dacar é uma das cidades históricas de Senegal e foi fundada pelos franceses, em 1857, fruto do processo de dominação do continente africano pelas nações europeias, sob a perspectiva do Imperialismo do século XIX, quando a região foi partilhada pelos europeus.

Nessa dominação Imperialista, os africanos sofreram grandes agressões, tiveram suas terras dominadas, os recursos naturais que existiam nessa região foram saqueados em prol do enriquecimento dos invasores, ou seja, as nações potentes da Europa do século XIX.

Para além dessas questões, os negros foram alvos dos europeus no projeto escravizador que os colocou numa condição subumana de trabalhos forçados, falta de alimentação, moradia inadequada e prática de castigos cruéis, levando grande parte dessa população à morte.

Todo esse projeto de dominação europeia na África produziu, entre outros, prejuízos à dignidade humana dos negros e, conseqüentemente, aos seus descendentes, gerando estereótipos, preconceitos e discriminações. Tudo lhes foi negado, porém, na segunda metade do século XX, os povos africanos lutaram para conquistar sua emancipação territorial, política e econômica. A imagem a seguir é uma alusão a uma dessas conquistas:

⁶¹ República do Senegal está localizado no litoral atlântico da África Ocidental. O país é conhecido pelo importante papel diplomático regional nos âmbitos políticos e econômico. No que diz respeito ao processo de escravidão no Brasil onde os africanos foram sequestrados de seus territórios para serem escravizados, a maior parte enviado para a Bahia pertenciam à costa leste/oeste da África onde está situado hoje Senegal. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63590567>.

Imagem 18 - Monumento da Renascença Africana, em Dacar, Senegal



Fonte: Santana, 2020.

Vejamos a descrição do referido monumento:

Com 49 metros de altura, este é um dos mais visitados na África. Foi erguido para homenagear os 50 anos da independência do Senegal, em 2010. Maior que o Cristo Redentor (38 metros), custou 27 milhões de dólares e é um dos maiores monumentos do mundo, perdendo apenas para estátuas como o Buda Chinês e a Estátua da Liberdade. A obra africana de bronze foi desenhada pelo arquiteto senegalês Pierre Goudiaby, mas sua construção também gerou algumas controvérsias, muitos consideraram o custo da estátua um exagero em um país com muitas demandas importantes, já outros senegaleses apoiaram a empreitada, defendendo que ela simboliza a ascensão da África em meio “à intolerância e ao racismo” (Santana, 2020, online).

Nota-se que a expressão “Renascença Africana” é uma perspectiva que vislumbra resgatar a história e a trajetória do povo africano, visando valorizar sua luta e a capacidade que os africanos têm de construir o próprio caminho, por meio da educação, da economia, da política, da arte e da cientificidade, reverberando em desenvolvimento da região.

O termo foi proposto pelo antropólogo e historiador senegalês Cheikh Anta Diop, em 1946, quando ele propôs um renascimento da história e da cultura africana, haja vista que em suas origens, os africanos são protagonistas em várias criações, por isso, o autor sugere a recuperação do saber histórico dos africanos.

Enfatiza-se que a produção do monumento tem autoria de Pierry Goudiaby arquiteto senegalês, com formação em outras áreas e proprietário de empresas de construção e de tecnologia. Além de o artista ser bastante conhecido em sua cidade por estar envolvido com a política partidária de seu país, considerando que ele se lançou candidato a cargos eletivos em diversas ocasiões.

Vale lembrar que o Monumento da Renascença, fixado em uma das duas colinas que ficam aos arredores de Dacar, foi erguido em homenagem aos 50 anos da independência de Senegal do domínio francês e, depois de muita polêmica e atrasos na construção dos elementos escultóricos, foi inaugurado no dia 04 de abril de 2010.

Decerto que a construção do Monumento da Renascença Africana teve um custo financeiro muito elevado, o que gerou várias críticas em torno da obra. Vale ressaltar que o monumento apresenta elementos escultóricos de dimensão impressionante, num país onde a maioria da população vive em condições precárias e em condições de vulnerabilidade social.

Por outro lado, parte dos senegaleses concordam com o investimento financeiro aplicado na construção do Monumento da Renascença Africana, considerando que ele se tornou um ponto turístico de grande proporção e não ficou devendo para outros monumentos mundiais em termos de história, estética e beleza, o que gera emprego e renda com o alto número de turistas que visitam a cidade de Dacar, em Senegal.

O segundo monumento que trataremos foi construído em homenagem ao grande líder africano Nelson Mandela, por seu ativismo político em defesa dos negros que sofreram as agruras do sistema de segregação racial no seu país, política que foi imposta pelos indivíduos brancos da África do Sul.

Vejamos abaixo a imagem do monumento em homenagem a esse grande líder revolucionário Nelson Mandela, pela sua luta em favor do povo negro.

Imagem 19- Memorial Nelson Mandela, Howick, África do Sul



Fonte: Santana, 2020.

O artista sul-africano Marco Cianfanelli desenvolveu um memorial para reconhecer o aniversário de 50 anos do ativista, político e líder histórico da África do Sul, Nelson Mandela. O Monumento é composto de 50 colunas de aço com 9 metros de altura, ancoradas em concreto. As 50 colunas representam os 50 anos desde que Mandela foi preso político por se opor ao apartheid (Santana, 2020, online).

A imagem 19 ilustra o monumento é uma homenagem a Nelson Mandela⁶² pelo seu ativismo político e sua luta contra o apartheid⁶³, política de regime de segregação racial que vigorou de 1944 a 1990 e que consistia em que os negros fossem proibidos de adentrar em diversos dos espaços públicos, bem como de participar da vida política e econômica da sociedade sul-africana.

Pensar no apartheid não é somente pensar na questão racial e no racismo, tendo em vista que ele foi um sistema de segregação instaurado pelo poder público daquele período que atingiu todas as esferas no entorno do cidadão negro da África do Sul.

Nesse contexto, Nelson Mandela teve sua vida dedicada à luta contra o Apartheid, ativismo que se desenvolveu de forma clandestina, considerando que naquele período, os negros não tinham nenhum direito de viverem com dignidade e muito menos possuíam direitos políticos.

Mandela é um divisor de água na história dos direitos humanos e na democracia na África, pois não mediu esforços para lutar contra a fome, contra o racismo, contra a injustiça, passou trinta anos de sua vida encarcerado pelo seu ativismo pela causa que defendia, que todos os seres humanos são iguais independentemente da cor de sua pele, de sua cultura, de sua religião. Por sua trajetória, após ser libertado, elegeu-se presidente da África do Sul (1994-1999), sendo o primeiro negro a assumir a presidência do seu país. Ainda em 1993, recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

O local em que o monumento em homenagem a Nelson Mandela foi erguido na cidade de Howick, África do Sul, é um espaço de visita turística e está localizado em uma estrada rural, no exato lugar onde Mandela foi preso há 50 anos, por sua luta

⁶² Nelson Mandela (1918-2013) foi presidente da África do Sul. Foi líder do movimento contra o Apartheid – legislação que segregava os negros no país. Condenado em 1964 à prisão perpetua, pela sua oposição conta tal política, tendo sua libertação somente em 1990, após uma grande pressão internacional. Recebeu o “Prêmio Nobel da Paz”, em dezembro de 1993, por sua luta contra a segregação racial em seu país. Fonte: www.ebiografia.com – Acessado em 06/03/2023.

⁶³ O termo apartheid significa "separação" ou "identidade separada". Serviu para designar o regime político da África do Sul que, durante décadas, impôs a dominação da minoria branca (ou aristocracia branca) sobre grupos pertencentes a outras etnias, compostos em sua maioria por negros. Fonte: <https://educacao.uol.com.br/> - Acesso em 06/03/2023.

contra a dominação dos brancos e foi construído pelo artista Marco Cianfanelli⁶⁴, que explica o monumento como “a dinâmica adquirida na luta simbólica da captura de Mandela”.

Na perspectiva decolonial, apresentaremos o próximo monumento que se encontra em Curaçao, na América do Sul. Trata-se de três elementos escultóricos de pessoas escravizadas, sendo três homens representando Tula Rigaud, Louis Mercier, Bastian Karpata e Pedro Wakao, os quais estão quebrando as correntes, um ato que simboliza a revolta e a resistência contra o sistema escravista e o clamor pela independência do território.

Destaca-se que Curaçao faz parte das cinco ilhas das Antilhas Holandesas, na região Caribenha na América do Sul, que foram dissolvidas em 2010, tornando três dessas Estados autônomos com um novo sistema político-administrativo.

Vejamos a imagem do monumento em questão:

Imagem 20 – Monumento Desenkadená - Willemstad, Curaçao⁶⁵



Fonte: Santana, 2020.

O Monumento foi feito pelo artista visual Nel Simon, “Desenkadena” significa desacorrentado. Ele está instalado em homenagem a Tula Regard, líder de uma Revolução de Escravos na ilha, em 1795. O grupo escultórico de bronze em tamanho natural retrata três figuras, dois homens e uma mulher. Como sugere o título da obra, Desenkadena (desencadeado), as figuras estão se

⁶⁴ Nascido em 30 de novembro de 1970, é um artista sul-africano que tem se envolvido em uma ampla gama de projetos em torno da arte, da arquitetura e dos espaços públicos. Cianfanelli combina aplicações geradas por computador, orientadas por dados, com atos humanos, expressivos e gestuais, para criar tensão em seu trabalho. É um dos poucos artistas sul-africanos cujo trabalho abrange com sucesso a esfera pública e doméstica. Ele começou sua carreira pintando paisagens e continua a se preocupar com o espaço, romantizado o que é marginalizado através do próprio ato de romantizar. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Marco_Cianfanelli.

⁶⁵ Curaçao é uma antiga ilha do arquipélago das Antilhas Holandesas e está localizada no sul do mar do Caribe, não muito distante do litoral da Venezuela (distante aproximadamente 65 km). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cura%C3%A7au>.

libertando das correntes que prendem seus pulsos. A figura central é flanqueada por um homem e uma mulher, ambos olhando para ele enquanto ele quebra suas correntes. O “quebra-correntes”, um homem musculoso e seminu, fica em frente a uma bigorna. Simon captura a figura no meio do golpe enquanto ele levanta um martelo sobre a cabeça com a mão direita. Em sua mão esquerda ele segura correntes de ferro com um cinzel. A obra comemora a rebelião de escravos de 1795, liderada por um escravizado chamado Tula (Santana, 2020, online).

O Monumento intitulado “Desenkadená”, que significa “quebrando as correntes”, está erguido na cidade de Willemstad, capital de Curaçao e homenageia Tula Rigaud, um escravo curaçense e líder da revolta dos escravos que convulsionou a ilha por mais de um mês. Ocorre que, em 1795, Tula Rigaud contou com o apoio de Louis Mercier, Bastian Karpata e Pedro Wakao; os três lideraram uma revolta contra a escravidão que envolveu cerca de 4.000 escravizados, sendo que 1.000 deles ficaram na linha de frente do combate; no entanto, após um mês, os proprietários de escravos suprimiram o levante.

Por seus feitos, Tula é reverenciado até hoje em Curaçao como um lutador pelos direitos humanos, pela libertação dos escravizados e pela independência do seu território. Como quase todos os escravos que se posicionaram contra os horrores da escravidão, ele foi executado em três de outubro de 1795, no entanto, deixou um legado de luta pela libertação dos escravos.

Analisando as imagens 18, 19 e 20, percebe-se que elas demonstram como esses monumentos visam homenagear os personagens históricos que foram líderes das lutas contra um sistema dominante e opressor e, ao mesmo tempo, deixar registrado como documentos históricos na memória das futuras gerações.

Assim sendo, os personagens retratados em forma de monumento trazem à memória o ato de resistir contra as dominações dos colonizadores, bem como dos governantes que agiram de forma desumana. Os indivíduos que ousaram contestar as ordens vigentes de sua época sofreram punições, torturas, prisões e mortes. Suas sociedades atuais tentam, a partir desses monumentos, perpetuar na história através da memória, a luta e a resistência desses personagens que ganham homenagem em elementos escultóricos.

2.3 Os monumentos brasileiros na perspectiva decolonial

No Brasil, o acervo monumental aderiu à cultura de produção de monumentos como representação do passado, para perpetuar a memória de um determinado fato histórico. Desse modo, os principais monumentos fixados nas diversas cidades, grosso modo, foram inspirados na perspectiva eurocêntrica.

Nesse contexto, é importante ter referências com relação aos monumentos como patrimônio histórico cultural nas sociedades clássicas, pois é evidente que elas deixaram um legado valioso da sua cultura, entretanto, neste trabalho como já foi frisado, prima-se por uma visão decolonial dos elementos escultóricos, pois os monumentos clássicos que estão fixados nas diversas cidades brasileiras, de um modo geral, bebem na concepção estética eurocêntrica, e seu elementos esculturais baseiam-se, geralmente, em uma lógica colonialista.

Dessa forma, optamos pela imagem 21, intitulada “Os pioneiros de Borborema”, composta por três esculturas que representam o índio, a catadora de algodão e o tropeiro, de autoria do escultor Abelardo da Hora⁶⁶, e que estão fixadas em Campina Grande, no Estado da Paraíba, e que teve sua inauguração no dia 11 de outubro de 1964, por retratar-se de figuras populares que permeiam o imaginário do povo brasileiro. Vejamos os monumentos citados:

Imagem 21 – Monumento os Pioneiros de Borborema – Campina Grande - Paraíba



Fonte: Xavier, 2015.

⁶⁶ Abelardo da Hora (1924-2014) foi um escultor, desenhista, gravador e ceramista brasileiro. Ficou conhecido por retratar as mulheres e os temas regionais, destacando-se como um dos maiores escultores do século XX, em Pernambuco. Disponível em: https://www.ebiografia.com/abelardo_da_hora/.

Uma breve descrição sobre o Monumento “os Pioneiros da Borborema”:

As estátuas intituladas de “Os Pioneiros da Borborema” foram inauguradas no dia do centenário da cidade, como uma homenagem, no dia 11 de outubro de 1964. O monumento, localizado às margens do Açude Velho, constitui-se por três personagens: o índio, a catadora de algodão e o tropeiro.

O índio representa a origem primitiva da cidade e sua força de luta. A catadora de algodão representa a força da mulher e o acentuado desenvolvimento industrial da cidade gerado pelo ciclo algodoeiro. O tropeiro personifica o comércio e a resistência do povo campinense (Paraíba Criativa, 2015).

O Monumento “Os Pioneiros de Borborema, representado por sujeitos que fizeram parte da construção da cidade de Campina grande na Paraíba, mostra a história daquela cidade, a partir de vivências de pessoas simples e trabalhadoras, o índio, como personagem que compõe a brasilidade por meio da perspectiva nativa; a mulher, na perspectiva feminina, de mulher lutadora e geralmente excluída dos meios sociais.

Os elementos escultóricos que formam o monumento “os Pioneiros de Borborema” representam os indivíduos que sempre estiveram excluídos do processo de rememorar um fato histórico. É a chamada “história vista de baixo”, proposta por Thompson (1987), a partir da concepção marxista, ao se referir à condição da classe trabalhadora inglesa, como sujeitos populares que estavam, até àquele momento, excluídos dos estudos historiográficos. A importância desses elementos escultóricos reverbera no reconhecimento de que todos os indivíduos têm história e que ela precisa ser visibilizada e, portanto, respeitada.

Imagem 22 - Memorial da Cabanagem



Fonte: Universidade Federal do Pará, c2024.

O Memorial da Cabanagem foi inaugurado em 7 de janeiro de 1985, marcando as comemorações dos 150 anos do movimento que ocorreu na então província do Grão-Pará, durante a época imperial, no Brasil. O monumento, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e executado pela Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas, tendo à frente o engenheiro Manoel Acácio, foi constituído em estrutura de concreto armado, em um período de quatro meses (Universidade Federal do Pará, c2024, online).

O memorial da Cabanagem é um monumento construído em homenagem à luta dos cabanos contra a opressão do Império brasileiro (1822-1889). A Cabanagem foi considerada umas das revoltas do Período Regencial, iniciada no interior do Pará, chegando até a capital Belém e durou de 1835 a 1840.

Segundo Monteiro (2008), a Revolta da Cabanagem é considerada por alguns historiadores como um movimento diferenciado por ter contado com a participação de vários grupos sociais com interesses distintos, tendo em vista que índios, negros libertos e escravizados, comerciantes e pobres foram ativos nesse processo revolucionário, obviamente que cada grupo tinha interesses particulares, porém uniram-se na luta por um objetivo maior que era se libertarem da dominação do governo imperial.

Nesse sentido, a luta dessas categorias contra a opressão imperial os levou à tomada do poder numa luta sangrenta, porém vitoriosa, da qual, posteriormente muitos foram contidos e mortos pelas forças imperiais. Trata-se de um fato histórico do povo paraense oitocentista que reverbera até os dias atuais, em que parte da população de Belém preserva na memória um sentimento cabano como marca da sua identidade cultural.

No que diz respeito à representação do monumento da Cabanagem, à sua autoria e preservação, vejamos o diz a reportagem do jornal “O Liberal”, rede de comunicação de grande relevância de Belém do Pará:

Única obra do arquiteto Oscar Niemeyer no Pará, no centro do Entroncamento. O monumento é uma rampa que significa a caminhada dos revolucionários da maior revolta popular do Brasil e que colocou o povo no poder. Faz conjunto com um museu. Toda a estrutura vive o abandono pela falta de acesso aos visitantes e por estar oculta pelas pistas e elevados. Há pessoas em situação de rua e consumo de drogas que assustam as pessoas. (Furtado, 2018).

Segundo a reportagem, a Cabanagem foi o único monumento de autoria de Oscar Niemeyer, fixado no Estado do Pará e a rampa representa a tomada de poder pelos revolucionários, colocando o povo no comando. A nota faz uma crítica ao

abandono do monumento e à falta de manutenção e de visibilidade, ou seja, o descaso com uma obra tão importante, histórica e culturalmente para o povo paraense.

Nota-se que o Monumento da Cabanagem pode ser analisado à luz da história regional no espaço escolar, como fonte para debater diversos temas como possibilidade de aprendizagem de consciência histórica e de identidade do povo paraense.

Imagem 23- Monumento das Castanheiras Queimadas de Eldorado de Carajás-PA



Fonte: Abe, 2022.

O Monumento das castanheiras queimadas está fixado no município de Eldorado dos Carajás e foi construído como forma de homenagear os trabalhadores sem-terra que lutaram pelo direito à terra e pressionaram as autoridades para que elas atendessem, pelo menos em parte, suas reivindicações. Foi inaugurado em 17 de abril de 1999, ou seja, três anos após o massacre dos camponeses que lutavam pelo direito à terra.

Diante do impasse de se resolver pelo menos parcialmente a reforma agrária no Brasil, nota-se a inoperância do poder público e das forças políticas de grupos ligados à questão latifundiária que não esboçam interesse em resolver a questão, uma vez que existem muitas terras que são consideradas improdutivas e que estão em mão de um grupo pequeno da sociedade que visa apenas a especulação financeira das áreas ocupadas, bem como angariar recursos públicos, colocando poucas cabeças de gados em uma vasta área e, assim, enriquecer com o dinheiro público.

Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) traça lutas pela reforma agrária há tempo neste país, com intuito de ocupar as terras como instrumento de pressão à obtenção dessas áreas. Com esse intuito, o MST da região do sudeste do Pará, - local onde existe alta incidência de conflitos fundiários, realizou

uma grande manifestação na região, no dia 17 de abril de 1996. Em resposta, o governo do Estado do Pará, com o apoio das autoridades políticas regionais, reprimiu duramente tais trabalhadores, por meio de violenta ação policial que resultou no assassinato de 19 sem-terra e mais de 50 pessoas feridas, como podemos observar no excerto a seguir:

Acampados na rodovia PA 150, depois de uma marcha de sete dias rumo a Belém, 1.500 trabalhadores sem-terra são atacados pela Polícia Militar. Dezenove deles são brutalmente assassinados. O episódio teve enorme repercussão internacional e ficaria conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás, município do sudoeste do Pará onde aconteceu a matança. (Memorial da Democracia, 1996).

Sabemos que a questão da reforma agrária no Brasil ainda é difícil de ser solucionada, haja vista que a concentração de terra ainda se encontra nas mãos de poucos, uma política que gera muitos conflitos, apesar dos avanços que ocorreram nos dois governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva⁶⁷, o fato é que tal situação está longe de ser solucionada; enquanto não se resolve essa disputa entre latifundiários e trabalhadores sem-terra, os massacres, como o que ocorreu em Eldorado dos Carajás em 1996, continuarão acontecendo.

Nesse sentido, na perspectiva decolonialista de se perceber um monumento, é que pensamos também no elemento arquitetônico “As Castanheiras de Carajás” como exemplo de uma história invisibilizada e desconhecida do grande público. O tema tem sido pouco explorado nos centros acadêmicos por várias questões, como também, raramente estão presentes no conteúdo dos livros didáticos da disciplina de história, o que poderia subsidiar discussões em torno da questão.

Isso posto, optamos em elencar para este debate tal monumento por considerá-lo símbolo de um saber da história regional, enriquecendo esta pesquisa com um conhecimento histórico que ainda não foi sistematizado para fundamentar as ações pedagógicas dos professores de história e das outras disciplinas do currículo escolar direcionadas, principalmente, para a história regional.

Vejamos o simbolismo do referido monumento:

⁶⁷ De acordo com o Movimento Sem Terra (MST), somente entre 2003 e 2006, 245.061 famílias foram beneficiadas com a desapropriação de terras para assentamentos, o reconhecimento do direito de comunidades tradicionais, o reassentamento de famílias atingidas por barragens e com reordenação fundiária. Já de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 2003 e 2010, foram desapropriados 7.663.143 hectares de terras para a reforma agrária, beneficiando 614.088 famílias. Disponível em: <https://mst.org.br/>.

O monumento As Castanheiras de Carajás foi construído pela comunidade de sobreviventes do massacre, com a ajuda de Dan Baron Cohen, inglês dedicado à causa indígena, universitária e dos sem-terra. O monumento é formado por 19 castanheiras (mesmo número de trabalhadores mortos da chacina) queimadas e mutiladas para representar as vítimas do confronto entre policiais e sem-terra. As castanheiras que são árvores nativas do Pará também são alvo dos fazendeiros da região que as derrubam e queimam para abrirem pasto para o gado. Se olhado de cima, o monumento das castanheiras forma o contorno do mapa do Brasil, e no centro deste há um altar com pedras vermelhas e os nomes dos trabalhadores rurais mortos na chacina. Ainda próximo ao monumento das castanheiras, existem 19 cruzeiros construídas separadamente, em memória dos trabalhadores mortos (Vilela; Oliveira, 2018, p. 4).⁶⁸

Encravado no interior do sudeste do estado do Pará, o monumento descrito expressa a homenagem àqueles que deram sua vida para defender o uso da terra, em prol de uma economia de sustentabilidade com base ainda numa agricultura familiar, segundo o discurso do Movimento dos Sem Terra -MST. O monumento foi idealizado pelo dramaturgo Dan Baron Cohen⁶⁹ e construído em 1999, com a participação dos sobreviventes do massacre.

É interessante destacar que, em 2019, o monumento e a curva do S da BR-155 foram declarados Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Pará, porém o monumento encontra-se muito deteriorado, e apenas duas das 19 castanheiras originais continuam de pé, correndo o mesmo risco de sofrerem danos.

Continuando com as análises dos monumentos, o próximo elemento escultórico dialoga, de certa forma, com o evento citado anteriormente. O Monumento intitulado “A Coluna da Infâmia no Brasil”⁷⁰ representa uma homenagem aos mortos no massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás, no ano de 1996.

Nesse sentido, podemos considerar que o monumento citado é uma obra perturbadora, pois mostra as pessoas amontoadas, como se estivessem numa

⁶⁸ Discente do curso de História, PIBIC/UEG, Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Professor Coordenador do Projeto. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB).

⁶⁹ Dan Baron Cohen. Galês, nascido na Inglaterra, em 08 de maio de 1957 -Marabaense, é escritor e arte-educador, desde 1977. Em 1999, criou o monumento coletivo “Asa Castanheiras de Eldorado de Carajás”. Após “Vozes do Campo”, na UFPA – Marabá (2004-11), enraizou-se na comunidade Cabelo Seco, em 2008, na defesa de uma Amazônia sustentável. Fonte: DAN BARON – Brasil – Poesia dos Brasis – Pará www.antoniomiranda.com.br – Acesso em 26/10/23, às 20:56.

⁷⁰ A Coluna da Infâmia, uma escultura com 8 metros de altura, representando 50 corpos humanos distorcidos, é um prêmio Nobel do crime, criada pelo escultor dinamarquês Jens Galschiot. A escultura foi doada à prefeitura de Belém. Foi erguida em 01/05/2000. Disponível em: http://www.aidoh.dk/news_releases/pos/brazil/poposbrazilnews08.htm.

agonia. O autor tentou retratar o massacre de Eldorado dos Carajás, de acordo com o modo como os Trabalhadores Sem Terra ficaram jogados no chão, após o ataque das forças policiais. A seguir, temos a imagem do monumento:

Imagem 24- A Colunada Infâmia no Brasil



Fonte: Blog do Herlon, 2020.

A Coluna da Infâmia fica localizada na Praça da Leitura, no bairro de São Brás, na cidade de Belém do Pará. Segundo o autor⁷¹ do site, o artista traz a seguinte definição de sua obra:

O pilar é um obelisco *dark* em forma de escultura, de oito metros de altura, com um custo de US\$ 200 mil, constituída por 50 pessoas torcidas em posições surreais em grotescas posições. É simultaneamente belo e assustador. Cada escultura é doada à Prefeitura e já vem com uma base para colocá-la no concreto e ser fixada no contexto local. Mas o objetivo da escultura é para se manter na memória do povo como um desacato à dignidade à vida humana, e que nunca deve ser repetido o motivo por que ela foi colocada lá (Blog do Herlon, 2020, online).

O elemento escultórico foi doado pelo autor da obra à cidade de Belém no Estado do Pará e foi fixado no dia 01/05/2000, na praça que até então era conhecida como Praça da Leitura, no bairro de São Brás. No entanto, por ela ser ocupada pelos ativistas do MST, que usavam o espaço como um acampamento para fazer as suas reivindicações, tornou-se um símbolo para esse movimento social que luta pelo direito à terra e pela reforma agrária.

⁷¹ Herlon de Paiva Souza, formando em Ciências Políticas pela Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ), ano 2011.

Vejam os que o autor da obra, Jens Galschiot⁷² e o prefeito de Belém Edmilson Rodrigues refletem sobre o referido monumento e os esclarecimentos que trazem sobre o motivo que os levaram à construção da obra, na perspectiva do autor, e a importância dela para a cidade de Belém, para a administração pública de um político envolvido também na luta das causas sociais e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Nesse sentido, no discurso desses dois personagens, a Coluna Infâmia representa:

Neste ambiente exaltado, a Coluna da Infâmia cumprirá com a sua intenção de ser um símbolo do conflito no Brasil entre os trabalhadores pobres e a elite econômica como os latifundiários, que usam qualquer meio para ficar com o controle das terras" disse Jens Galschiot.

A Coluna da Infâmia é um símbolo contra a repressão, contra a violência que requer vidas, que nega ao ser humano seus direitos. Mas é sobretudo uma prova de amor e de solidariedade com o nosso povo", disse o prefeito Edmilson Rodrigues, e continua: "Apesar da resistência das elites, cumprimos com o nosso compromisso e colocamos a Coluna da Infâmia em uma praça, que foi ocupada pelo MST em umas das ações que fizeram contra a impunidade aqui na capital. Ocuparam a Praça da Leitura, com as suas tendas e redes e trocaram o nome da praça para "Praça dos mártires do 17 de abril". Assim, não só aceitamos a escultura, mas pensamos que este é o melhor lugar para colocá-la (AIDOH, 2000, online).

Para a cidade de Belém, "A Coluna da Infâmia" é um monumento que vem somar com as várias obras de artes monumentais que embelezam o bairro de São Brás. O exemplar do monumento foi doado como presente para Belém, é a terceira das dez esculturas que foram erguidas no mundo, sendo a primeira em Hong Kong, em 1997, em decorrência do oitavo aniversário do massacre na Praça Tiananmen em Pequim, no ano de 1989⁷³. O autor se destaca por ter essa produção de monumentos

⁷² Galschiot se tornou várias vezes conhecido mundialmente com o tema Arte em Defesa do Humanismo (Art in Defense of Humanism – AIDOH), devido às ações em eventos importantes. Durante a Cúpula do Clima de Copenhague, em dezembro de 2009, instalou a escultura 'Survival of the Fattest' (Sobrevivência dos Mais Gordos), ao lado da Pequena Sereia. O artista também criou instalações de escultura em diversos outros lugares. Entre outras, instalou as esculturas de 22 toneladas intituladas de 'Min Indre Svinehund' (Minha Besta Interior), em 1993 na Europa – considerada como uma forma ilegal de arte de rua. Também instalou a obra 'A Coluna da Infâmia', em Hong Kong, México e no Brasil. Outras obras notáveis são 'A Marcha da Fome', em 2002, 'Em Nome de Deus', em 2006, 'A cor Laranja', em 2008, e 'Fundamentalismo', em 2011 e 2012. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jens_Galschiøt.

⁷³ Nos dias 3 e 4 de junho de 1989, ocorreu uma violenta repressão contra um movimento democrático estudantil na Praça da Paz Celestial ("Tian'anmen"), no centro de Pequim. Cerca de 5 mil pessoas manifestavam contra o governo do Partido Comunista por ser demasiado repressivo e corrupto, e contra a inflação e o desemprego. O exército chinês disparou, indiscriminadamente, contra a multidão que ocupava a praça e as ruas próximas. A repressão se estendeu a outras partes da cidade e continuou nos dias seguintes. As estimativas das mortes variam entre 400 a 800 (segundo o The New York Times)

inspirados na defesa do humanismo, como meio de protestar contra as injustiças, ao mesmo tempo que deseja fomentar a resistência dos grupos sociais que lutam por um mundo menos desigual e, portanto, mais justo.

Ressalta-se que os monumentos aqui tratados, especialmente os que estão fixados na região amazônica, a exemplo das Castanheiras de Eldorados dos Carajás e da Coluna da Infâmia, que retratam as questões ligadas à luta do MST, foram estudados por Gil Vieira Costa (2018), autor do artigo “Fabricar a memória da violência: imagens do massacre de Eldorado dos Carajás na arte contemporânea”, em que discute, dentre outros temas, o cuidado de como retratar a imagem do “outro” e afirma que:

Há um último ponto que gostaria de comentar: a necessidade de considerar o diálogo e a alteridade como estratégias de inserção nas políticas da memória. Ao pretender trabalhar com o tema da violência estrutural na Amazônia, os artistas muitas vezes devem lidar com os sujeitos (ativos e passivos) dessa violência. Aqui, cabe um trabalho bastante delicado de pensar as imagens e representações que se constrói do ‘Outro’ (Costa, 2019, p. 177).

Costa (2018), no tópico do seu artigo que trata da “arte, violência e políticas da memória”, discute a necessidade de se construir a memória através de estratégias que consigam desenvolver um diálogo e alteridade, por meio de políticas que promovam reflexões sobre a construção dessa imagem que represente o outro, podendo este também opinar e, ao mesmo tempo, tratar da violência que sofreu.

Nesse sentido, acredita-se que esse tema pode estar relacionado ao fato ocorrido com o Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas na sua primeira versão e que foi destruído, haja vista que se tratou representar as mulheres numa arte que foi construída na perspectiva clássica, segundo o artista Afonso Camargo, autor da obra; no entanto, os elementos escultóricos que compunham o monumento não foram criados para representar alguma violência sofrida pelas mulheres, mas sim para homenageá-las pelas suas contribuições na construção da cidade.

Nesse contexto, como professora de ensino de história, assumo uma postura contra qualquer ato que reverbere em ódio, em violência, em preconceitos e

até 2.600 mortos (Cruz Vermelha chinesa), além de cerca de 7.000 feridos. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/massacre-de-tiananmen-praca-da-paz-celestial-china/>.

discriminações, tendo em vista que nos centramos na perspectiva freiriana que nos move para promover uma educação transformadora e libertária.

Obviamente que também refutamos todo ato de violência que provoquem danos aos patrimônios culturais, no caso de monumentos, patrimônios materiais, que foram construídos com recursos públicos, para simbolizar fatos históricos, personagens ou grupos sociais, por eles representarem a memória coletiva de uma determinada sociedade e, portanto, precisam ser preservados, independentemente de identificação político-partidária, pois, o objetivo desses monumentos é oportunizar a população um recorte histórico simbólico, eternizado para as futuras gerações como um espaços de memória (Nora, 1993).

Nesse interim, precisamos ter consciência e conhecimento para abordar temas que estão em torno do universo dos estudantes, para que o processo educativo seja significativo para eles. Assim, dialogamos com os professores Flávio Berutti e Adhemar Marques (2009), os quais discutem na obra “ENSINAR E APRENDER HISTÓRIA” e pontuam a necessidade de considerarmos no ensino de História os saberes advindos das vivências dos alunos:

Por outro lado, não podemos ignorar o fato de que os alunos, ao viverem e experienciarem a História no tempo presente, vivem e participam da construção de um tempo da História carregado de questões, problemas que precisam ser compreendidos, explicados, para que os estudantes se tornem conscientes de sua ação sobre o mundo e possam se engajar na sua transformação (Berutti; Marques, 2009, p. 31).

Os autores corroboram com a perspectiva de educar através do ensino de história para que o aluno tome consciência dos eventos ocorridos ao seu entorno, e perceba a história do presente, identificando questões problemáticas vigentes, com o objetivo de intervir nessa realidade e transformá-la.

Retomar a discussão sobre a memória e a sua relação com o passado que se quer perpetuar pode ser um grande desafio quando se trata da política de construção da memória, considerando que ela está em constante disputa pelas forças de poder. Todavia, é preciso que a arte selecionada para elevar essa memória, mesmo que estabeleça uma conexão com o passado, seja percebida pelos cidadãos do presente, os quais têm seus olhares fixos na realidade do local onde estão inseridos.

É o que define Michel de Certeau, em sua obra “A escrita da História”, ao afirmar que “Ainda que isto seja uma redundância, é necessário lembrar que uma

leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (Certeau, 1982, p. 25).

Partindo dessa perspectiva de Certeau (1982), de que a leitura do passado é feita com olhar do presente, o monumento em homenagem às mulheres de Parauapebas, objeto deste trabalho, que sofreu um ato de violência ao ser destruído no mesmo dia em que foi inaugurado, provoca-nos à reflexões de que talvez uma parte da população não tenha compreendido a proposta artística do monumento, assimilando de forma negativa os elementos escultóricos representados por duas mulheres, justamente por eles terem feito uma leitura do monumento pelo olhar do presente, com suas cargas de valores morais, assimiladas por um dogmatismo exacerbado.

No que tange à construção da memória de um povo, acredita-se que o poder público que é responsável por promover política de construção da memória coletiva, a partir dos elementos arquitetônicos, nesse debate dialogando com os monumentos, os quais também podem perpetuar às futuras gerações um passado que considere relevante para a sociedade (Hobsbawm, 2012), pelo que parece, não esboçou tal preocupação em consultar o grupo que receberia tal homenagem e, muito menos, a comunidade em geral.

Costa (2018) reflete sobre a construção da memória na região amazônica e nos aponta à seguinte situação:

A violência estrutural e sistêmica na Amazônia tem sido um tema recorrente das imagens que circulam pelos campos artísticos na região. Pode-se dizer que algumas produções buscam participar da construção da memória, de modo diverso daquele empreendido por veículos tradicionalmente implicados nas políticas da memória na contemporaneidade, como os meios de comunicação de massa. Em alguns casos, como veremos, a produção artística é capaz de promover uma reflexão crítica sobre essa construção da memória através da fabricação de imagens (Costa, 2018, p. 148).

Segundo o autor, é preciso levar em consideração a realidade da região amazônica, quando se trata da fabricação das imagens, principalmente por meio das artes na perspectiva dos monumentos, a questão da construção da memória partindo de políticas públicas que pautam tal construção da imagem. Para ele, somente dessa forma as produções artísticas poderão reverberar no indivíduo um pensamento crítico.

Ao tratarmos de monumentos como patrimônio histórico, é oportuno nos reportarmos à Elio Riegl (2014), historiador da arte, um ícone da teoria do restauro,

que na obra “O culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e a sua origem”, traça uma discussão direcionada especialmente aos profissionais que estão ligados à restauração dos monumentos históricos, como também aos que são amantes da arte e lutam para preservá-la.

Na concepção desse historiador, os monumentos têm valores que precisam ser percebidos a partir da evolução histórica pelos quais eles passaram. A obra em questão está estruturada em três capítulos, em que o primeiro, o que mais nos interessa para enriquecer esta pesquisa, demonstra os valores atribuídos aos monumentos e sua evolução histórica.

O autor reflete sobre o culto aos monumentos que na sua visão tem origem na modernidade, pois eles representam o tempo e o espaço de um determinado evento histórico e que necessita reverberar na memória de um povo. Nesse debate, Riegl (2014) afirma que, somente a partir do século XV, na Itália, com a advento do renascimento Cultural, retoma-se a valorização dos monumentos percebidos em suas riquezas artísticas e históricas, uma vez que tais características foram vislumbradas somente na Antiguidade Clássica, pois o que vigorou na Idade Média, de certa forma, foi a invisibilidade desses valores nas artes como, no caso, nos monumentos que também estavam presentes naquele contexto.

Riegl (2014) esclarece sobre o valor histórico dos monumentos e afirma que ele

[...] resulta, para nós, do fato de ele representar um estágio evolutivo individual de um domínio qualquer da atividade humana. Com base nesse ponto de vista, não nos interessam no monumento os traços das influências de degradação da natureza, mas a sua criação original como obra humana (Riegl, 2014, p. 55).

Segundo o autor, a elevação do valor histórico dos monumentos é fruto do processo evolutivo da humanidade, e a ideia de evolução surgiu na segunda no século XIX, rompendo com o dogmatismo com relação às produções artísticas que giravam em torno da dualidade em florescência e decadência. O importante é perceber o valor que um monumento exprime, um sentimento de pertencimento ao local e de rememoração do passado.

Esse tema é de suma importância para quem atua no ensino de história, principalmente, com alunos dos sextos anos, considerando que no currículo escolar da disciplina de história, a definição de patrimônio histórico e a necessidade da preservação deles estão sempre presentes e, por isso, retomaremos ao assunto no

capítulo 3 no qual abordaremos temas relacionados ao ensino de história e à proposta pedagógica como fruto desta pesquisa para o ensino de história.

O sentido do passado na perspectiva de Eric Hobsbawm (2013) é imprescindível para a compreensão da história, pois podemos até não o aceitar, entretanto, não podemos ignorá-lo, uma vez que ele carrega nuances de uma época, de uma sociedade ou de uma comunidade, e isso, segundo o autor, na maioria das vezes, torna-se padrão para o entendimento do presente, e quando nos reportamos à história expressa a partir dos monumentos, é oportuno o pensamento de Le Goff (2013, p. 486): “o monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)”.

Em suma, destaca-se que a compreensão dos conceitos de “memória”, “identidade” e “monumento”, apesar de estarem envoltos em uma série de debates científicos e com entendimento distintos, como foi apontado no decorrer deste capítulo, eles nos abrem um leque de possibilidades para enquadrá-los ao objeto de estudo desta pesquisa. No que tange à questão dos monumentos apresentados na perspectiva decolonialista, também nos faz refletir sobre o domínio da visão eurocêntrica e contrapô-la, ao apresentarmos elementos monumentais pouco estudados e, até mesmo desconhecidos da maioria da sociedade brasileira, por estarem fora do eixo das grandes urbes e terem sido invisibilizados nos livros didáticos no Ensino de História.

2.4 O Monumento em homenagem às mulheres de Parauapebas: uma disputa entre História e memória

Ao se pensar na abordagem sobre o Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas, construído no ano de 2020, deve-se pontuar alguns conceitos que estão presentes neste trabalho, como forma de enquadrar o objeto de estudo aqui apresentado nos parâmetros academicistas dos termos que estarão presentes ao longo das discussões, sem intenção, obviamente, de esgotá-los.

O primeiro conceito que destacamos é o de memória, pois ela liga-se diretamente às discussões que tratam de conceber um monumento público como um lugar de memória. Diversos historiadores têm se debruçado no estudo da memória

enquanto elemento para a construção da história. Observemos a perspectiva de Jacques Le Goff (2013) a respeito do conceito de memória: “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (p. 387).

Segundo Le Goff (2013), os indivíduos valem-se da memória para expressar seus pensamentos sobre o passado, possibilitando uma representação desse passado vivido que pode abranger tanto a questão da memória histórica quanto a social, mas tal faculdade humana permite que as lembranças produzidas pela memória sejam bem-vindas para registrar um passado que ficou silenciado.

Outro autor que discute o sentido da memória e suas respectivas formas para se compreender o passado é o professor Eliton Felipe de Souza (2022), que, ao refletir sobre o tema, aponta para a seguinte situação:

A memória é uma manifestação construída de forma individual coletivizada, ou coletiva individualizada, podendo adquirir novos aspectos, de acordo com as relações existentes entre os indivíduos e que podem auxiliar de maneira fundamental na escrita de uma história do tempo presente (Souza, 2022, p.151).

Souza (2022) afirma que a memória se manifesta de modo individual e coletiva e ela expressa os comportamentos dos indivíduos a partir de suas realidades, bem como de seus interesses, e essa memória nas suas diversas formas é importante para se registrar a história do tempo presente de um determinado povo. Por isso, é relevante se entender o conceito de memória e suas implicações para relacioná-lo ao lugar dela na compreensão do monumento tema do seu artigo. Ressalta-se que a memória, por sua vez, torna-se história, quando utilizada como recurso metodológico da história oral que possibilita o registro de fatos que não estão presentes nos registros escritos.

O segundo conceito que trataremos é o de monumento, pois por este texto abordar um monumento, para tal embasamento, recorre-se aos estudos do historiador da arte Alois Riegl (2014), que discute em sua obra “O culto moderno dos monumentos: a sua essência e sua origem”, entre outras temáticas, os valores desses elementos arquitetônicos e sua evolução histórica. Segundo o autor,

Por monumento, no sentido mais antigo e original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de

manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambas). (Riegl, 2014, p.31)

De acordo com Riegl (2014), monumento é uma obra de arte criada pelo homem, ou seja, feito por um artista plástico que o deixa dentro dos padrões do grupo social que o encomendou e tem como função perpetuar algumas práticas humanas na consciência das gerações futuras.

Nota-se, no pressuposto de Alois Riegl (2014), uma definição sobre monumento que nos permite compreender, a partir dele, a criatividade do ser humano em retratar personagens ou fatos históricos dentro de um contexto experienciado pelos indivíduos de uma determinada classe social, os quais, de forma intencional ou não, deixaram legado às gerações sucessoras, ou seja, o monumento está intimamente relacionado à manutenção da memória coletiva de uma determinada sociedade ou a grupos economicamente dominantes.

O Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas, construído em 2020, enquadra-se perfeitamente nesse objetivo que o monumento tem e que é definido muito bem por Riegl (2014), tendo em vista que a construção do monumento foi uma forma que o poder público se valeu para vislumbrar o protagonismo feminino na construção da cidade e registrá-lo como política pública voltada para as mulheres.

Nesse contexto, tal homenagem teve como foco principal evidenciar o primeiro encontro das mulheres como movimento social no município e a intenção foi de marcar o evento como parte da história de Parauapebas, fixando o monumento numa praça da cidade, o qual serviria de testemunho desse ato para alimentar as memórias das futuras gerações de um passado valoroso e de respeito ao movimento das mulheres.

O monumento em questão foi encomendado pela Prefeitura de Parauapebas, em parceria com a Secretaria Municipal da Mulher e a Secretaria Municipal de Cultura, para o artista plástico Afonso Camargo Fona⁷⁴. Tal encomenda, em se tratando de

⁷⁴ Nascido em Santarém (PA), onde viveu até o início da adolescência, aprendeu com o pai e os tios a pintar as tradicionais cuias e a restaurar obras sacras. Já em Manaus, trabalhou como aderecista em agremiações carnavalescas – o que o levou a também atuar nos “bois” Caprichoso e Garantido no Festival de Parintins. Por volta de 1985, começava a se profissionalizar e a ganhar os moldes do que se tornou hoje. Ainda na capital amazonense, trabalhou por muitos anos como restaurador no monumental Teatro Amazonas. Há cerca de trinta anos, mora em Parauapebas e vive de sua arte, mantendo seu ateliê de criação e o engajamento em projetos educativos. Também se interessa pela pesquisa e por experimentos com pigmentos naturais oriundos do ferro, do manganês e de outros minérios abundantes na região. Agraciado como Mestre da Cultura Popular, pela Fundação de Cultura do Pará, Afonso Camargo Fona já participou de diversas exposições individuais e coletivas no Brasil e no exterior. O painel Gavião, produzido ao longo do projeto Arte em Cores, faz uma homenagem ao povo Gavião, de origem xikrin, e ao mito indígena relacionado à ave de rapina. Fona é autor de muitos

uma obra pública, ainda está obscura para o campo historiográfico, haja vista que até o momento não foi possível o acesso aos documentos oficiais dessa contratação, tais como ata de licitação, publicação em diário oficial, decreto, ofícios e memorandos que pudessem respaldar, de forma contundente, a pesquisa sobre o tema que está em curso e é assunto desta dissertação.

Ressalta-se que, para situarmos as discussões sobre o monumento, objeto dessa pesquisa, faz-se necessário trazermos algumas informações sobre o objeto aqui tratado. Ocorre que ele, ao ser fixado e descortinado na praça pública, em frente ao Quartel da Polícia Militar, polo de Parauapebas/PA – nas proximidades da Rodovia PA- 275, no dia 22/09/2020, gerou grandes polêmicas, as quais serão tratadas ao longo do texto. Isso culminou, num primeiro momento, com atos de vandalismo de alguns populares da cidade, tentando incendiá-lo e, posteriormente, foi destruído completamente.

Em 2021, o poder público fixou no mesmo espaço outro monumento com proposta estética artística diferente, entretanto, tal proposta recebeu o mesmo nome. O evento de inauguração foi realizado na referida praça, envolvendo todo o aparato do poder público municipal e seus representantes, a saber: prefeito, vice-prefeito, vereadores, o grupo das mulheres organizadas e a comunidade em geral.

O discurso teve um tom de homenagem, porém, o sinistro ocorrido no ano anterior com o monumento em sua primeira versão não foi lembrado, nem mesmo para que o tal episódio pudesse ser utilizado como fins pedagógicos para conscientizar o público que toda obra erguida na cidade se emprega vultuoso valor em recursos financeiros que vêm dos munícipes contribuintes. Prevaleceu a ideia de que qualquer pessoa pode destruir um monumento público da cidade que ficará sem a devida responsabilização.

Imagem 25– Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas/2021

Fonte: Autorial – O registro fotográfico realizado em 2024.

Vejamos a matéria registrada no site da Prefeitura de Parauapebas e o discurso da titular⁷⁵ da Secretária Municipal da Mulher, responsável pela pasta, e que estava no evento de inauguração do monumento na sua segunda versão inaugurada em maio de 2021.

O Encontro da Mulher de Parauapebas é patrimônio cultural e imaterial do município. Um monumento que marca os 30 anos do evento e presta homenagem às mulheres que fizeram e fazem o encontro acontecer anualmente, desde os anos 90, será inaugurado durante as comemorações dos 33 anos de Parauapebas.

Sabemos que Parauapebas tem uma linda história e que o Encontro da Mulher faz parte dela; um evento que agregou muito às mulheres da nossa cidade e que foi fundamental para a criação da Secretaria Municipal da Mulher. É por isso que idealizamos esse monumento, que terá a marca das mãos de mulheres reais. É uma singela homenagem a todas as mulheres de Parauapebas e, em especial, às pioneiras e àquelas que construíram o encontro (Portal Pebinha de Açúcar, 2021).

O monumento atual foi construído pelo artista plástico Afonso Camargo e representa as mãos de várias mulheres que ajudaram a construir a cidade de Parauapebas. Dessa forma, o monumento teve a fixação das mãos de mulheres trabalhadoras, acolhedoras, guerreiras, como molde para se perpetuarem na memória individual e coletiva, em especial das cidadãs parauapebenses.

Ressalta-se que o monumento, o que chamamos de “segunda versão”, - uma vez que o primeiro monumento que foi erguido em setembro de 2020 não teve receptividade e foi destruído totalmente –, foi inaugurado no dia 20 de maio de 2021 e foi um evento de grande repercussão, com presença de autoridades municipais e

⁷⁵ Edileida Maria Batista Nascimento reside há 17 anos em Parauapebas, é missionária evangélica ligada a uma instituição religiosa de grande expressão na cidade e assumiu a pasta em 01/01/2021.

de líderes religiosos ligados à corrente evangélica, bem como da grande mídia, porém nenhuma autoridade fez referência ao episódio da destruição da “1ª versão” do monumento.

O conjunto escultórico que substituiu o anterior pode ser descrito da seguinte maneira:

Ao longo do mês de março, durante a programação do Encontro da Mulher deste ano, dezenas de mulheres, inclusive pioneiras de Parauapebas, deixaram registradas as marcas das suas mãos em molduras que serão fixadas no muro construído na PA 275, próximo à rotatória do quartel da Polícia Militar. Este será o monumento e a previsão de inauguração dele é para o dia 20 de maio (Portal Pebinha de Açúcar, 2021).

O monumento descrito acima, divulgado com detalhes pelo site da Prefeitura de Parauapebas, é uma espécie de painel de concreto onde algumas mulheres puderam deixar a marca de suas mãos fixadas no cimento ainda mole, simbolizando a mulher trabalhadora e acolhedora, acompanhado de uma coluna com flores no topo. Essa memória coletiva do monumento que homenageia as mulheres e que estava em disputa substituiu o monumento anterior e ficará eternizada para as futuras gerações. A inspiração que gerou a construção do monumento atual foi o poema do poeta Manoel Alegre⁷⁶, intitulado “As mãos”.

O simbolismo do monumento atual reverbera mulheres trabalhadoras, acolhedoras, fortes que lutam incansavelmente em busca dos seu sustento e da família. É uma memória mais ligada ao mundo do trabalho, pois as mãos que labutam são reverenciadas como a única parte do corpo da mulher que pode ser reverenciada. Isso posto, retomamos a discussão sobre o monumento que foi destruído, considerando que existe uma trama histórica em torno desse episódio que se encontra silenciada.

Diante das dificuldades de fontes oficiais para serem analisadas, possibilitando reflexões sobre o tema, recorre-se, num primeiro momento, às imagens do referido monumento, disponibilizadas nos sites de divulgação jornalística da cidade de Parauapebas, as quais nos indicam como o artista vislumbrou o referido monumento e, obviamente, a homenagem às mulheres.

⁷⁶ O autor é um escritor e político português.

Imagem 26 – Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas - 2020



Fonte: Zé Dudu, 2020.

No site citado, pode-se encontrar algumas informações importantes para se compreender nuances do simbolismo que o Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas representou na inspiração do artista para construir o monumento. Na reportagem do site zedudu.com.br⁷⁷, vejamos o que o autor tentou retratar com as duas esculturas femininas que compõem o conjunto do monumento descrito na matéria:

“Segundo o artista, o monumento mede 80 centímetros na base quadrada e tem a altura de 220 metros. No total, é composto de dois elementos escultóricos.

O primeiro descreve a Parauapebas de hoje, sua mocidade e o espírito de lutas e enfrentamentos, representada por uma jovem que ostenta o símbolo feminino – o Bastão de Vênus⁷⁸ – da representatividade da vida e, ao mesmo tempo, é o cetro que se passa de mão em mão, de mãe para filha. “É a intergeracionalidade e o empoderamento feminino. É o presente se espelhando no passado e refletindo uma Parauapebas pujante, futurista, por seus empreendimentos, moldados pelo espírito sempre empreendedor e inovador de seu povo, de suas mulheres,” explica Afonso.

Em segundo plano, está a Parauapebas de todos os tempos, a história viva de suas mulheres coroadas pela beleza e sabedoria. “É a Parauapebas que acolhe como mãe e protege todos e todas que queiram somar com sua terra, dando a fração necessária para que possamos construir nossa história, refletida nas lutas e vitórias de outrora e amparadas pela vasta malha de atendimentos e nas sólidas conquistas de suas políticas públicas voltadas para as mulheres parauapebenses,” descreve ele.

O artista explica que as peças estão envoltas pela fibra Augusta de sua bandeira, tecida com o calor e a suavidade, envolvendo assim, num elo de proteção, todas as mulheres. “Elas são donas de casa, empresárias, esportistas, artistas, servidoras, domésticas, mineradoras, entre outras. São mulheres que carregam em seus corpos não as marcas do ferro extrativista, mas o ouro resplandecente que agora cintila no mais alto pódio das honrarias,” enfatiza.

⁷⁷ A reportagem foi realizada pela jornalista Tina Santos.

⁷⁸ Bastão curto que os soberanos trazem na mão direita em certas cerimônias, simbolizando seu poder absoluto: coroa, cetro e globo são as insígnias dos reis, das rainhas, da realeza.

Ele explica que o monumento ainda se alonga, projetando para baixo uma estrutura robusta de ferro e pedra, onde florões anunciam a homenagem. No segundo piso de sua base, está uma alusão aos 30 anos do Encontro da mulher (Zé Dudu, 2020).

De acordo com a reportagem, na criação do monumento em questão, o autor detalha a extensão física do monumento, bem como descreve o significado simbólico dos elementos escultóricos e como o artista vislumbrou a estética do conjunto monumental que se relacionaria com a história social das mulheres de Parauapebas, evidenciando seu protagonismo na construção da cidade, em comemoração aos 30 anos do primeiro encontro das mulheres, movimento social organizado.

Segundo a matéria, o autor da obra monumental enfatiza que o primeiro elemento escultórico que compõe o monumento traz uma mulher jovem segurando o “Bastão de Vênus” que, em sua visão, representa a cidade atual de Parauapebas. Já no segundo elemento, o autor descreve outra mulher, mais velha, simbolizando a cidade de “todos os tempos”, de luta das mulheres, de sabedoria, entre outros aspectos exemplificados no texto. Nota-se que o monumento pensado pelo artista plástico Fona demonstra uma inspiração na produção da obra baseada da cultura greco-romana, à medida em que descreve os dois elementos escultóricos, aos moldes das produções da Antiguidade Clássica.

Em termos de valor simbólico, na perspectiva da estética artística clássica, o monumento público, produzido para homenagear as mulheres de Parauapebas, tem sua importância para o grupo social o qual o artista tentou representar, como também para a cidade, em forma de embelezamento que os dois elementos escultóricos produziram para a cidade como um ponto turístico atrativo.

Nesse sentido, o reflexo que um monumento causa em relação à comunidade onde ele será fixado é um elo fundamental para despertar identidades e sentimento de pertencimento. Percebe-se que, embora o artista tenha apresentado um produto bem elaborado artisticamente, grosso modo, no momento da sua criação, não se atentou para a questão do contexto histórico da população local, e também do espaço geográfico onde o município está inserido.

No que diz respeito ao monumento relacionando-se com a cidade, vejamos o que Salma Dias Almeida Sá (2007) reflete em seu artigo “A cidade, os monumentos públicos e suas relações com o social⁷⁹”, acerca de como esse relacionamento ocorre:

O monumento público coloca-se como uma manifestação artística que tem como pano de fundo e parte essencial para sua existência a cidade, este corpo mutável, contraditório, multifacetado e complexo. Esses dois elementos, cidade e monumento público estão inter-relacionados de maneira que a compreensão do papel de um monumento público, sua significação e a apropriação que a população faz de sua imagem, considerando a representação do monumento como elemento essencial de orientação, um marco para localizar-se em meio à trama urbana e um símbolo que pode compreender uma função fundamental para os habitantes e moradores do lugar (Sá, 2007, p.7-8)

Sá (2007) define como deve ser a interrelação de um monumento público com a sociedade em seu entono, o que ele representa para a população e para a história local, uma questão crucial para o entendimento de sua representatividade. Dessa forma, supõe-se que talvez tenha faltado um certo direcionamento do poder público que não se preocupou em realizar um estudo prévio sobre o tema e, portanto, e um modo geral, não tenha realizado consulta pública para saber quais sugestões surgiriam.

Retomando a reportagem do site “zedudu”, percebe-se a seguinte informação:

Concluídas e descortinadas ontem (22)⁸⁰, as esculturas do “Monumento em Homenagem aos 30 Anos do Encontro da Mulher de Parauapebas” começaram a gerar polêmica na cidade. É que começaram a se espalhar pelas redes sociais comentários de que as esculturas trariam simbologia de rituais satânicos.

Afirmações são negadas veementemente pelo autor das esculturas, o artista plástico Afonso José da Silva Camargo, que já tem 30 anos de atuação na cidade. Ele diz que o monumento representa unicamente a luta das mulheres pelos seus direitos, não tendo nada de simbologia religiosa e muito menos de ritos satânicos (Zé Dudu, 2020).⁸¹

Ocorre que o monumento não se amalgamou nessa relação e/ou não agradou uma parcela mínima da população parauapebense que não se identificou com os elementos escultóricos que compuseram a obra do autor. Remontando à história da construção da população que compõe a sociedade local, já citada neste texto,

⁷⁹ Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

⁸⁰ O artista levou um tempo significativo para produzir o monumento, que foi fixado no dia 22/09/2020, na praça em frente ao Quartel da Polícia Militar, na PA-275, no município de Parauapebas.

⁸¹ A reportagem foi realizada pela jornalista Tina Santos.

trazemos novamente para este debate a questão religiosa, em que predomina a tendência cristã evangélica.

Esses comportamentos de alguns indivíduos da cidade de Parauapebas que não aceitaram o monumento em homenagem às mulheres, demonizando-o como uma simbologia de “rituais satânicos”, grosso modo, brota do contexto de 2020, quando o país teve um governante⁸² que se apropriou de algumas instituições evangélicas, utilizando os seus eventos religiosos para se promover politicamente. Com intuito de se manter no poder, assumiu um discurso extremista, destilando ódio aos diferentes, negando a ciências e divulgando Fake News.

Diante dessa situação advinda da história nacional, parte do construto do saber histórico, orientador da nação brasileira, que emerge de um discurso político baseado na ideologia de extrema-direita, desperta gatilhos em alguns indivíduos que também são produtores da história regional e, conseqüentemente, refletem na história local, tendo em vista que, em termos gerais, reafirmam tal discurso em sua sociedade local.

Nesse sentido, a respeito do elo existente entre fatos históricos nacionais, regionais e locais, Joana Neves, no texto “História local e construção da identidade social” alerta-nos para essa questão:

De forma que o passado e presente são interligados na produção do conhecimento histórico, o geral e o local se articulam na construção da nossa visão da história. Cada local é sempre o recorte de uma realidade mais ampla que o contextualiza e aquilo que se entende por geral, é o somatório de realidades locais que se relacionam por um processo mais amplo. O local, fora de um contexto geral, é apenas um fragmento e o geral, sem respaldo das realidades locais, é apenas uma abstração; e, neste caso, ambos estarão destituídos de sentidos (Neves, 1997, p. 22).

Conforme Neves (1997), toda ação humana vislumbrada no âmbito da história local apresenta uma interligação com uma realidade mais ampla. Isso fica bem claro no entendimento da trama histórica em torno do monumento que homenagearia as mulheres de Parauapebas, pois considerando o contexto político de 2020, o qual em toda as cidades do país fomentou-se o discurso político de extrema direita alinhado

⁸² Jair Messias Bolsonaro se elegeu presidente do Brasil para o pleito de janeiro de 2019 a dezembro de 2022, com o apoio de quase todas as instituições evangélicas do país. Valeu-se de pautas relacionados aos hábitos e costumes para agradar seu eleitorado conservador, além de parte desse grupo ser de extrema direita. Ele atacou as instituições públicas, esvaziou as políticas públicas para o povo mais pobre, atacou o Supremo Tribunal Federal e o sistema eleitoral brasileiro, assumiu também um discurso negacionista, não reconhecendo a gravidade da Pandemia da Covid 19, refutando a ciência e os especialistas no assunto.

ao religioso, especialmente em grande parte das instituições de propensão cristãs evangélicas, reverberando de certa forma, numa sociedade polarizada.

Nesse contexto, entende-se que o momento político daquele ano motivou alguns populares com tal perfil, apoiados, obviamente, por políticos da extrema direita local que promoveram discursos de ódio aos que percebem o mundo de outra perspectiva; incentivaram e manipularam indivíduos à violência, levando-os à contestação dos elementos escultóricos que compunham o Monumento em Homenagem às Mulheres.

Recuperando a repercussão na mídia parauapebense acerca da polêmica envolvendo o monumento, objeto deste texto, destacamos outra imagem dos elementos escultóricos disponível no site “Pebas na TV”, onde podemos vislumbrar com mais nitidez os detalhes inseridos nesses elementos e seus simbolismos, de acordo com o que foi pensado pelo autor da obra e que foi interpretado não como uma mensagem boa que pudesse homenagear as mulheres da cidade.

Sabe-se que a mídia tem um papel fundamental na sociedade, e ela serve para nos informar do que ocorre diariamente nas cidades brasileiras. Por outro lado, quando esses canais midiáticos não cumprem com o seu papel de informar o cidadão a partir de fontes seguras, acabam contribuindo para desinformar a população, infelizmente, por meio das *fake News*, ou seja, por notícias falsas, contribuindo para fomentar ódio e violências.

Os sites mais visitados de Parauapebas fizeram publicações muito tendenciosas com relação ao monumento que homenageava às mulheres de Parauapebas, canais que estão sob o poder de indivíduos ligados à política e à religião, o que explica o uso tendencioso do veículo de comunicação, vinculado, geralmente, às redes sociais, trabalhando na contramão da informação verídica.

Com relação à memória da sociedade parauapebense que se quer perpetuar às futuras gerações, podemos relacionar com o pressuposto de Oliveira (2010, p. 88) que, ao discutir o sentido de memória, aponta que “cada época precisa ter memória de todas as outras para superá-las e realizar a tarefa do presente”

Vejamos a imagem do referido monumento a seguir:

Imagem 27- Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas - 2020



Fonte: Pebas na TV, 2023.

A imagem faz parte de uma reportagem realizada pelo site “Pebas na tv”, sob o título “O Monumento que pegou mal”, publicada em 25/09/2020, sem autor identificado, apenas com a assinatura da redação. Vejamos parte da nota em que o veículo de comunicação justifica o teor pejorativo com relação ao tema, da seguinte maneira:

Diante deste cenário, vamos analisar algumas outras coisinhas, o artista ainda relata que a imagem carrega a representatividade universal da feminilidade, conhecido também como o cetro de Vênus, deusa reconhecidamente como pagã.

Mas, agora o que o povo das redes sociais pergunta e quer saber, e que não foi explicado. Porque a imagem possui 2 cruzeiros invertidos? Será que isso não pegaria tão mal em uma cidade tão cristã como Parauapebas? Porque as vestes se assemelham tão grandemente com as de entidades pagãs de outras religiões, que na cultura popular são reconhecidas como “Maria Padilha” e a famosa “Pomba Gira”? O povo quer saber! Conta aí, “lorin⁸³”. Porque as mesmas estão dispostas no maior cruzamento de nossa cidade, onde recebem o maior afluxo de pessoas diariamente. Será isto fruto de credulidade ou apenas ignorância do folclore popular? Devemos lembrar aqui que na praça Mahatma Gandhi⁸⁴ havia uma estátua que foi retirada, por pressão popular, lembrando que Gandhi também era “Pagão”. Bom, de patacoadas em patacoadas, o Governo Municipal mostra que é grandioso para si mesmo e pequeno demais para nossa cidade, pois não pensam e não querem o bem de todos, e sim daqueles que dão votos, e olhe lá. Este pandemônio municipal causa polêmicas desnecessárias em momentos inadequados, mostrando assim todo o seu despreparo até mesmo em lidar com assuntos tão delicados. O estado é laico, todos nós sabemos, não temos nada contra a religião de ninguém, mas a cidade é cristã, os evangélicos estão por todas as ruas, os católicos são a maioria. Por fim a análise fria e contundente é porque, porque, porqueeeeeee até o presente momento

⁸³ O Prefeito Darc Lermen, natural da cidade de Santo Cristo no Rio Grande do Sul, tem características físicas nos padrões de um homem descendente de alemães. E por ser branco, olhos claros e louro, parte da população o chamam de “lorin”.

⁸⁴ O monumento em homenagem a Mahatma Gandhi, fixado na praça, com o nome dele, foi inaugurado em 1990; é um Patrimônio Público da cidade de Parauapebas que vive sofrendo depredação, justamente pela concepção de visão de mundo e de religião descrita na reportagem.

nenhum monumento foi feito para esta grande parcela cidadã, não seria este o embate principal? Cadê o governo de todos agora? (Pebas na TV, 2023, online).

O excerto do site “pebas na tv”, publicado no dia 25/09/2020, representa, no mínimo, falta de conhecimento sobre monumentos inspirados na cultura greco-romana, da história africana e das religiões de matrizes africanas, bem como da trajetória histórica do grande líder religioso Mahatma Gandhi⁸⁵. Outro aspecto importante a se pensar é que o autor da matéria afirma que sabe o que é um Estado laico, pelo menos é o que se percebe na frase “o estado é laico todos nós sabemos”, porém quando exige que o poder público construa monumentos que expresse apenas a sua visão religiosa, torna-o um leigo no assunto.

Nesse contexto, a realidade é que, diante dessa polêmica e dos discursos de ódio impressos ao município, demonizando o monumento em questão, ocorreu uma depredação dos elementos escultóricos que compunham a obra artística de Afonso Camargo, levando a sua total destruição, trama que, até o momento, ainda está na obscuridade, tendo em vista que nem os mandantes, nem aqueles que estiveram na prática da depredação propriamente dita foram identificados, uma vez que, não houve nenhum registro policial⁸⁶ denunciando o ato criminoso contra o patrimônio público e, portanto, ninguém foi responsabilizado pela destruição, como por exemplo, ressarcir o erário público investido na produção do Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas. Vejamos as imagens:

⁸⁵ Mahatma Gandhi (1869-1948) foi um líder pacifista indiano. Principal personalidade da independência da Índia, então colônia britânica, ganhou destaque na luta contra os ingleses, por meio de seu projeto de não violência. Além de sua luta pela independência da Índia, também ficou conhecido por seus pensamentos e sua filosofia. Recorria a jejuns, marchas e à desobediência civil, ou seja, estimulava o não pagamento dos impostos e o boicote aos produtos ingleses. Disponível em: https://www.ebiografia.com/mahatma_ghandi/.

⁸⁶ Foi realizada uma pesquisa na internet que indicasse um registro policial do episódio da destruição do monumento e não foi encontrado. Em conversa informal com o autor da obra, ele informou que, por causa do momento político, o poder público municipal optou por não fazer nenhuma denúncia, receoso de que os ânimos se acirrassem ainda mais e chegassem a atos muito mais violentos.

Imagem 28 – Parte do monumento em homenagem às mulheres de Parauapebas-2020 que foi quebrado⁸⁷



Fonte: Registro autoral

Imagem 29 – Parte do monumento em homenagem às mulheres de Parauapebas-2020 que foi quebrado



Fonte: Registro autoral

As imagens 28 e 29 são apenas dois registros feitos com um celular dos restos que sobraram do monumento destruído e que estão até então em uma sala no interior do Museu Municipal de Parauapebas. Até no momento da visita ao local onde os destroços estão guardados, não havia nenhum projeto direcionado para que o referido monumento fosse restaurado.

Ressalta-se que o tema aqui discutido não se esgota nesses escritos, pois existem várias lacunas nesta trama histórica que precisam ser preenchidas, analisadas e refletidas, para melhor compreender o episódio que envolveu o objeto tema deste artigo, tendo em vista que o papel do historiador é de suma importância para que os indivíduos consigam vislumbrar em suas comunidades as contradições,

⁸⁷ As fotos são de minha autoria, capturadas em agosto de 2023; para esse registro, contei com a parceria da então diretora do Museu Municipal de Parauapebas onde estão os destroços do monumento.

as mudanças e a permanência ocorridas em seu entorno, pois como descreve Peter Burke (1991), “a função do historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer”.

Vale enfatizar que a destruição e derrubada de monumentos públicos não é uma ação isolada ocorrida na cidade de Parauapebas, pois ao longo da história, encontramos práticas parecidas à que foi direcionada ao Monumento em Homenagem às Mulheres.

Para este entendimento, reportamo-nos aos estudos dos historiadores Rosane Napolitano e Rosane Kaminski (2022), que na obra “Monumento, memória e violência” ressaltam que:

Ainda que os monumentos sejam atacados, há muito tempo em várias épocas e lugares do mundo, desde 2015 essa tática passou a fazer parte dos movimentos antirracistas e decoloniais contemporâneos. A ação radical contra o Borba Gato de Pedra, assumida por um coletivo de esquerda, acabou inflamando reações que envolvem o cidadão comum, militantes, gestores públicos, professores, historiadores, urbanistas, entre outros, frente ao movimento “derrubacionista” que ocorre atualmente, em diferentes lugares do mundo. O gesto de queimar, quebrar, arrastar, pichar, tingir, afogar e incendiar estátuas passaram a ser noticiados constantemente e amplamente debatido na imprensa (Napolitano; Kaminski, 2022, p. 9)

Nota-se, na perspectiva dos autores em questão, que o ato de derrubar monumentos é antigo e é praticado em diversas sociedades e épocas, no entanto, há um acirramento dessa prática no Brasil desde 2015, quando o monumento de Borba Gato, personagem considerado símbolo do escravismo, foi incendiado. O ato foi assumido pelo grupo de esquerda denominado de “Revolução Periférica” e teve um dos seus componentes preso.

A proliferação desses atos, segundo os autores, tem como fonte inspiradora a imprensa que divulga as notícias acompanhadas de vídeos ou imagens e contribui para que outros grupos em outros locais se disponham a realizar tais atos. Entretanto, o que ocorreu com o monumento destruído em Parauapebas não tem cunho de ativismo antirracista ou demandas de causas sociais plausíveis que justifique tal violência.

Napolitano e Kaminski (2022) tecem contribuições importantes para a compreensão da violência contra os monumentos públicos. Ao tratar do uso de metáfora como estratégia para comentar os monumentos, apontam que:

Sabe-se que o uso dos monumentos, inclusive, os iconoclastas não são novos. A iconoclastia ou a destruição de imagens parece impor uma certa

operatória performática, que inclui formas de ações físicas violentas às estátuas de modalidade recorrente: elas são agredidas, despedaçadas, decapitadas, arrastadas, afogadas, enforcadas, açoitadas etc. (...) De modo que tudo acumulou uma certa visibilidade, na qual as imagens eram corpos que podiam ser agredidos como se fossem dotados de vida própria (Napolitano; Kaminski, 2022, p. 9).

Segundo os autores, os indivíduos, ao assumirem um caráter que os leve à destruição de um monumento, atuam com uma performance que no seu consciente chama a atenção para o seu protesto; no entanto, imprime a prática da violência para demonstrar sua revolta.

Ressalta-se que a trama em torno da destruição do Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas ainda está obscura, porém constata-se, pelas reportagens dos sites locais, que esse ato de violência não tem nenhuma relação com ideias antirracistas, ou visão decolonial de se pensar a história local por meio dos monumentos.

Acredita-se que no bojo desse projeto de destruição de um monumento local está uma visão deturpada da escultura clássica, imbuída de um fanatismo religioso de um pequeno grupo da sociedade parauapebense, sujeitos envolvidos na política, os quais não compreenderam a proposta do artista que a produziu, um conjunto de dois elementos escultóricos de figuras femininas, as quais foram comparadas com uma entidade da Umbanda⁸⁸, mais precisamente com a “Pomba-gira”⁸⁹

A polêmica gerada em torno da fixação do Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas no ano de 2020, que culminou com a sua destruição e a preferência por uma outra versão, fixada no mesmo espaço do anterior no ano seguinte, apresenta uma estética mais neutra do ponto de vista artístico, o que demonstra que a história e a memória que o grupo hegemônico optou para perpetuar às futuras gerações estiveram em disputa, sendo que alguns fatos e autores do ato de vandalismo não foram identificados e, portanto, sem responsabilização.

⁸⁸ A umbanda é uma religião de matriz africana que possui diversas entidades. Elas são consideradas espíritos com características distintas, atuando como guias e mensageiros entre os planos espiritual e material. Da alegria dos Erês às sabedorias dos Pretos. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/exu-pretos-velhos-pomba-gira-quem-sao-as-entidades-da-> Acesso em 08/01/2024.

⁸⁹ A Pomba-gira é uma entidade feminina que tem características multifacetadas, sendo associadas a energias ligadas à sensualidade, ao amor, ao equilíbrio e à proteção. Ela é frequentemente invocada para lidar com questões sentimentais e afetivas, como relacionamentos amorosos e, muitas vezes, desempenha o papel de intermediária entre os planos espiritual e material. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/exu-pretos-velhos-pomba-gira-quem-sao-as-entidades-da-umbanda>.

Como definiu Nora (1993) sobre a questão da memória e sua relação com a história:

Tudo que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo que é chamado no clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade da memória é uma necessidade da história (Nora, 1993, p. 14).

Para Nora (1993), a memória é a própria história, esta por sua vez perpetua fatos e personagens que foram conservados na memória como registro para as futuras gerações. Em Parauapebas, a memória que define a homenagem às mulheres locais pela sua participação na construção da cidade foi idealizada a partir da relação que essas personagens tiveram e têm com o mundo do trabalho, representado pelas molduras de suas mãos, em um painel de concreto.

Contraditoriamente, a imagem das mulheres representadas pelo conjunto escultórico de duas figuras femininas, fixada em 2020 em praça pública, não obteve uma receptividade por parte de alguns populares, pelo designer artístico e cultural que ele representava e, grosso modo, não vislumbrava o universo de vivência desse grupo, causando, de certa forma, um constrangimento diante do monumento.

Nesse contexto, pode-se inferir que esse ato de violência expressa tanto o preconceito com relação aos corpos femininos representados nas esculturas, bem como das questões relacionadas com a intolerância religiosa, haja vista que o elemento escultórico foi comparado com uma obra em homenagem à Pomba-gira, à Maria Padilha e, portanto, com referências satânicas.

Diante dessa polêmica ocorrida na cidade por causa do monumento em homenagem às mulheres de Parauapebas na sua primeira versão que provocou estranheza para alguns cidadãos que destruíram os elementos escultóricos do monumento, o poder público encomendou do mesmo artista outro monumento, que está fixado na praça situada em frente ao quartel da polícia militar.

O tema sobre a destruição do monumento em Parauapebas no ano de 2020 é polêmico e sensível para ser discutido fora do âmbito acadêmico, tendo em vista que a maioria dos indivíduos da cidade não tem conhecimento do fato ocorrido, muito menos maturidade para debater o assunto e formar uma consciência crítica para contextualizar a questão da falta de se ter uma educação voltada para uma cultura de paz.

Nesse sentido, como docente do ensino de história, faz-se necessário abordar o tema com muito cuidado e responsabilidade, pois os nossos estudantes são

oriundos de famílias que também entendem a questão do mesmo modo que são orientados por seus líderes religiosos.

No entanto, diante das situações locais conflituosas, não podemos silenciar tais temas, oriundos das ações dos sujeitos que estão no entorno dos alunos, na cidade onde eles habitam, pois, silenciar essas questões é contribuir para que as mazelas sociais aconteçam e a intolerância sob todas as formas de expressão não seja superada.

Educar para formar cidadãos conscientes e críticos da sua própria realidade é seguir os pressupostos de Paulo Freire (2023), discutidos na obra “Pedagogia do Oprimido”, em que, dentre outras questões, ele defende que

A tendência, então, do educador-educando como dos educandos-educadores é estabelecer uma forma autêntica de pensar e atuar. Pensar-se a si mesmo e ao mundo, simultaneamente, sem dicotomizar este pensar da ação. A educação problematizadora se faz, assim, um esforço permanente através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham (Freire, 2023, p.100).

É nessa perspectiva freiriana que concebemos a relação professor-aluno por meios do desenvolvimento de um diálogo sincero e respeitoso com os estudantes que vivenciam o “chão” da escola e que se pretende abordar assuntos que instigue a consciência crítica desses alunos e fomente uma educação libertadora e, portanto, transformadora.

CAPÍTULO 3 – NAS TRILHAS DO ENSINO DE HISTÓRIA COM FOCO NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Neste capítulo abordaremos, sucintamente, sobre a importância do ensino de história no currículo. Trataremos de algumas questões relativas à educação patrimonial, finalizando com a proposta pedagógica, uma Sequência Didática com o tema “Monumento em homenagem às mulheres de Parauapebas”, direcionada aos alunos do sexto ano, prática pedagógica apresentada como produto desta dissertação.

3.1 Ensino de história e sua trajetória: uma breve análise

“A inovação que ocorre é a ênfase ao papel atual do ensino de história para a compreensão ‘sentir-se sujeito histórico’ e em sua contribuição para a ‘formação de um cidadão crítico’”

Circe Bittencourt (2001)

Ensinar história nunca foi fácil. E nós professores da disciplina sempre estamos diante de situações complexas advindas da sociedade, de acordo com o tempo e com o contexto vivenciado por esta, que nos desafiam a resistir na tarefa de realizar um ensino de história de qualidade e que liberte as mentes dos aprendentes da alienação e da sua zona de conforto, a uma prática cidadã, bem como, levar-nos a refletir sobre nossas ações pedagógicas para um refazer, um repensar a postura docente (Freire, 2019).

Na seara das discussões sobre o ensino de história, a professora Circe Bittencourt (2001), autora do fragmento inicial deste capítulo, e referência neste tema, alerta-nos para o atual papel de se ensinar história, em que os professores precisam ministrar a referida disciplina em espaço escolar, com o objetivo de formar indivíduos críticos, conscientes para que eles possam tornar-se cidadãos e sentirem-se sujeitos da história.

Assim, os estudantes poderão compreender as contradições do mundo que o cercam, percebê-las, refletir sobre elas e reunir condições para conquistar autonomia que os levem para a tomada de decisão, visando transformar suas realidades, contraditoriamente, postas.

Sabemos dessa responsabilidade proposta por Bittencourt (2001) para o ensino de história, de promover um ensino inovador e atraente aos estudantes, haja vista que

a própria disciplina, por estar envolta em diversas teorias, tendências e métodos, de certa forma, dificulta a assimilação dos conteúdos históricos; por isso, o docente precisa sempre buscar qualificação profissional para desenvolver um trabalho com excelência, a partir de novas metodologia de ensino.

Decerto que não é nossa intenção aprofundar o debate em torno do tema “currículo de história”, porém, achamos oportuno pontuar o que significa currículo. Para isso, dialogamos com Marieta de Moraes Ferreira (2019) e Margarida Maria Dias de Oliveira (2019), organizadoras da obra “DICIONÁRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA”, onde elas apontam o conceito de currículo da seguinte forma:

Etimologicamente *currículum* vem do latim curriculum (corrida) que, por sua vez, tem origem no verbo *currere* (correr, podendo ser simultaneamente como o “ato de correr” /” percorrer” e o percurso realizado ou a ser realizado nesse ato (Ferreira; Oliveira, 2019, p. 72).

Segundo as autoras, currículo é um caminho que devemos seguir no processo de ensino. Esse percurso no ensino de história nos remete a um compêndio de acontecimentos históricos, distribuídos, no caso do Ensino Fundamental, no 6º, 7º, 8º e 9º anos, de modo específico.

Nesse sentido, o currículo é um campo de investigação que mobiliza vários aspectos da sociedade e dos grupos que a compõem, principalmente das classes dominantes, embora já se vislumbre no currículo temas inclusivos, as autoras destacam que:

Nessa perspectiva, currículo de história tende a significar o conjunto de conteúdos que compõem as “grades curriculares” dessa disciplina nos diferentes níveis de ensino ou que são contemplados pelas reformas curriculares nessa área de conhecimento, em contexto sócio-históricos distintos (Ferreira; Oliveira, 2019, p. 75).

Ferreira e Oliveira (2019) nos chamam a atenção para as mudanças que o currículo de história sofre no decorrer do tempo, porém essa trajetória, embora seja importante, não é o foco da nossa discussão. Não obstante, as autoras deixam bem nítido que o currículo de história sofre alterações de acordo com os diferentes contextos sócio-históricos.

Para nós professores da disciplina, lidamos com os reflexos dessas mudanças no chão da escola, uma vez que, atualmente, a carga horária é mínima e a jornada de trabalho pesada, o que nos deixa com falta de tempo escolar para realizar um trabalho exitoso.

Vejam no quadro a seguir a quantidade de aulas de história destinada a cada ano do Ensino Fundamental II, adotado pela Prefeitura de Parauapebas:

Quadro 3 - Demonstrativo da carga horária - 2024

CARGA HORÁRIA DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL II			
Ano	C.h mensal	C.h semanal	Hora aula
6º	10 h	Duas aulas	90min
7º	15 h	Três aulas	1h35 min
8º	20 h	Quatro aulas	1h80min
9º	10 h	Duas aulas	90min
Uma aula corresponde a 45 min			

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Observamos no quadro acima que a carga horária mensal destinada ao ensino de história é mínima para ser ministrado no Ensino fundamental, uma vez que ela está sempre perdendo espaço, tanto para as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, bem como para a própria Geografia.

Posto isso, para que um professor de história do Ensino Fundamental II consiga chegar às 200h mensais, na maioria das vezes precisa assumir entre 14 ou 16 turmas, com quantitativo que varia entre 32 a 45 alunos.

Salienta-se que, para além dessas problemáticas citadas, ensinar história não é somente ministrar os conteúdos curriculares oficiais da disciplina, mas também abordar temas inseridos em outras áreas que estão no contexto da escola e do aluno. Para isso, Bittencourt (2009) sinaliza que:

Atualmente, a ideia de currículo é concebida em todas as suas dimensões, distinguindo-se o *currículo formal* (ou pré-ativo ou normativo), criado pelo poder estatal, o *currículo real* (ou interativo), correspondente ao efetivamente realizado na sala de aula por professores e alunos, e o *currículo oculto*, construído por ações que impõem normas e comportamentos vividos na escola, mas sem registros oficiais, tais como discriminações étnicas e sexuais, valorização do individualismo, ausência ou valorização do trabalho coletivo. Estudos recentes incluem ainda o *currículo avaliado*, que se materializa pelas ações dos professores e das instituições, ao “medirem” o domínio dos conteúdos explícitos pelos alunos e incorpora valores não apenas institucionais, como habilidades técnicas e práticas da cultura letrada (Bittencourt, 2009, p. 104).

A autora nos mostra que existem o currículo formal, o currículo real, o currículo oculto e o currículo avaliado que estão presentes na dinâmica escolar. O docente de história precisa vislumbrar no seu fazer pedagógico tais currículos, principalmente o currículo oculto, pois ele se insere na perspectiva de construção do fortalecimento de identidade e no ensino ao combate a qualquer tipo de discriminação.

Nesse sentido, para ministrar as aulas de história nesse viés que exige uma postura de compromisso com as diversas dimensões do currículo para uma tomada de decisão por conteúdos históricos que tenham significado para os estudantes, não podemos deixar de imprimir uma ação pedagógica baseada nos fatos e nos conceitos inerentes à disciplina de história, que seja problematizadora, visando um ensino libertador, conforme preconiza Freire (2019).

Vele lembrar que a sociedade brasileira vivenciou nos últimos quatro anos (2019-2022) um retrocesso sem precedentes, pois o Brasil teve um presidente que fomentou um ataque contra a ciência. A educação e os educadores foram sistematicamente alvos de uma política de desmonte. Desse modo, os professores de história foram, grosso modo, diversas vezes ameaçados por imprimirem um ensino baseado na pesquisa histórica, na cientificidade, justamente porque este ensino incomoda a classe dominante que sempre almeja subjugar as classes minoritárias.

Sabemos que o Estado brasileiro sempre interferiu no currículo escolar da educação básica e nele a disciplina de história foi (e ainda é) alvo de mudanças constantes, baseado numa política de concepção hegemônica de ensinar, ou seja, um ensino que reverbera em alienação, massificação e subjugação das classes populares e excluídas.

Nesse sentido, Bittencourt (2009), historiadora que tem se debruçado nas pesquisas sobre o ensino de história e em seus métodos afirma que:

A História escolar integra o conjunto de disciplinas que foram sendo constituídas como saberes fundamentais no processo da escolarização brasileira e passou por mudanças significativas quanto a métodos, conteúdos e finalidades, até chegar à atual configuração nas propostas curriculares (Bittencourt, 2009, p. 33).

A autora nos aponta no excerto anterior que a disciplina de História abarca vários conhecimentos históricos escolares, saberes de suma importância para a formação dos alunos, como por exemplo, a noção do tempo passado e do tempo presente na produção histórica. No entanto, ela também afirma que essa disciplina passou por mudanças significativas de objetivo e métodos de ensino, ao longo do processo de sua construção.

Reportando-nos à trajetória do ensino de história nas escolas em todo país, desde o século XIX, a disciplina assume objetivos que diferem de acordo com o contexto da sociedade. Decerto que foi no século XIX e início do XX que o ensino de

história se vinculou a uma proposta pedagógica fomentadora de uma história nacional, com o objetivo de desenvolver nos estudantes uma identidade nacional.

Nesse aspecto, Bittencourt (2009) destaca que:

O ensino de História associava-se a lições de leitura, para que se aprendesse a ler utilizando tema que incitasse a imaginação dos meninos e fortificassem o senso moral, por meio de deveres com a Pátria e seus governantes. Assim, desde o início da organização do sistema escolar, a proposta de ensino de História voltava-se para uma formação moral e cívica, condição que se apresentava no decorrer dos séculos XIX e XX. Os conteúdos passaram a ser elaborados para construir uma ideia de noção associada à pátria, integradas como eixos indissolúveis (Bittencourt, 2009, p. 61).

A autora aponta no trecho acima que, para o ensino de História, os governantes utilizavam um modelo que intencionava despertar um sentimento patriótico que formasse indivíduos para cumprir seus deveres com a sua pátria. Tal ensino visava ainda uma formação que elevasse a moral e o civismo do país, uma proposta metodológica baseada na memorização.

No século XX, mais especificamente no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), o objetivo do ensino de história deveria construir uma história escolar que o estudante elevasse o conceito de pátria para que se pudessem fortalecer a questão moral para sua obrigação com o país, imprimindo um certo civismo, ou seja, o que seria mais elementar como aprendizagem para esse período era a formação de moral e cívica, ideia que fortalecia certo patriotismo.

Ressalta-se que, após o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) no Brasil, as mudanças no ensino de história partiram também das demandas dos professores que estão no “chão” da escola e identificam questões que outros agentes públicos não conseguem visualizar. Isso fica bem evidente na perspectiva de Gatti Júnior (2010), no artigo “Demandas sociais, formação de cidadãos e ensino de história”:

Nós professores de história, que lidamos cotidianamente com o ensino dessa disciplina nas diversas escolas brasileiras, pudemos perceber mudanças nas orientações e nas determinações curriculares do conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, sobretudo, a partir da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996 (Brasil, 1996). Porém, as mudanças no ensino escolar de História não resultam exclusivamente de alterações legais e governamentais, mas sim, respondem fundamentalmente, às pressões exercidas pelo movimento dos docentes de História que, após o término do período da Ditadura Militar, em 1985, fomentaram alterações nos programas de ensino e nos livros didáticos de História (Gatti Júnior, 2010, p. 105).

Segundo Gatti Júnior (2010), o movimento dos professores de história tem contribuído significativamente para alcançar mudanças no currículo, com conteúdos que atendam às demandas da sociedade brasileira, as quais ultrapassam o muro da escola. O ensino sempre tem como objetivo principal levar os alunos a compreenderem o passado, suas transformações e entenderem os impactos delas no presente, a fim de formar cidadãos críticos e conscientes.

Para tanto, o ensino de História busca sempre abordagens que vislumbre a análise dos acontecimentos produzidos pelos indivíduos, por meio de diferentes fontes históricas, bem como a compreensão das diferentes perspectivas metodológicas. Almeja-se com tal prática a interpretações sobre os eventos passados, fomentado o estímulo ao pensamento crítico e reflexivo do estudante.

Desse modo, os pesquisadores Renilson Rosa Ribeiro e Amauri Junior da Silva Santos (2021) discutem no artigo intitulado “Historiografia escolar e historiografia acadêmica: relações possíveis na produção do conhecimento sobre ensinar e aprender História” que

A História como área de pesquisa e ensino é marcada por uma multiplicidade de referenciais teóricos, metodológicos e ideológicos. As diversas concepções de História constituem diferentes maneiras de selecionar os conteúdos, definir os conceitos e procedimentos, privilegiar e analisar determinados tipos de fontes e, conseqüentemente, construir sua narrativa. E a aulas de História não fogem a essa regra. Em outras palavras, o lugar social e escolha do docente evidenciarão a forma de trabalhar historicamente os temas definidos para aquele ano ou turma (Ribeiro; Santos, 2021, p. 27).

Segundo os autores, os professores da área devem estar atentos às especificidades da história enquanto ciência e disciplina escolar, pois ambos os campos estão amparados por diferentes teorias, métodos e ideologias. Por isso, é imprescindível que o docente assuma uma postura teórico-metodológica na sua práxis, considerando que esse ato irá definir o seu perfil.

É preciso, para se ter uma boa prática educativa no ensino de história, selecionar os conteúdos a serem abordados em sala de aula, de acordo com o contexto em que os alunos estão inseridos. Eventos da história local devem ser inseridos no currículo, para que esses conteúdos dialoguem com a realidade vivenciadas por eles.

Outra questão relevante para se oferecer um ensino de história exitoso é desenvolver um constante diálogo com as diversas áreas do conhecimento, como a

geografia, a arte, a sociologia, a economia, entre outras, a fim de proporcionar uma visão interdisciplinar do conhecimento e contextualizá-lo com os eventos históricos.

Nessa perspectiva, retomamos os pressupostos de Bittencourt (2010) que discute sobre as pesquisas históricas na área educacional que envolvam o estudo do “meio social e físico” e chama a atenção para a seguinte situação:

Para as disciplinas de História, Geografia e Artes, o “meio social e físico” corresponde a um laboratório de ensino. A sociedade, em suas relações temporais e espaciais, normalmente apresentada por textos escritos ou pela iconografia, situa-se em outra dimensão e profundidade ao ser observada diretamente, pois neste caso surge a oportunidade de dialogar com pessoas, identificar construções privadas e públicas, atentar para fatos cotidianos que geralmente passam despercebidos e transformá-los em objeto de estudo, de análise, de descoberta.

A possibilidade de concretizar estudos interdisciplinares por intermédio de estudo do meio é indiscutível. Embora História e Geografia sejam consideradas as disciplinas privilegiadas para a realização de atividades como essa, todas as demais podem-se integrar no estudo de um quarteirão, bairro, fazenda ou indústria (Bittencourt, 2010, p. 274).

Para a professora Bittencourt (2010), a concepção da interdisciplinaridade dever pautar o fazer pedagógico no ensino de história, considerando que existem saberes que ultrapassam o campo historiográfico. Contudo, podemos assimilá-los para passar segurança naquilo que é ensinado. Arrolar conceitos de outras áreas no ensino de história é de suma importância para que aconteça a interdisciplinaridade.

Retomando os estudos de Gatti Júnior (2010) observa-se que, entre outros temas, enfatiza que o ensino de História também deve promover a valorização da diversidade cultural e a compreensão das diferentes identidades, contribuindo para a formação de cidadãos mais tolerantes e respeitosos com as diferenças culturais.

Sobre a diversidade cultural brasileira e o ensino de história, ele sinaliza que:

Além dessas novidades temáticas, ocupa lugar central, no ensino de história, a compreensão e a preparação para o exercício da cidadania em torno do que se articula temáticas presentes na disciplina na atualidade, tais como a do respeito à diversidade de comportamentos culturais; a liberdade de afiliação e escolha política e religiosa; a compreensão das desigualdades sociais; a situação da criança, da mulher, do idoso, dos negros e dos indígenas na sociedade brasileira etc. (Gatti Júnior, 2010, p. 105).

Para o autor, o ensino de História desempenha um papel fundamental na formação da cidadania dos estudantes, por isso o professor deve atentar para a diversidade cultural na sociedade brasileira, para os grupos minoritários que historicamente ficaram à margem da sociedade, e que tiveram, e, apesar dos avanços, infelizmente, ainda estão com suas vozes silenciadas.

Nesse sentido, o professor Antonio Marcos Silva (2012), em sua obra intitulada “Nas trilhas do Ensino de História: teoria e prática”, reflete sobre a necessidade de abordarmos em nossas aulas temas que estão ao entorno dos alunos, ao frisar que:

Na definição dos conteúdos, considerar as realidades e os conhecimentos dos alunos é indispensável. O ensino torna-se significativo à medida que permite ao estudante dialogar com a sua realidade, compreendê-la e questioná-las de forma mais sistemática. Por isso, os conhecimentos prévios e as explicações que os estudantes já trazem sobre o mundo em que vivem são indispensáveis para o trabalho do professor (Silva, 2012, p. 46).

Segundo Silva (2012), é fundamental para que o professor de história tenha êxito em seu trabalho, ter um olhar sistêmico para o contexto em que ele está inserido, tendo em vista que é preciso conhecer a realidade dos discentes, seu modo de vida, sua condição social, sua cultura e o local onde ele reside e cercar-se de conhecimento das questões locais que possam subsidiar a sua prática pedagógica.

Na perspectiva da história local, Carlos Henrique Farias de Barros (2007), em seu artigo, “ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL”, aponta que:

O ensino da história local ganha significado e importância no ensino fundamental, exatamente pela possibilidade de introduzir a formação de um raciocínio de história que contemple não só o indivíduo, mas a coletividade, apresentando as relações sociais que ali se estabelecem na realidade mais próxima (Barros, 2007, p. 4).

Para Barros (2007), o ensino com foco na história local visa despertar um raciocínio dos saberes históricos que observem contextos individuais e coletivos que perpassam as relações interpessoais dos estudantes, possibilitando a compreensão do mundo em que eles vivem e do seu entorno.

3.2 O ensino de história na perspectiva da educação patrimonial

Sabe-se que o tema deste trabalho trata da destruição de um monumento que foi fixado no centro da cidade de Parauapebas no ano de 2020. Por isso, acreditamos que tal monumento não foi concebido como um patrimônio local, uma vez que ele foi destruído no mesmo dia em que foi erguido. Contudo, em 2021, o poder municipal construiu outra versão do monumento, numa perspectiva diferente do anterior e, esteticamente, mais neutro, para não levantar novas polêmicas.

No entanto, pensamos em abordar a educação patrimonial como em sala de aula, com o intuito de chamar a atenção dos estudantes para a trama histórica ocorrida

em torno do referido monumento e, ao mesmo tempo, levantar questões problematizadoras, tais como: Por que o monumento foi destruído no mesmo dia em que o ergueram? É correto danificar ou depredar um monumento da cidade de Parauapebas ou em qualquer lugar do Brasil? Você sabe quais são os patrimônios culturais da sua cidade?

Por outro lado, é possível pensar no ensino de história na concepção da educação patrimonial e inserir-se numa seara muito ampla com métodos de ensino com abordagem variados, em espaços diferentes que podem ser aplicados como perspectiva de aprendizagem?

Nesse sentido, o ensino de História tem como objetivo ensinar os conhecimentos sobre os fatos do passado, as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que ocorreram ao longo do tempo, bem como promover a reflexão sobre esses processos para compreender a sociedade em que vivemos.

Para as historiadoras Cristina Aparecida Reis Figueira (2012) e Lílian de Cássia Miranda de Gioia (2012), estudiosas da educação patrimonial, na obra “Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do Ensino Fundamental: Conceitos e práticas”,

A metodologia da educação patrimonial compreende um conjunto de práticas e experiências voltadas à percepção, ao conhecimento, à apropriação, à compreensão, ao reconhecimento, à valorização e à preservação dos diversos bens, tangível e intangível, de nosso patrimônio cultural (Figueira; Gioia, 2021, p. 81).

Conforme enfatizam as autoras, a educação patrimonial visa à preservação e à valorização dos bens tangíveis e intangíveis do patrimônio cultural de uma sociedade. Neles estão inclusos os monumentos, os sítios arqueológicos, as obras de arte, as tradições e os costumes. Assim, o ensino de História pode medir a compreensão dos alunos através de um processo ensino-aprendizagem que fomente a importância da preservação do patrimônio cultural da cidade, do Estado e do país onde esses estudantes residem.

Nesse sentido, o ensino de História está intrinsecamente ligado à educação patrimonial, pois ambos buscam promover o entendimento e a valorização do passado, contribuindo para a formação cidadã e para a construção de uma sociedade mais consciente de sua história e de seu patrimônio cultural.

Ao conceituar patrimônio, em sua obra “EDUCAÇÃO, PATRIMONIO E CULTURA LOCAL: concepções e perspectivas pedagógicas”, o professor Francisco Carlos Franco (2019) afirma que

O termo patrimônio é abrangente e assume sentidos diferentes, de acordo com o tempo e o local em que foi se instituído. Tem origem no latim, composto por dois vocábulos: *pater e nomos*, sendo *pater* o que designa o chefe da família, e, em maior abrangência nossos antepassados, vinculando-se aos bens, heranças, que provêm do núcleo familiar, enquanto *nomos* vincula-se às leis, usos e costumes relacionados a uma família ou a uma cidade. O termo pode ser entendido com significados relacionados a *paterno* e *pátria*, no sentido de posse, herança, legado (Franco, 2019, p. 15).

Franco (2019) sinaliza os aspectos que envolve que o conceito de patrimônio que é bem amplo, e defende que ele está ligado a várias questões da vida humana, visto como o viés econômico que pode tornar-se patrimônio de um indivíduo, ou herança familiar e tem sentido de posse, herança e legado.

Nesse sentido, o patrimônio pode ser compreendido como bens culturais que, de acordo com Constituição Brasileira de 1988, no Artigo 216, declara que

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjuntos, portadores de referência à identidade, ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV–as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor históricos, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, p. 131).

Como podemos observar, o patrimônio cultural brasileiro reúne uma série de elementos culturais que precisam ser respeitados, valorizados e preservados às futuras gerações, pois tais elementos da cultura material e imaterial são o que representa a própria brasilidade da população do país e elevam o sentimento de pertencimento a essas culturas.

É imprescindível que o docente do ensino de história se aproprie desses conhecimentos sobre o patrimônio cultural brasileiro - definido na Constituição Federal - para inseri-lo como conteúdo nas aulas de história. Assim, a Educação Patrimonial usada com uma metodologia inovadora poderá ensejar reflexões nos indivíduos sobre as diferentes épocas e lugares, levando-os a compreender o sentido do presente e do

passado na sua própria cidade, na comunidade, e a realidade de diferentes sujeitos que o cercam.

No que se refere à educação patrimonial, recorreremos aos estudos de Franco (2019) ao destacar que:

(...) a educação patrimonial é um excelente meio para uma educação crítica, para que os patrimônios culturais sejam objeto de aproximação sensíveis, como objetivo de sensibilizar o indivíduo para a valorização destes bens que precisam ser preservados, amparados, apropriados pelos cidadãos que com eles convivem. Para tanto, conhecer os patrimônios, entender sua relevância para a identidade cultural do indivíduo e de sua comunidade, são pontos essenciais para a consolidação de uma postura crítica, consciente frente este rico universo que está próximo, mas que nem sempre é percebido (Franco, 2019, p. 38).

O pressuposto de Franco (2019) descrito no excerto acima, vislumbra uma educação patrimonial ancorada na perspectiva crítica, haja vista que somente nessa direção, o docente estará nas trilhas de uma educação voltada para a formação cidadã, e poderá possibilitar aos aprendentes explorar o mundo, entendê-lo e promover a reflexão sobre a realidade que o cerca, identificando conflitos, contradições e desigualdades, colocando-os como sujeitos transformadores desta realidade.

Nessa seara da educação patrimonial, Bittencourt (2009) enfatiza que:

A educação patrimonial integra atualmente os planejamentos escolares, e especialmente os professores de história têm sido convocados e sensibilizados para essa tarefa, que envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: *como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado* (Bittencourt, 2009, p. 277).

Bittencourt (2009) sinaliza que a educação patrimonial já faz parte da realidade do currículo escolar da educação básica e dos planejamentos dos professores de história, e que essa educação deve ser impressa com metodologias diversas, com destaque para as atividades lúdicas. Segundo ela, é preciso ter, além do domínio do conteúdo, facilidade para estabelecer relações com o passado, bem como elencar questões sobre a preservação, seus objetivos e a quem ela atende.

Nesse sentido, vale lembrar que os conteúdos de história que abordam a questão dos patrimônios culturais e seus órgãos reguladores com a Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)⁹⁰; O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁹¹ e questões envolvendo os sítios arqueológicos, entre outros assuntos, estão inseridos nos livros de história do sexto ano do Ensino Fundamental que é o nível em que atuamos.

É prazeroso ministrar para essas crianças temas dessa natureza, tendo em vista que são alunos que vêm do quinto ano e, portanto, não tiveram contato com a disciplina de história de modo específico, e chegam para nós com um nível alto de curiosidade; porém, esses compêndios, não contemplam temas da história local, que partem da realidade do aluno, e isso não nos permite um envolvimento maior desses estudantes com a disciplina, pois são questões que estão bem distantes deles.

Salientando a ausência de conteúdos locais no ensino de história, Margarida Maria Dias de Oliveira (2010), na obra “EXPLORANDO O ENSINO DE HISTÓRIA”, descreve a seguinte situação:

Nos debates atuais do ensino de história, aponta-se possibilidades de estabelecer relações muito profícuas entre o estudo das trajetórias locais/regionais e os processos de formação de identidades sociais plurais, de modo a superar o verbalismo das aulas de história circunscritas apenas a temporalidades remotas, a espaços distantes e a determinadas memórias com as quais a maioria dos estudantes que frequentam a escola brasileira não se identifica e nas quais não reconhece as suas experiências, tampouco as de seu grupo de pertença (Oliveira, 2010, p. 60).

Oliveira (2010), no excerto acima, discute a questão de se ministrar o ensino de história desconectado da realidade dos alunos, por isso a importância de abordagens com assuntos que partam das experiências desses indivíduos. Óbvio que os conteúdos da história universal são relevantes para a compreensão do mundo, porém, os conteúdos da história local devem ser contemplados com prática pedagógica.

No debate sobre a educação patrimonial, reportamo-nos às discussões traçadas pelas professoras Cristina Reis Figueiras e Lilian Lisboa Miranda (2013), as

⁹⁰ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agência especializada das Nações Unidas (ONU) com sede em Paris, fundada em 4 de novembro de 1946, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>.

⁹¹ É uma autarquia federal, criada na década de 30 (13 de janeiro de 1937), com o intuito de proteger o Patrimônio Cultural material e imaterial brasileiro.

quais na obra “Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas”, concebem que:

O ensino de História cumpre especial papel na discussão, na realização de atividades e na proposição de projetos voltados para a educação patrimonial. Como componente curricular, deve proporcionar situações didáticas que permitam aos aprendizes conhecer os bens culturais, a fim de poderem compreender e valorizar aquilo que é comum a determinado grupo social. Nesse sentido, é fundamental a importância que a área de história desenvolva na escola propostas indisciplinadas e ações pedagógicas voltadas para a construção do conceito de patrimônio cultural (Figueira; Miranda, 2012, p. 8).

As autoras enfatizam que o ensino de história está intimamente relacionado com a questão da educação patrimonial, promovendo proposições didáticas para que os estudantes, entre outros aspectos, aflorem o sentimento de pertencimento a sua cidade, a seu bairro e à sua comunidade, ressignificando os patrimônios culturais existentes no seu entorno.

Figueira e Miranda (2012, p. 112) refletem como a educação patrimonial se coloca como contraponto do processo de globalização⁹² que pode ser entendido como mundialização⁹³, referindo-se ao que as autoras apontam, ao “campo das fronteiras culturais”. Nessa perspectiva, a ação pedagógica voltada para a história local em busca de uma educação patrimonial que desperte a consciência crítica dos estudantes pelos elementos culturais que estão inseridos no seu cotidiano pode despertar a compreensão de sua cidadania e possibilitar mediações para se construir um mundo mais tolerante, pluralista, justo e menos desigual.

3.3 Sequência Didática: O processo educativo em ação

A metodologia baseada na sequência didática nos permite organizar o trabalho pedagógico em aulas sequenciais, para que o conteúdo sugerido seja bem ministrado e o processo educativo alcance seus objetivos principais, os quais para

⁹² Termo usado ideologicamente como processo de integração econômica e cultural, num sentido global com a predominância dos interesses financeiros e pelo abandono do estado de bem-estar social, bem como a homogeneização da cultura mediada pela indústria cultural, com a liderança dos Estados Unidos.

⁹³ Conceito referente ao processo histórico, acelerado na segunda metade do século XX, cuja principal característica seria a inter-relação abrangente e constante entre diferentes partes do globo, mediada pela expansão das telecomunicações e das tecnologias de informações.

além da organização, vislumbrem um ensino direcionado, participativo, bem como uma aprendizagem significativa dos estudantes.

Sabemos que toda prática pedagógica nos exige suporte teórico, sobretudo quando se intenciona ensinar visando a transformação do indivíduo a partir de um processo educativo voltado para a formação de indivíduos conscientes, através de uma educação libertadora. Por isso, o docente precisa primar por uma ação educativa que seja exitosa.

No tocante à definição de Sequência didática, o professor Antoni Zabala (1998), na obra “A Prática Educativa: Como ensinar”, conceitua uma sequência de atividades ou sequência didática da seguinte maneira: “Um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos” (Zabala, 1998, p. 18)

Nesta Sequência didática, o objetivo é discutir com os alunos do 6º ano sobre o Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas levando-os ao conhecimento do saber local e à trama histórica gerada em torno da destruição do monumento.

A história local a partir de uma abordagem sobre a Educação Patrimonial é primordial para despertar reflexões nos estudantes sobre um monumento público da cidade e que foi destruído. Partindo desse instrumento pedagógico, oportunizamos a esses sujeitos ressignificar a aprendizagem, imprimindo ideias e percepções subjetivas que possam sugerir reflexões e a busca de soluções para as problemáticas que estão em volta do monumento estudado.

O processo ensino-aprendizagem faz-se necessário para que o docente estabeleça uma relação dialógica com os estudantes, sempre valorizando os saberes outros que eles trazem de suas experiências de vida, contribuindo com o processo educativo. Nesse sentido, Zabala (1998) enfatiza que:

Ensinar envolve estabelecer uma série de relações que devem conduzir à elaboração, por parte do aprendiz, de representações pessoais sobre o conteúdo objeto de aprendizagem. A pessoa, no processo de aproximação aos objetos da cultura, utiliza sua experiência e os instrumentos que lhe permitem construir interpretação pessoal e subjetiva do que é tratado (Zabala, 1998, p. 91).

Zabala (1998) enfatiza que o aluno precisa ter um interesse pelo processo ensino-aprendizagem que lhe é oferecido; faz-se necessário aproximá-lo dos objetos de aprendizagem e estabelecer uma relação com suas relações pessoais, pois assim, ele poderá fazer interpretações subjetivas, haja vista que se refere a temas que estão no seu entorno.

Dessa forma, também nos ensinou Paulo Freire (2019, p.122) ao afirmar que “Todo ensino de conteúdo demanda de quem se acha na posição de aprendiz que, a partir de certo momento, vá assumindo a autoria também no conhecimento do objeto”.

Com base nesse pressuposto de Freire (2019), esta sequência didática subsidiará o trabalho pedagógico, produto desta dissertação, com um tema da história local na perspectiva do monumento em homenagem às mulheres de Parauapebas, para desenvolver uma educação crítica, alinhada à realidade vivenciada pelos aprendentes.

3.4 O Perfil da Instituição Escolar

De acordo com as informações contidas no Projeto Político Pedagógico, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Milton Alves Martins situa-se no município de Parauapebas, na Avenida Parauapebas, Quadra 445 Lote 10, S/N 4ª Etapa, bairro Nova Carajás. 68515-000 Parauapebas – Pará. O prédio onde a escola está funcionando é alugado e abriga a sede da instituição, considerando que ela tem dois anexos para atender à demanda de vagas no bairro.

O prédio foi adaptado para abrigar a escola, por isso, o espaço apresenta vários problemas estruturais que prejudicam o processo educativo. No Ensino Fundamental II, 6º ao 9º ano, a escola formou 31 turmas para o ano letivo de 2024, as quais estão distribuídas em dois turnos, pela manhã e intermediário. Vejamos o quadro abaixo que ilustra a quantidade de turmas formadas para o ano letivo de 2024.

Quadro 4 - Demonstrativo das turmas do 3º e 4º ciclos

TURNO DA MANHÃ		TURNO DO INTERMEDIÁRIO	
ANOS	NÚMERO DE TURMAS	ANOS	NÚMERO DE TURMAS
6º ANO	05	6º ANO	04
7º ANO	03	7º ANO	04
8º ANO	04	8º ANO	04
9º ANO	03	9º ANO	04

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Além dessas turmas, a escola ainda conta com dois anexos em diferentes áreas do bairro, nos quais funcionam o Ensino Fundamental I. Como o bairro é de grande carência de escolas, o governo do Estado do Pará assinou um convênio com a Prefeitura de Parauapebas para que a escola Milton Alves Martins, em 2024 abra as portas para oferecer o Ensino Médio à comunidade, nos turnos da tarde e noturno, ação que oportunizou que muitos alunos moradores do bairro estudassem numa escola próxima de suas residências, tendo em vista que, até então, o Ensino Médio era ofertado em bairros distantes.

Destaca-se, ainda que, em Parauapebas, o Ensino Fundamental é organizado em ciclos, em que o estudante faz um percurso formativo que compreende o 1º e 2º ciclos (C I e CII). O 1º ciclo corresponde ao 1º, 2º e 3º anos e o 2º ciclo, ao 4ª e 5º anos, fechando o ciclo do Ensino Fundamental I. Já o 3º ciclo, corresponde ao 6º e 7º ano e o 4ª ciclo, ao 8º e 9º ano, concluindo a formação do aluno.

Vale lembrar que a organização do Ensino Fundamental na proposta de ciclos permite que o aluno avance para o próximo ano até completar o ciclo da sua aprendizagem, não sendo permitida a retenção no primeiro ano de cada ciclo, mesmo que ele não tenha compactado as habilidades exigidas, como por exemplo, a leitura.

A falta de compactação da leitura no final do 2º ciclo compromete profundamente a compreensão da história para esses alunos ao chegarem no 6º ano, onde realmente eles estudarão a história de forma específica. Isso nos coloca em alerta para executar um trabalho pedagógico que contribua com o desenvolvimento do aluno na leitura, bem como o entendimento dos conteúdos históricos.

3.5 A Sequência Didática: Aulas ordenadas

Sequência didática

Disciplina: História

Público-alvo: 6º Ano – Nível: Ensino Fundamental II

Tema: Monumentos como documentos no ensino de História:

Tempo: 04 aulas

Objetivos da aprendizagem

- Estimular o interesse pelo conhecimento dos monumentos da cidade de Parauapebas

- Conhecer a trama histórica em torno do monumento em homenagem às mulheres.
- Comparar os monumentos que foram produzidos para homenagear às mulheres locais.
- Descrever os detalhes observados nos monumentos estudados.

Objetos de conhecimento e habilidades (BNCC)

Objeto de conhecimento	Habilidade
<ul style="list-style-type: none"> ✓ História local ✓ Os patrimônios históricos e culturais da cidade (Monumentos) ✓ A produção dos marcos da memória: formação cultural da população. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ (EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.

Desenvolvimento da ação pedagógica

Aula 01 – Tempo: 45 min

1. Introdução

Após discorrer um pouco sobre o tema da aula e sua importância para a compreensão da história por meio de monumentos, sondar os conhecimentos prévios dos estudantes com as seguintes indagações: Vocês conhecem algum monumento da cidade de Parauapebas? Quais? Abrir espaço para que os alunos possam emitir suas opiniões e relatar as experiências e relação com a temática sugerida. Anotar as ideias dos alunos no quadro. Fazendo isso, o aluno se sentirá participando e contribuindo com a sua aprendizagem. Em seguida, discutir a importância de preservar a memória através de monumentos e como eles representam momentos específicos da história.

Aula 02 – 45 min

2. Contextualização:

Retomar a discussão realizada na aula anterior para perceber se os alunos assimilaram questões envolvendo os monumentos. Explicar o conceito de monumentos e sua relação com a história e apresentar exemplos de monumentos históricos, explicando sempre que os monumentos que são

fixados nas cidades representam diferentes momentos da história. Posteriormente, explicar sobre o monumento em homenagem às mulheres e sua importância para a história local. Na sequência, entregar as imagens da versão 1 e 2 do referido monumento para que os alunos analisem os detalhes em cada e possam perceber diferenças entre eles, fazendo anotações em seus cadernos. Ao finalizar a aula, solicitar que os alunos façam uma pesquisa sobre o monumento, acessando os sites locais para apresentarem suas observações.

Aula 03- 45 min

3. Retomada da aula anterior:

Iniciar a aula retomando a discussão do encontro anterior sobre o tema e solicitar aos alunos que compartilhem suas pesquisas com toda a turma. Em seguida, fazer moderações sobre as questões que irão surgir sobre o tema. Dirimir as dúvidas dos alunos com relação às informações que obtiveram com a pesquisa. Finalizar a aula explicando para os alunos que os monumentos têm como finalidade perpetuar personagens ou fatos históricos para que sejam lembrados pelas futuras gerações, no caso de Parauapebas, as mulheres foram homenageadas como um monumento pelo protagonismo que tiveram na construção da cidade.

Obs.: Informar aos alunos que, na próxima aula, o conteúdo sobre o tema será concluído com a realização de uma atividade impressa para verificar a aprendizagem deles sobre o tema.

Aula 04- 45 min

4. Atividade prática:

Iniciar a aula cumprimentando os alunos. Retomar, sucintamente, o tema e distribuir a atividade para que os alunos registrem suas ideias sobre o conteúdo estudado. Orientar e tirar dúvidas dos alunos sobre a atividade. Ao final da aula, recolher as atividades para correção e análise das que farão parte da dissertação.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MILTON ALVES MARTINS			
DIRETORA: _____			
DISCIPLINA: _____			
PROFESSORA: _____			
ALUNO (A) _____			
ANO: 6º _____	TURMA _____	TURNO: _____	DATA _____

ATIVIDADE DE HISTÓRIA

Observe com atenção as figuras abaixo e leia os textos de referências para responder às questões propostas:

1. Com base na observação do monumento 1 e na leitura do texto de referência, responda às questões abaixo.

Figura 01 - Monumento representa as lutas e conquistas das mulheres parauapebenses (Primeira versão do monumento- 2020)



Texto de referência sobre a figura 01

No ano de 2020, o Prefeito de Parauapebas Darci Lermen, em parceria com a Secretaria Municipal da Mulher e a Secretaria Municipal de Cultura, encomendou um monumento que homenageasse às mulheres de Parauapebas, no entanto ele foi destruído num ataque de fúria de alguns populares.

Fonte: /www.zedudu.com.br/

- a) Descreva os detalhes do monumento representado na figura 01 que mais lhe chamou atenção.

- b) O que você acha que está representado na figura 01?

- c) Este monumento pode fazer parte da história das mulheres de Parauapebas? Por quê?

2. Observe a figura abaixo e leia o texto 02 de referência ao lado:

Figura 02 – Monumento em Homenagem às Mulheres de Parauapebas - 2021



Texto de referência 02
Sobre o monumento na sua segunda versão

O monumento é composto de uma torre com o símbolo dos 30 anos e do muro com o registro das mãos de 100 mulheres que ajudaram e ajudam a construir a história de Parauapebas; na marca de cada uma tem o seu respectivo nome. O monumento intitulado “Muro Mãos Construindo” foi inaugurado no dia 20/05/2021, em decorrência das programações do aniversário da cidade.

Fonte: <https://pebinhadeacucar.com.br/>

Fonte: Foto autoral captada em 02/02/2024

- a) Descreva os detalhes que lhe chamaram mais a atenção no monumento representado na figura 02.
.....
.....
.....

- b) Na sua opinião, o monumento representado na figura 02 pode fazer parte da história das mulheres de Parauapebas? Por quê?
.....
.....
.....

- c) Que diferenças e semelhanças você vê entre as duas figuras?
.....
.....
.....

3. Observe as figuras 03 e 04 e leia o texto de referência 03:

Figura 03



Figura 04



Texto de referência 03

Essas imagens são destroços do monumento em homenagem às mulheres de Parauapebas na sua primeira versão, que foi destruído por um grupo de moradores. Esses destroços estão no acervo do Museu Municipal da cidade. Sabemos que os monumentos fazem parte do patrimônio cultural material de um povo, os quais precisam ser valorizados e preservados, o que não ocorreu com o monumento em questão.

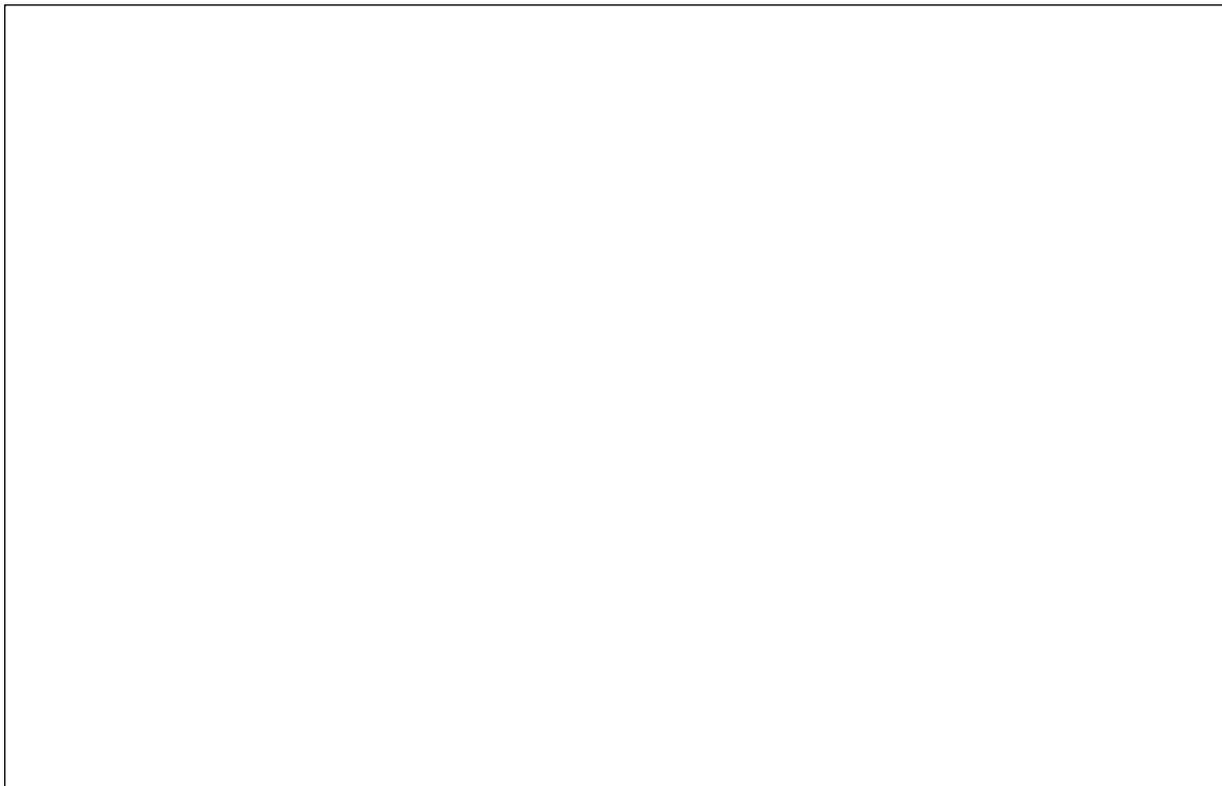
a) Qual sua opinião sobre as figuras 03 e 04?

.....
.....
.....

b) Você concorda com atitudes de vandalismo e destruição do patrimônio público da sua cidade? Justifique sua resposta.

.....
.....
.....

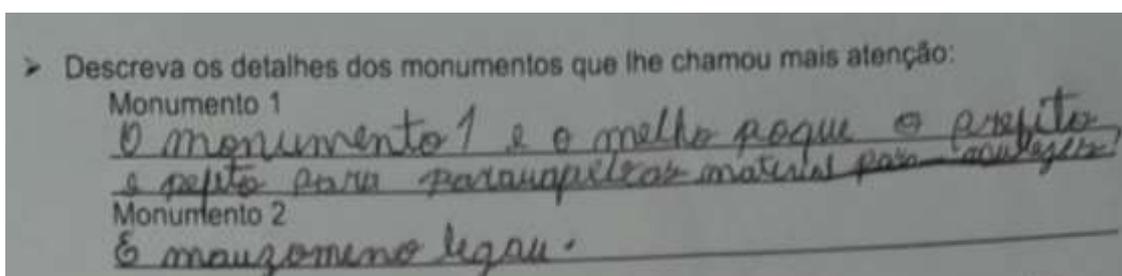
4. Pense em coisas que você acha importante para homenagear as mulheres da cidade e faça seu desenho como se fosse para um monumento a ser colocado em algum local da cidade. Aproveite o quadro abaixo e use sua imaginação. Não esqueça de dar um título para o seu desenho e de pintá-lo.



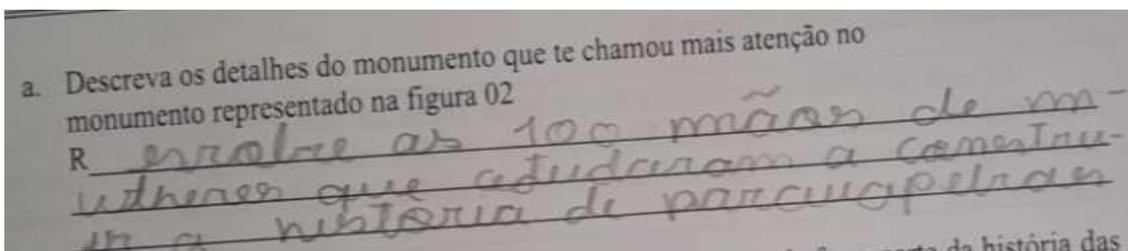
Produções dos alunos

Com o objetivo de estimular a criatividade dos estudantes, propomos uma produção de desenhos com parte lúdica da atividade, considerando que são alunos do 6º ano, portanto, crianças. Por isso, trouxemos algumas produções para percebermos a ideia dos alunos sobre a temática.

Habilidade: descrever os detalhes dos monumentos.

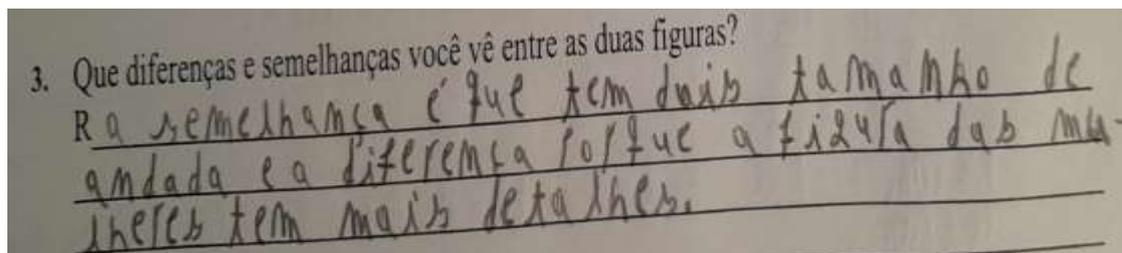


Transcrição: O monumento 1 é o melhor por que o prefeito fez para Parauapebas para homenagear as mulheres - O monumento 2 é mais ou menos legal (Aluno G. C, 11 anos).



Transcrição: Envolve as 100 mãos de mulheres que ajudaram a construir a história de Parauapebas (Aluna A. B. C, 11 anos).

Habilidade – Perceber diferenças e semelhanças entre os dois monumentos



Transcrição: A semelhança é que tem dois tamanhos de andares e a diferença é porque a figura das mulheres tem mais detalhes (Aluno E. F. 11 anos).

Questão sobre o monumento fazer parte da história de Parauapebas

b. Na sua opinião, o monumento representado na figura 02 pode fazer parte da história das mulheres de Parauapebas? Por quê?

R Pode, porque também representa a cultura brasileira.

Transcrição: Pode, porque também representa a cultura brasileira (Aluno E. F. 11 anos).

b. Na sua opinião, o monumento representado na figura 02 pode fazer parte da história das mulheres de Parauapebas? Por quê?

R Sim, pois que mostra as conquistas das mulheres.

Transcrição: Sim, porque mostra as conquistas das mulheres (Aluna M. E. R. 11 anos).

c) Este monumento pode fazer parte da história das mulheres de Parauapebas? Por quê?

R Sim, pois que eu acho que incentiva as mulheres e o empoderamento delas.

Transcrição: Sim, porque eu acho que incentiva as mulheres e o empoderamento delas.

c) Este monumento pode fazer parte da história das mulheres de Parauapebas? Por quê?

R Não, pois que minha mãe não gosta.

Transcrição: Não, porque minha mãe não gosta (Aluno D. L., 11 anos).

Questão que provocou a percepção dos alunos sobre a educação patrimonial.

2. Você concorda com atitudes de vandalismo e destruição do patrimônio público da sua cidade? Justifique sua resposta.

R. não porque as estátuas são im-
importantes para as mulheres brasileiras

Transcrição: Não, porque essas estátuas são importantes para a mulher brasileira (A. I. Silva – 11 anos).

2. Você concorda com atitudes de vandalismo e destruição do patrimônio público da sua cidade? Justifique sua resposta.

R. Não, deveriam ter mais respeito com a
escultura

Transcrição: Não, deveriam ter mais respeito com a escultura (Aluno G. S. 11

2. Você concorda com atitudes de vandalismo e destruição do patrimônio público da sua cidade? Justifique sua resposta.

R. Não. A estátua era bem bonita, não vejo nenhum
motivo para eles terem quebrado a estátua.

Transcrição: Não. A estátua era bem bonita, não vejo nenhum motivo para eles terem quebrado a estátua (Aluno D. C. – 11 anos).

2. Você concorda com atitudes de vandalismo e destruição do patrimônio público da sua cidade? Justifique sua resposta.

R. não porque ninguém tem o direito de quebrar
nada na cidade. Parauapebas

Transcrição: Não, porque ninguém tem o direito de quebrar nada em Parauapebas (Aluno I. B – 12 anos).

2. Você concorda com atitudes de vandalismo e destruição do patrimônio público da sua cidade? Justifique sua resposta.

R. não porque eu não ia deixar destruir
minha cidade.

Transcrição: Não, porque eu não ia deixar destruir a minha cidade (Aluno C. D.S. 11 anos).

Algumas produções de desenhos dos alunos



Autoria: Pinto (2024)



Autoria: Soares (2024)



Autoria: Cunha (2024)



Autoria: Bugarim (2024)

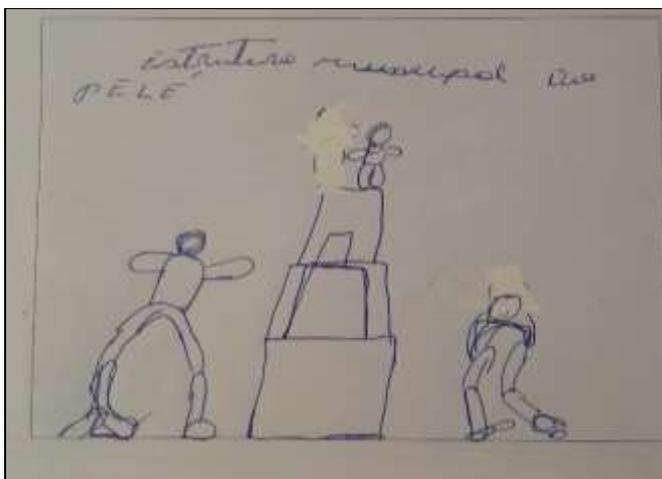


Autoria: Silva (2024)



Autoria: Sousa (2024)

Nos desenhos abaixo, os alunos optaram por produzir um monumento fora da temática abordada.



Neste desenho, o aluno desenhou imagens relativas ao futebol e colocou um em especial, no topo do monumento, ele deu o título de “Estrutura municipal do Pelé” (Aluno, M. H. G. – 11 anos).



Neste, o aluno produziu um jogador, pois a maioria dos meninos do 6º ano, ao serem questionados qual sobre profissão querem seguir, respondem que querem ser jogador de futebol. (Aluno K. C. N. 11 anos).



Na produção ao lado, o aluno decidiu desenhar um personagem do futebol brasileiro do time do Flamengo. Na percepção desse estudante, o jogador Gabigol merece ser homenageado com um monumento. (Aluno J. P. S. M. 11 anos).

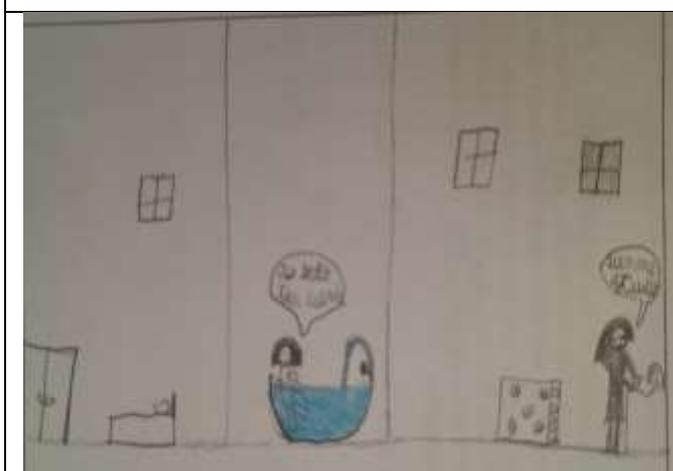
A temática sobre a violência contra a mulher esteve presente na mentalidade de alguns alunos. Vejamos os desenhos abaixo:



Transcrição: Mulheres não são empregadas, mas sim cidadãs que fazem parte da história da cidade.
(Aluno E. P. S. - 11 anos)



Nesta produção, a estudante optou por retratar uma suposta cena de violência contra a mulher, dentro do espaço doméstico. Com esse desenho, podemos deduzir que talvez a aluna já tenha presenciado um cenário dessa natureza, o que emite um sinal de alerta para os docentes nas observações em direção ao aluno.
(Aluna M. C. P. R. – 11 anos)



O aluno produziu uma tirinha que retrata o cotidiano de uma mulher no espaço familiar e o cuidado com seu filho, demonstrando como a mulher, no seio da família assume responsabilidades múltiplas, mas principalmente, o cuidado com os filhos. (Aluno V. A. M. C. – 11 anos)

Transcrição: Cena 1 – O filho está dormindo; Cena 2 – A mãe pergunta se o filho já tomou o seu banho; Cena 3 – A mãe chama o filho para lhe ajudar nas tarefas domésticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória acadêmica na Pós-graduação do Mestrado em Ensino de História, realizada na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Xinguara nos levou à retomada de conceitos historiográficos que até então estavam um pouco adormecidos na memória. Por estarmos totalmente envolvidos com a docência no ensino de história na escola, tarefa que nos exige esforços que vão muito além de ensinar história, haja vista que lidamos com crianças, adolescentes e jovens oriundos da classe social menos favorecida da sociedade e parte dela chega com uma carência de educação em altos níveis.

Nesse contexto de demanda social dos nossos alunos, não podemos cruzar os braços diante da realidade na qual os estudantes chegam até nós. Nossa profissão nos direciona para uma postura consciente do fazer pedagógico, em que seja possível visualizar tais carências, para contribuir com uma formação que complemente o que eles não aprenderam no âmbito familiar.

Como Paulo Freire (2019) afirmou, ao se referir ao comportamento dos professores diante das situações precárias dos alunos, que “Ninguém pode estar no mundo de luvas nas mãos apenas observando” (p.75), é necessário assumir uma postura que vislumbre ações pedagógicas, objetivando uma tomada de decisão que vise intervenção na realidade dos nossos aprendentes.

Foi nessa intenção que nos propusemos a escrever sobre O Monumento em Homenagem às mulheres de Parauapebas, que teve a sua primeira versão fixada em uma praça da cidade, no ano de 2020 e que foi destruída no mesmo dia por um grupo de populares que não se identificaram com os elementos escultóricos expressos nas figuras de duas mulheres, as quais representavam o estilo clássico de se pensar um monumento; no entanto quase todas as pessoas que estavam envolvidas na ação que destruiu o monumento eram homens.

Para discorrermos sobre este tema proposto, tivemos que nos debruçar em diversas leituras de autores que abordam temas com monumento, memória coletiva e individual, identidade, pertencimento, decolonialidade, entre outros que são mais discussões desenvolvidas no mundo acadêmico, e que puderam nortear as ideias propostas na construção desta dissertação.

Debatemos também, para subsidiar o trabalho pedagógico e o produto desta pesquisa, autores da educação, do ensino de história e da educação patrimonial,

leituras imprescindíveis para a compreensão de novas discussões nessas áreas, bem como ao nosso aperfeiçoamento profissional.

O tema da pesquisa foi considerado como um assunto sensível na cidade de Parauapebas, por levantar questões inerentes à destruição do monumento, ato que está relacionado a indivíduos ligados à religião evangélica, os quais estão envolvidos com a política partidária local. Tal movimento não é apenas um fenômeno local, tendo em vista que essa tendência dialoga com uma perspectiva global que mistura política com a religião.

Surpreendeu-me a falta de fontes oficiais sobre o ocorrido. Assim sendo, não foi possível, até o momento, encontrar fontes escritas sobre a destruição do monumento, bem como o registro policial sobre o vandalismo sofrido pelo monumento que representaria parte da memória histórica local.

Observou-se que o monumento público que recebeu recursos financeiros do poder municipal, retirado, obviamente, dos impostos dos contribuintes, não sensibilizou os órgãos públicos competentes para responsabilizar os sujeitos que causaram danos ao patrimônio público da cidade.

A busca por informações sobre o tema foi constante. Tivemos a oportunidade de conversar informalmente com o autor da obra, que gentilmente nos recebeu e nos revelou algumas questões políticas sobre o ocorrido. Para ele, o poder público municipal optou por não trazer à tona os pormenores do assunto, porque naquele ano, o país estava passando por um momento político turbulento, com o povo polarizado, ao mesmo tempo em que se confundia política com a religião. Isso refletiu profundamente na sociedade parauapebense.

A experiência da ação pedagógica do produto desta dissertação foi incrível. Direcionada para os estudantes do 6º ano por entendermos que temas como história, memória e educação patrimonial têm conexão com o conteúdo do currículo deles e que, a partir dessa faixa etária, é possível educarmos alunos para a formação de uma consciência crítica, portanto, multiplicadores desses saberes históricos locais.

Nas aulas que seguiram a sequência didática sobre o Monumentos em Homenagem às mulheres de Parauapebas, pude perceber o quanto nossos alunos são carentes dos conhecimentos da história local. Foi uma experiência única constatar o interesse da turma em querer beber um pouco desses saberes outros, ao mesmo tempo em que nos sentimos cumprindo um papel social importante para a comunidade escolar, na medida em que buscamos um pouco do conhecimento da história local e

por trabalhar um assunto que, infelizmente, ainda está invisibilizado no currículo do município.

Na produção da atividade, pudemos perceber que alguns alunos não conseguiram responder às questões propostas e mostraram a dificuldade que eles têm na escrita, mas fizeram questão de desenhar um monumento como uma proposta lúdica, e alguns estudantes optaram em produzir um desenho envolvendo a mulher no espaço familiar, com demonstração de violência doméstica tanto física como do próprio trabalho doméstico.

Ainda foi possível perceber através dos desenhos produzidos pelos alunos que alguns deles preferiram retratar monumentos que homenageassem os homens e alguns jogadores como Pelé, o eterno Rei do Futebol e o Gabigol que joga atualmente no time do Flamengo.

Isso é bem compreensível, afinal, a maioria dos meninos brasileiros querem ser um grande jogador de futebol, o que não devemos desestimular, porém, sempre contextualizar em nossas aulas de história um pouco desse mundo glamuroso para poucos e limitado para muitos, estimulando-os sempre a pensar numa segunda opção de profissão.

Enfatiza-se que este trabalho abre um leque de possibilidades para diversos temas serem explorados no ensino de história, podendo ser expandido para outros anos do Ensino Fundamental e Médio, considerando que aborda monumentos que tratam da escravidão, da segregação racial, da reforma agrária, dos direitos das mulheres etc.

Nesse sentido, destacamos que o tema não se encerra nesta dissertação, haja vista que ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas sobre a trama gerada em torno do Monumentos em Homenagem às mulheres de Parauapebas – 2020/2021, uma porta aberta para pesquisadores que possam se debruçar em outras questões com focos de investigações, porém acreditamos termos dado o ponto de partida nessas discussões e refletimos sobre esse episódio que faz parte da história de Parauapebas e merece ser retratada.

REFERÊNCIAS

ABE, Ju. **Acampamento da Juventude MST empodera novas gerações e mantém viva a memória do Massacre de Eldorado**. 2022. Disponível em: <https://radioiara.com/noticia/1180069/acampamento-da-juventude-mst-empodera-novas-geracoes-e-mantem-viva-a-memoria-do-massacre-de-eldorado>. Acesso em: 7mar. 2023.

ABREU, Martha. **O Império do Divino: Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

AIDOH. **A Coluna da Infâmia dinamarquesa erigida em Belém, 1. de maio 2000**. 2000. Disponível em: http://www.aidoh.dk/news_releases/pos/brazil/poposbrazilnews08.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). **Ensino de história suas práticas de pesquisa**. São Leopoldo, RS: Oikos, 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – Livro 1: Fatos e Mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BITTENCOURT, Circe. Identidade nacional e ensino de história do Brasil. *In*: Karnal, Leandro (org.). **História em sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 185-204.

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico em sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

BLOG DO HERLON. **Arte em defesa do humanismo**. 2020. Disponível em: <https://blogdoherlon.blogspot.com/2020/04/colunada-infamia-bairro-sao-braz-belem.html>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Vivenciando a história: metodologia de ensino de história**. Curitiba: Base Editorial, 2012.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2021.

CENTRO MULHERES DE BARRO. **Artesanato cerâmico colar bitoca com bolinhas**. c2024b. Disponível em: <https://www.mulheresdebarro.com.br/artesanato-ceramico-colar-bitoca-com-bolinhas>. Acesso em: 24 mar. 2023.

CENTRO MULHERES DE BARRO. **Artesanato cerâmico jarro tambor pele de cobra 30 cm**. c2024c. Disponível em: <https://www.mulheresdebarro.com.br/artesanato-ceramico-jarro-tambor-pele-de-cobra-30-cm>. Acesso em: 24 mar. 2023.

CENTRO MULHERES DE BARRO. **Conheça nossa história**: a história contada pelas mãos. c2024a. Disponível em: <https://centromulheresdebarro.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CENTRO MULHERES DE BARRO. **As mãos que criam**. c2024. Disponível em: <https://centromulheresdebarro.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CERTEAU, Michel de; **A Escrita da história**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COELHO, Tádzio Peters. **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado**. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2015. (A questão mineral no Brasil: v. 1).

COMPANY TOWNS NA AMAZÔNIA. **Realidades Urbanas**. 2012. Disponível em: <https://realidadeurbanas.blogspot.com/2012/01/company-towns-na-amazonia.html>. Acesso em: 20 jul. 2023.

COSTA, Antonio Maurício Dias da. **Festa na cidade**: O circuito bregueiro de Belém do Pará. Belém: Art. Imprensa, 2007.

COSTA, Gil Vieira da. Fabricar a memória da violência: imagens do massacre de eldorado dos carajás na arte contemporânea. **ARTERIAIS**, [S.l.], v. 4, p. 164-181, 2019.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. **Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental**: conceitos e práticas. São Paulo: Edição SM, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes Necessários à prática educativa**. 58 ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FUNARI, Pedro Paulo A. **A Arqueologia**. São Paulo: Contextos, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo A. Memória histórica e cultura material. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 17-30, 1993. Disponível em: https://www.pr.anpuh.org/resources/download/1423519332_ARQUIVO_2_memoriahistoricaeculturamaterial.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

FURTADO, Victor. Dez patrimônios de Belém em risco: Saiba mais sobre praças e monumentos de Belém que estão abandonados ou depredados. **O Liberal**, Belém, nov. 2018. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/dez-patrim%C3%B4nios-de-bel%C3%A9m-em-risco-1.1575>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GATTI JÚNIOR, Décio. Demandas sociais, formação de cidadãos e ensino de história. In: OLIVEIRA, M.M.D. de (coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. p. 105-130. – (Coleção Explorando o Ensino).

GEO GERAL. **Pará**. 2023. Disponível em: <https://geogeral.com/h/m/b/brpa.htm>. Acesso em: 7 ago. 2023.

GOOGLE MAPS. **Mapa da Terra Indígena Xikrin do Cateté**. c2024a. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/dir/-22.9376,-43.1751168//@-6.3363985,-51.101571,145092m/data=!3m1!1e3!4m4!4m3!1m1!4e1!1m0?entry=ttu>. Acesso em: 24 mar. 2023.

GOOGLE MAPS. **Núcleo Urbano de Carajás**. c2024b. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/N%C3%BAcleo+urbano+de+caraj%C3%AAs/@-6.0681096,-50.0698054,3922m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0x92e7f9005b7e2d59:0x59f3610b0f74e38b!8m2!3d-6.072218!4d-50.0663397!16s%2Fg%2F11vszzghzj?entry=ttu>. Acesso em: 24 mar. 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004;

HOBBSAWM, Eric. **1917-2012 – Sobre História**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <censoagro2017.ibge.gov.br/1992-novo-portal/edicao/16163-divisoes-regionais-do-brasil>. Acesso em: 29 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Parauapebas**. c2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/parauapebas/panorama>. Acesso em: 29 ago. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Terras Indígenas no Brasil**: Terra Indígena Xikrin do Cateté. c2024. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3646#demografia>. Acesso em: 24 mar. 2023.

JURANDIR, Dalcídio. **Chove nos campos de Cachoeira**. 4. ed. Belém: Cejup, 1995.

KZAM, Áthila Lima. Reestruturação Urbana na Amazônia Oriental: Parauapebas como cidade média? **Revista Mato-Grossense de Geografia**, Cuiabá, v. 19, n. 2, p. 3, 2021.

KIPNIS, Renato; CALDARELLI, Solange Bezerra; OLIVEIRA, Wesley Charles. Contribuição para a cronologia da colonização amazônica e suas implicações teóricas. **Revista de Arqueologia**, [S.l.], v. 18, p. 81-93, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LITTER, Barbara. Povos com história: Uma revisão da arqueologia história nos Estados Unidos. **VESTÍGIO - Revista Latini Americana de Arqueologia**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 121-165, 2014.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

MARIZ, Vasco. **“A canção popular brasileira” – Grande Prêmio da Crítica – APCA**. [S.l.]: Ed. Francisco Alves, 2000.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Polícia massacra em Eldorado dos Carajás**. 1996. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/policia-massacra-em-eldorado-dos-carajas>. Acesso em: 11 abr. 2023.

MONTEIRO, Benedicto. **História do Pará**. 2. ed. Belém, PA: Editora Amazônia, 2013.

MOCELLIN, Renato; CAMARGO, de Mendonça. **Projeto Apoema História 6**. 2 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2015.

MORSE, Richard. “As cidades ‘periféricas’ como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina”. **Estudos Históricos**, [S.l.], v. 8, n. 16, p. 205-225, 1995.

NAPOLITANO, Rosane; KAMINSKI, Rosane. **Monumentos, memória e violência –** São Paulo, SP: Letra e Voz, 2022.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura Brasileira: Utopia e Massificação (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2001.

NORA, Pierre. **Entre mémoire et histoire**: la problématique dès lieux. In *Lês lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

NOVA ACRÓPOLE. **Saber Viver – Autor desconhecido**. c2024. Disponível em: <https://nova-acropole.org.br/blog/saber-viver-cora-coralina/>. Acesso em: 24 maio 2023.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **Estética da catástrofe**. Goiânia: Editora da UCG, 2008

OLIVEIRA, Margarida Marias Dias de. **HISTÓRIA: Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v. 21).

OLIVEIRA, Tébis. **CARAJÁS 50 ANOS: Entrevista com o geólogo Breno Augusto dos Santos**. Entrevistado: Breno Augusto dos Santos. **The inmine**, set. 2017. Disponível em: <https://www.inthemine.com.br/site/carajas-50-anos-entrevista-com-o-geologo-breno-augusto-dos-santos/>. Acesso em: 24 out. 2023.

PARÁ (Estado). **O Pará**. 2024a. Disponível em: <https://www.pa.gov.br/pagina/47/para%20-%20Acessado%20em%2029/08/2023>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PARÁ (Estado). **Subdivisões**. 2024b. Disponível em: <https://www.pa.gov.br/pagina/54/subdivisooes>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PARAÍBA CRIATIVA. **Os Pioneiros da Borborema**. 2015. Disponível em: www.paraibacriativa.com.br/artista/os-pioneiros-da-borborema/. Acesso em: 29 ago. 2023.

PARAUAPEBAS (Cidade). **Conhecendo nossa história, um século de muitas histórias e conquistas**. c2024. Disponível em: <https://parauapebas.pa.gov.br/turismo/historia-da-cidade/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PARO, Victor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo, SP: Ática, 2006.

PEBAS NA TV. **O monumento que pegou mal**. 2023. Disponível em: [w.w.w.pebasnatv.com.br](http://www.pebasnatv.com.br). Acesso em: 25 jun. 2023.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINTO, Lúcio Flávio. **Descobridor de Carajás refaz fato 48 anos depois**. O EstadoNET, 2015. Disponível em: <http://www.oestadonet.com.br/noticia/7865/descobridor-de-carajas-refaz-fato-48-anos-depois->. Acesso em: 19 maio 2023.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PONTES, Beatriz Maria Soares. Movimento de resistência socioterritorial: Os índios Xikrin e a sua luta em prol das suas terras invadidas e devastadas. **Movimentos Sociais e Dinâmicas, Espaciais**, Recife, v. 10, p. 1-17, 2021.

PORTAL PEBINHA DE AÇÚCAR. **Centro Mulheres de Barro fortalece a identidade cultural**. 2017. Disponível em: <https://pebinhadeacucar.com.br/centro-mulheres-de-barro-fortalece-a-identidade-cultural-de-parauapebas/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PORTAL PEBINHA DE AÇÚCAR. **Encontro da Mulher de Parauapebas será homenageado através de monumento**. 2021. Disponível em: <https://pebinhadeacucar.com.br/encontro-da-mulher-de-parauapebas-sera-homenageado-atraves-de-monumento/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PORTAL PEBINHA DE AÇÚCAR. **Ministério Público cobra medidas para início imediato do ano letivo na aldeia Xikrin do Cateté**. 2024. Disponível em: <https://pebinhadeacucar.com.br/ministerio-publico-cobra-medidas-para-inicio-imediato-do-ano-letivo-na-aldeia-xikrin-do-catete/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

PORTAL PEBINHA DE AÇÚCAR. **Rio Parauapebas é vítima de conspiração socioambiental**. 2013. Disponível em: <https://pebinhadeacucar.com.br/rio-parauapebas-e-vitima-de-conspiracao-socioambiental/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

RIEGL, Alois. **O culto Moderno dos monumentos**: a sua essência e sua origem. Tradução Werner Rothschild Davidsohn. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROCHA, Avone José Araújo. **À MARGEM DO PROJETO FERRO CARAJÁS**: Uma contribuição à história social e cultural de Parauapebas (1980-2004). Goiânia: Kelps, 2018.

SANTANA, Alexandre. **7 Monumentos negros incríveis que você precisa conhecer**. Mundo negro, 2020. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/7-monumentos-negros-que-voce-provavelmente-nao-conhece/2020>. Acesso em: 6 mar. 2023.

SANTOS, Breno Augusto dos. Um descobridor de Carajás. **Inthemine**, jul./ago. 2017. Disponível em: <https://inthemine.com.br/site/wp-content/uploads/2017/09/InTheMine-edicao68-entrevistabreno.pdf>. Acesso em: 17 maio 2023.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 264, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

SERRA, Hugo Rogério Hage; SABINO, Thiago Alan Guedes. Cartografias da formação territorial do Sul e Sudeste do Pará. **Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia**, [S.l.], n. 49, 2021. Disponível em:

https://web.archive.org/web/20220717070507id_/https://journals.openedition.org/confins/35731. Acesso em: 9 out. 2023.

SILVA, Marco Antonio. **Nas trilhas do ensino de história: teoria e prática**. Belo Horizonte: Rona, 2012.

TINHORÃO, José Ramos. **1928 – Música popular: Um tema em debate**. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TV LIBERAL. Kôkôti Xikrin, mulher indígena, a primeira do povo Xikrin do Cateté a se tornar cacique. **G1 PA**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/03/08/vou-lutar-pelo-meu-povo-diz-kokoti-primeira-mulher-a-tomar-posse-como-cacique-do-povo-xikrin-do-catete.ghtml>. Acesso em: 29 ago. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Memorial da Cabanagem**. c2024. Disponível em: <https://www.monumentosdebelem.ufpa.br/index.php/monumento/cabanagemc2024>. Acesso em: 6 mar. 2023.

VIDAL, Lux (org.). **Grafismo indígena: estudos de antropologia estética**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

VILELA, Lucas Gonçalves; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. Os monumentos em memória da arbitrariedade da polícia militar. *In*: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG, 5., 2018, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: UEG, 2018. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/issue/view/333>. Acesso em: 29 ago. 2023.

XAVIER, Gustavo. Monumentos contam história do crescimento de Campina Grande. **G1 PB**, out. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/10/monumentos-contam-historia-do-crescimento-de-campina-grande.html>. Acesso em: 9 out. 2023.

ZÉ DUDU. **Entrevista**: Breno Augusto dos Santos, descobridor do ferro de Carajás. 2021. Disponível em: <https://www.zedudu.com.br/entrevista-breno-augusto-santos-descobridor-do-ferro-de-carajas> - Acesso: 18 maio 2023.

ZÉ DUDU. **Monumento em homenagem às mulheres gera polêmica**. 2020. Disponível em: www.zedudu.com.br/parauapebas-monumento-em-homenagem-as-mulheres-gera-polemica. Acesso em: 9 out. 2023.

ZÉ DUDU. **Moradores de Carajás são surpreendidos com nova taxa de moradia.** 2018. Disponível em: <https://www.zedudu.com.br/moradores-de-carajas-sao-surpreendidos-com-nova-taxa-de-moradia/>. Acesso em: 9 out. 2023.

ZÉ DUDU. **Núcleo de Carajás completa 35 anos.** 2021. Disponível em: <https://www.zedudu.com.br/nucleo-de-carajas-completa-35-anos/>. Acesso em: 9 out. 2023.